

Ricardo Antunes

ADEUS AO TRABALHO?

Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho  
8° edição

EDITORA DA UNICAMP Copyright O by Ricardo Antunes

Preparação de originais Jeverson Barbieri

Revisão: Ana Maria Barbosa

Editoração eletrônica: Dany Editora Ltda.

Capa: Cesar Landucci: sobre tela "Operários", 1933, de Tarsila do Amaral.

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA Rua Banira, 317 - Perdizes 05009-000 - Perdizes - SP  
Tel.: (11) 3864-0111 - Fax: (11) 3864-4290 e-mail:  
cortez@cortezeditora.com.br www.cortezeditora.com.br

EDITORA DA UNICAMP Caixa Postal 6074 Cidade Universitária - Barão  
Geraldo CEP 13083-970 - Campinas - SP - Brasil Tel.: (19) 788-1015 -  
Fax: (19) 788-1100 www.editora.unicamp.br

Impresso no Brasil-fevereiro 2002

#### SUMÁRIO

I. FORDISMO, TOYOTISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

II. AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO

III - Dimensões da Crise Contemporânea do Sindicalismo:

Impasses e Desafios .....

IV - Qual Crise da Sociedade do Trabalho?

#### APÊNDICE

A Crise Vista em sua Globalidade .....

Indivíduo, Classe e Gênero Humano: o Momento da Mediação Partidária

Trabalho e Estranhamento

A Prevalência da Lógica do Capital

Dimensões da Crise Contemporânea ou da Nova (Des)Ordem  
Internacional 14:

Mundo do Trabalho e Sindicatos na Era da Reestruturação Produtiva:

Impasses e Desafios do Novo Sindicalismo Brasileiro

Fim do Trabalho? (ou as Novas Formas do Trabalho Material e Imaterial)

O Trabalho, a Produção Destrutiva e a Des-realização da Liberdade  
.....

A Crise Contemporânea e as Metamorfoses no Mundo do Trabalho  
.....

Referências bibliográficas

PREFÁCIO À 7ª EDIÇÃO

Adeus ao Trabalho? teve sua primeira edição publicada em 1995. Tem agora, em 2000, sua 7ª edição, pela primeira vez revista e ampliada.

O objetivo central do livro foi, então, num momento de forte questionamento ao significado da categoria Trabalho, problematizar, polemizar e mesmo contestar as teses que defendiam o fim da centralidade do trabalho no mundo capitalista contemporâneo. Teses que tiveram várias conseqüências e repercussões no interior das universidades, das esquerdas, dos movimentos sociais, dos sindicatos e do próprio movimento dos trabalhadores, uma vez que, implícita ou explicitamente, alguns de seus principais formuladores recusavam-se, no fundo, a reconhecer o papel central da classe trabalhadora na transformação societal contemporânea. Ao questionar o papel de centralidade do Trabalho na sociedade capitalista contemporânea, um prolongamento analítico e também político se desdobrava: a classe trabalhadora já não se mostraria mais potencialidade contestadora, rebelde, capaz de transformar a ordem capitalista.

Coerente com a fragmentação "pós-moderna", com o culto fetichizado do ideário dominante, estas formulações, em grande medida, recusavam-se a reconhecer o sentido ativo e transformador do trabalho e da classe trabalhadora. Foi como uma primeira resposta crítica a estas formulações que escrevemos Adeus ao Trabalho?. Nele procuramos oferecer alguns elementos centrais para a recusa daquelas teses, carentes de sustentação, tanto empírica como analítica. Podemos dizer, então, que continuamos sustentando fortemente nossas teses, uma vez que a literatura que vem sendo publicada desde então, sobre a chamada

9

"crise da sociedade do trabalho", não alterou substantivamente nossas formulações originais.

Neste Prefácio pretendemos retomar, de maneira bastante sintética e indicativa, outras teses que procuram invalidar a centralidade do trabalho, quer pela afirmação da perda de sentido da teoria do valor, quer pela tese que propugna a substituição do valor-trabalho pela ciência, ou ainda pela vigência de uma lógica societal intersubjetiva e interativa, informacional, que se colocaria em posição analítica de superioridade diante da formulação marxiana da centralidade do trabalho e da teoria do valor. Essas teses, nós as

desenvolvemos de modo mais aprofundado no livro *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*, recentemente publicado pela Editora Boitempo.

Aqui faremos um esboço, visando complementar e atualizar algumas das críticas feitas em *Adeus ao Trabalho?*. Embora algumas dessas teses por vezes apareçam ao longo do livro, em sua primeira edição, elas foram mencionadas sempre e de maneira sucinta. Ao retomá-las, poderemos oferecer ao leitor, ao menos indicativamente, por que essas "novas teses" sobre o descentramento da categoria trabalho não invalidam as formulações presentes em *Adeus ao Trabalho?*, mas, ao contrário, as reforçam.

Creemos, ao contrário daqueles que defendem a perda de sentido e de significado do trabalho, que quando concebemos a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do trabalho social, que é mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos, também não podemos concordar com as teses que minimizam ou mesmo desconsideram o processo de criação de valores de troca. Ao contrário, defendemos a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista.

Mas, exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve

10

aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo que intensifique as formas de extração da mais-valia em tempo cada vez mais reduzido.

Portanto, uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que, eliminando completamente o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo. A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do trabalho "mais intelectualizado" no interior das plantas produtivas modernas e de ponta, e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado, part-time, terceirizado, desenvolvidas intensamente na "era da empresa flexível" e da desverticalização produtiva, são fortes exemplos da vigência da lei do valor. Como o capital tem um forte sentido de desperdício e de exclusão, é a própria "centralidade do trabalho abstrato que produz a não-centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo", que, uma vez (des)socializados e (des)individualizados pela expulsão do trabalho, "procuram desesperadamente encontrar formas de individuação e de socialização nas esferas isoladas do não-trabalho (atividade de formação, de benevolência e de serviços)". (Tosei, 1995: 210)

Também não podemos também concordar com a tese da transformação da ciência "na principal força produtiva", em substituição ao valor-trabalho, que teria se tornado inoperante (Habermas, 1972: 104). Esta formulação, ao "substituir" a tese do valor-trabalho pela conversão

da ciência em principal força produtiva, acaba por desconsiderar um elemento essencial dado pela complexidade das relações entre a teoria do valor e a do conhecimento científico. Ou seja, desconsidera que o "trabalho vivo, em conjunção com ciência e tecnologia, constitui uma complexa e contraditória unidade, sob as condições dos desenvolvimentos capitalistas", uma vez que "a tendência do capital para dar à produção um caráter científico é neutralizada pelas mais íntimas limitações do próprio capital: isto é, pela necessidade última, paralisante e anti-social de 'manter o já criado

11

valor, enquanto valor', visando restringir a produção dentro da base limitada do capital". (Mészáros, 1989b: 135-6)

Não se trata de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece o papel crescente da ciência, mas que esta encontra-se tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual não pode superar. E é por essa restrição estrutural que libera e mesmo impele a sua expansão para o incremento da produção de valores de troca, mas impede o salto qualitativo societal para uma sociedade produtora de bens úteis segundo a lógica do tempo disponível, que a ciência não pode se converter na principal força produtiva autônoma e independente. Prisioneira desta base material, menos do que uma cientificização da tecnologia, há, conforme sugere Mészáros, um processo de tecnologização da ciência. (Idem: 133)

Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não poderia tornar-se a sua principal força produtiva. Ela interage com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. Não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo. Esta interpenetração entre atividades laborativas e ciência é mais complexa: o saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo contemporâneo, sem que o primeiro se sobreponha ao segundo. As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta deste processo. Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não pode levar à extinção do trabalho vivo. Este processo de retroalimentação impõe ao capital a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico.

Com a conversão do trabalho vivo em trabalho morto, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento dos soft-

12

wares, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana, o que se pode presenciar é um processo de objetivação das atividades cerebrais junto à maquinaria, de transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada (Lojkin, 1995: 44). A transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se

converte em linguagem da máquina própria da fase informacional, através dos computadores, acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto.

Além da transformação do trabalho vivo em trabalho morto, há ainda outra tendência caracterizada pela crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, uma vez que se presencia, no mundo contemporâneo, em seus setores mais avançados, a expansão do trabalho dotado de maior dimensão "intelectual" (no sentido dado pela produção capitalista), quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas outras. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da noção ampliada de trabalho, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo.

Dado que no mundo da tecnociência a produção de conhecimento torna-se um elemento essencial da produção de bens e serviços, pode-se dizer que "as capacidades dos trabalhadores ampliarem seus saberes (...) torna-se uma característica decisiva da capacidade de trabalho em geral. E não é exagero dizer que a força de trabalho apresenta-se cada vez mais como força inteligente de reação às situações de produção em mutação e ao equacionamento de problemas inesperados". (Vincent, 1995: 160) A ampliação das formas de trabalho imaterial torna-se, portanto, outra característica do sistema de produção.

Evidencia-se, no universo das empresas produtivas e de serviços, uma ampliação das atividades denominadas imateriais,

13

que expressam a vigência da esfera informacional da formamercadoria. Na interpretação que aqui estamos oferecendo, as novas dimensões e formas de trabalho vêm trazendo um alargamento, uma ampliação e uma complexificação da atividade laborativa, de que a expansão do trabalho imaterial é exemplo. Trabalho material e imaterial, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital.

Podemos, portanto, ao concluir este Prefácio à 7ª edição, que, ao invés da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda, da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, maior interpenetração, entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. Uma concepção ampliada de trabalho nos possibilita entender o papel que ele exerce na sociabilidade contemporânea, neste limiar do século que se inicia.

Agora, ao prefaciarmos a 7ª edição do livro, podemos dizer que Adeus ao Trabalho? teve uma incomum receptividade no Brasil. O livro foi objeto de várias resenhas, comentários, entrevistas (no Brasil e também no exterior), e nos possibilitou debatê-lo não só entre o público de ciências sociais, mas com pesquisadores e estudiosos de economia,

filosofia, história, educação, serviço social, geografia, enfermagem, psicologia do trabalho, medicina do trabalho (na área denominada saúde do trabalho), juizes do trabalho e advogados trabalhistas etc. Do mesmo modo, pudemos discuti-lo em diversos debates em sindicatos, partidos, movimentos sociais e populares urbanos e rurais, núcleos de base, associações de trabalhadores, pastorais operárias, trabalhadores sem-terra, grupamentos de esquerda

14

independentes, não-partidários, todos clamando por uma reflexão em torno dessa questão candente que, de algum modo, a universidade vinha relegando a um segundo plano.

Além dessa positiva repercussão no Brasil, foi também surpreendente sua repercussão fora do país. Adeus ao Trabalho? foi publicado na Venezuela (Ed. Piedra Azul, 2ª edição), na Argentina (Ed. Antídoto/Coleção Herramienta), na Colômbia (Ediciones Pensamiento Crítico), e no final de 2000 será editado na Itália, além de ter sido ainda discutido e resenhado na França (Actuel Marx, por Nicolas Tertulian), na Itália (Marxismo Oggi, por Guido Oldrini e em Liberazione, por Antonino Infranca), na Inglaterra (Capital & Class, por Marcio Valença), na Argentina (Herramienta, por Nestor Lopez, e em Taller, por Fernando Iglésias e Hermán Camarero), dentre outros países.

Gostaríamos de concluir com mais duas lembranças muito especiais. A primeira, um depoimento belíssimo, presente em carta que nos foi enviada pelo historiador Nelson Werneck Sodré, em 26 de maio de 1995, sobre o impacto que a leitura do livro lhe causou e que transcrevemos na contracapa desta 7ª edição. A segunda, o belo poema que o Prof. Alexandre Antônio Náder nos ofereceu e que transcrevemos a seguir:

(CONTRA) RONDÓ

Para Ricardo Antunes, pelo Adeus ao Trabalho?  
Por Alexandre Antônio Náder

Por errar, Adão trabalhou. Por trabalhar, Prometeu errou.

15

APRESENTAÇÃO

Em 1980. André Gorz publicava o seu conhecido livro com o título Adeus ao Proletariado. Afirmativo, capturando uma tendência em curso que indicava uma significativa redução do operariado industrial nas sociedades capitalistas avançadas, o sociólogo francês vaticinou o fim do proletariado, com todas as conseqüências teóricas e políticas decorrentes desta formulação. O livro teve repercussão incomum, não só no universo (acadêmico e político) dos países centrais, que vivenciavam mais intensamente as tendências empíricas que Gorz procurava apreender, mas também em países de industrialização intermediária, como o Brasil, que presenciava então, no contrafluxo do cenário europeu, o vigoroso ressurgimento do seu movimento dos trabalhadores. Ensaio muito instigante e abusivamente problemático, Adeus ao Proletariado tentava questionar, na raiz a revolução do trabalho e desse modo ainda a

desnortear ainda mais a esquerda tradicional.

Se um dos seus objetivos era instaurar um novo patamar para o debate, pode-se dizer que Adeus ao Proletariado é, deste ponto de vista, um livro vitorioso. Vários textos o sucederam, cujas formulações, direta ou indiretamente, confirmaram as teses formuladas.

Foi esta polêmica que inspirou diretamente este nosso ensaio, intitulado Adeus ao Trabalho? (Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho), cujo objetivo é tentar oferecer, com o olhar situado neste canto particular de um mundo marcado por uma globalidade desigualmente articulada, alguns elementos e contornos básicos presentes neste debate.

As interrogações que perseguimos são essencialmente estas: a classe que vive do trabalho estaria desaparecendo? A retração do operariado tradicional, fabril, da era do fordismo, acarreta inevitavelmente a perda de referência e de relevância do ser social que trabalha? Que repercussões estas metamorfoses tiveram (e têm) junto aos organismos de representação dos trabalhadores, dos quais os sindicatos são expressão? E, como desdobramento analítico das transformações em curso, parecem-nos inevitáveis os seguintes questionamentos: a categoria trabalho não é mais dotada de estatuto de centralidade, no universo da praxis humana existente na sociedade contemporânea? A chamada "crise da sociedade do trabalho" deve ser entendida como o em da possibilidade da revolução do trabalho? O trabalho não é mais elemento estruturante de uma nova forma de sociabilidade humana? Não é mais protoforma da atividade humana, necessidade de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza?

Estas são indagações agudas, para as quais este texto pretende tão-somente oferecer algumas indicações. Num momento histórico marcado por tantas transformações, muitas delas ainda em curso, pensamos que uma inserção neste debate, sob a forma de um ensaio, tem necessariamente caráter preliminar e limitado.

Adeus ao Trabalho? faz parte de um volume mais amplo que apresentamos no concurso de Livre-Docência em Sociologia do Trabalho, junto ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, em abril de 1994, e que teve como banca examinadora os professores

18

Octávio Ianni, Maurício Tragtenberg, Paulo Silveira, Sedi Hirano e Celso Frederico, de quem obtivemos inúmeras sugestões e indicações. Integra também um projeto de pesquisa que estamos desenvolvendo, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o título Para Onde Vai o Mundo do Trabalho?, onde procuramos apreender a forma de ser da classe trabalhadora na sociedade contemporânea e da qual este ensaio é, em verdade, um primeiro resultado.

Complementam este volume, sob a forma de apêndice, alguns textos que possibilitam a indicação de pontos ou questões suscitadas em Adeus ao Trabalho? e que são retomados nestas notas. Eles têm também como "fio condutor" questões que dizem respeito à crise da sociedade do trabalho

e, particularmente num deles, procuramos mostrar algumas repercussões destas mudanças na contextualidade brasileira.

Gostaria de finalizar a Apresentação deste ensaio, que trata dos dilemas e polêmicas em torno de uma vida cheia de sentido a partir do trabalho, tentando exprimir o sentimento que o trabalho intelectual suscita e gera. Goethe disse, certa vez: "Se me perguntares como é a gente daqui, responder-te-ei: como em toda parte. A espécie humana é de uma desoladora uniformidade; a sua maioria trabalha durante a maior parte do tempo para ganhar a vida, e, se algumas horas lhe ficam, horas tão preciosas, são-lhe de tal forma pesadas que busca todos os meios para as ver passar. Triste destino o da humanidade!" (Werther). O trabalho intelectual, em seu sentido profundo e verdadeiro, é um dos raros momentos de contraposição a esta desoladora uniformidade.

\*\*\*

Não poderia deixar de expressar, aqui, meu sincero agradecimento aos alunos da área Trabalho e Sindicalismo do Programa de Mestrado em Sociologia e do Doutorado em Ciências Sociais do IFCH da Unicamp, com quem venho, já

19

há alguns anos, debatendo muitas das idéias que estão presentes neste volume. Sem este diálogo constante e frutífero, este texto seguramente não teria esta conformação. Um agradecimento particular deve ser feito também a Nice, Valquiria e Baxa, pelo auxílio que deram.

20

I

FORDISMO, TOYOTISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

21

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser.

Este texto pretende desenvolver alguns pontos de discussão em torno das dimensões e significados dessas mudanças e de algumas das conseqüências (teóricas e empíricas) possíveis e que são visualizáveis. Não pode ter, portanto, um caráter conclusivo, mas pretende apresentar algumas indicações que ofereçam algumas respostas a tantos questionamentos ora presentes.

Comecemos enumerando algumas das mudanças e transformações ocorridas nos anos 80. Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção

do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se

23

com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes das experiências da "Terceira Itália", na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado "kalmarianismo"), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras, sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar.

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são "substituídos" pela flexibilização da produção, pela "especialização flexível", por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ver Murray, 1983; Sabel e Piore, 1984; Annunziato, 1989; Clarke, 1991; Gounet, 1991 e 1992; Harvey, 1992 e Coriat, 1992a e 1992b). Ensaia-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a "gestão participativa", a busca da "qualidade total", são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias.

Não é o lugar, aqui, para fazermos uma análise detalhada desse processo em curso no mundo atual. Queremos indicar, entretanto, alguns dos elementos que consideramos mais rele-

24

vantes, de modo a, num momento seguinte, apontar as repercussões que essas transformações tiveram no interior do mundo do trabalho. Iniciamos, reiterando que entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade,

compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século.

Atribui-se a Sabel e Piore um pioneirismo na apresentação da tese da "especialização flexível": esta seria a expressão de uma processualidade que, tendo especialmente a "Terceira Itália" como experiência concreta, teria possibilitado o advento de uma nova forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, "artesanais". Esta simbiose, na medida em que se expande e generaliza, supera o padrão fordista até então dominante. Esse novo paradigma produtivo expressaria também, sempre segundo os autores citados, um modelo produtivo que recusa a produção em massa, típico da grande indústria fordista, e recupera uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da alienação do trabalho intrínseca à acumulação de base fordista. Um processo "artesanal", mais desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido, produzindo para um mercado mais localizado e regional, que extingue a produção em série, comportando experiências bem-sucedidas também em regiões

25

industriais nos EUA, na Alemanha e na França, entre outras áreas, inspirado num neoproudonismo, seria então responsável pela superação do modelo produtivo que até recentemente dominou o cenário da produção capitalista. O elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos excessos do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho, e supressores da sua dimensão criativa (Sabei e Piore, 1984).

Muitas críticas foram feitas a esses autores mostrando, de um lado, a impossibilidade de generalização desse modelo, e, de outro, o caráter epidérmico dessas mudanças. Coriat, por exemplo, afirma que a hipótese implícita nesta tese, da substituição da produção baseada em economia de escala, é empiricamente irrealizável; como o princípio exclusivo da especialização flexível sustenta-se num mercado essencialmente segmentado e instável, é difícil imaginar sua generalização. Daí Coriat falar na "generalização abusiva" presente na tese da especialização flexível de Sabei e Piore (Coriat, 1992a: 151-153).

Mais aguda é a crítica de Clarke: incorporando argumentos de outros autores, alega que a tese original da especialização flexível não é "universalmente aplicável", traz incoerências entre seus vários elementos e não se sustenta empiricamente quando se refere à superação do mercado de massa e à incapacidade de esta produção adequar-se às mudanças econômicas, bem como à "suposta correlação entre a nova tecnologia e a escala e as formas sociais da produção". Reafirma a tese de que a especialização flexível acarretou a intensificação do trabalho e consiste em um meio de desqualificá-lo e desorganizá-lo (Clarke, 1991: 124-125). Sua proposição é, entretanto, mais polêmica e mesmo problemática, quando desenvolve a tese de que o fordismo é dotado de dimensão flexível, capaz portanto de assimilar todas as mudanças em curso, dentro de sua lógica: "... os princípios do fordismo já se demonstraram aplicáveis a uma gama extraordinariamente ampla de contextos técnicos" (idem: 128).

Dotado de uma concepção ampliada do fordismo, que o entende não somente como restrito à esfera fabril e tecnológica,

26

mas também abrangendo as relações sociais de produção, Clarke vê a crise atual de reprodução do capital não como uma reestruturação pós fordista. Em suas palavras: "...assim como as pressões competitivas vindas de novas formas do fordismo, mais desenvolvidas e mais flexíveis, logo forçaram Ford a introduzir os homens de Pinkerton e o Departamento de Serviço, também os especialistas flexíveis e os especialistas em nichos de mercado já estão sofrendo a pressão de competidores que conseguiram reconciliar as economias de escopo com as economias de escala". E conclui: "A crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo" (idem: 150).

Outro autor também desenvolve pontos críticos à formulação que defende as positivities e o avanço da especialização flexível. Frank Annunziato mostra que Piore e Sabel entendem a produção artesanal como um meio necessário para a preservação do capitalismo. Referindo-se aos EUA, aqueles autores vislumbram uma "democracia americana dos pequenos proprietários" que Annunziato contesta: o fordismo domina a economia dos EUA até hoje, à medida que tem um processo de trabalho taylorizado e é dotado de uma hegemonia capitalista que penetra no interior das organizações de trabalhadores, tanto sindicais quanto nos partidos políticos (Annunziato, 1989: 99-100 e 106).

Merecem referência também as considerações feitas por Fergus Murray, em artigo publicado em 1983, portanto no início deste debate, onde mostra que, na última década, a tendência à descentralização da produção atingiu, na Itália, um conjunto de grandes empresas, que têm reduzido o tamanho da sua planta industrial e incentivado o putting-out do trabalho, em direção às pequenas unidades produtivas, artesanais, aos domestic outworkers. Processos correlatos vêm ocorrendo no Japão, elevando a produtividade das pequenas empresas através do avanço tecnológico, articulando, pela informática, as pequenas empresas aos grandes conglomerados. Processos com certa similaridade têm ocorrido também no sul dos EUA e Grã-Bretanha (S. Wales e Escócia). Cita também o exemplo da redução

27

da planta industrial em curso nas unidades de produção da General Electric. Seu artigo vai tematizar essas evidências, que desafiam a tese de que a centralização progressiva e a concentração do capital acarretam necessariamente uma concentração física do espaço produtivo. Para Murray, as condições históricas e particulares podem possibilitar, como no caso italiano, o aparecimento dessas unidades produtivas menores. Lista, entre os elementos mais importantes na definição da planta industrial, o tipo do produto, as opções tecnológicas existentes, o controle do processo produtivo, as relações industriais e a legislação estatal (Murray, Fergus, 1983: 79-85).

O autor também mostra que a articulação entre descentralização produtiva e avanço tecnológico, na particularidade italiana - que oferece a base empírica da sua pesquisa tem um claro sentido de combater

a autonomia e coesão de setores do operariado italiano, a ponto de chegar mesmo a sugerir uma necessária reconsideração do papel do trabalhador coletivo de massa, tão forte na Itália dos anos 60/70. O artigo define as várias formas de descentralização produtiva, mostrando que a fragmentação do trabalho, adicionada ao incremento tecnológico, pode possibilitar ao capital tanto uma maior exploração quanto um maior controle sobre a força de trabalho. Mostra como os sindicatos italianos, desenvolvidos no universo do trabalhador coletivo de massa, têm encontrado dificuldade em assimilar e incorporar essa classe trabalhadora mais segmentada e fracionada (idem: 79-99).

Um sugestivo esboço analítico sobre o significado e os contornos das transformações vivenciadas pelo capitalismo nos é oferecido por Harvey. Em seu entendimento, o núcleo essencial do fordismo manteve-se forte até pelo menos 1973, baseado numa produção em massa. Segundo esse autor, os padrões de vida para a população trabalhadora dos países capitalistas centrais mantiveram relativa estabilidade e os lucros monopólicos também eram estáveis. Porém, depois da aguda recessão instalada a partir de 1973, teve início um processo de transição no interior do processo de acumulação de capital.

28

Em sua síntese sobre a acumulação flexível nos diz que essa fase da produção é "marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas..." (Harvey, 1992: 140). Embora o autor afirme que as empresas baseadas no modelo fordista pudessem adotar as novas tecnologias e os emergentes processos de trabalho (aquilo que é muitas vezes denominado de neofordismo), reconhece, entretanto, que as pressões competitivas, bem como a luta pelo controle da força de trabalho, levaram ao nascimento de "formas industriais totalmente novas ou à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de deslocamento para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos" (idem: 148).

Distanciando tanto daqueles que falam em novos processos produtivos, inteiramente distintos das bases fordistas (como Sabel e Piore, 1984), quanto daqueles que não vêem novas e mesmo significativas transformações no interior do processo de produção de capital (como Pollert, Anna, 1988: 43-75), Harvey reconhece a existência de uma combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis, "artesanais", tradicionais. Em suas palavras: "a insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilização e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de O Capital de Marx sustenta esta afirmação). O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da

mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa consideração. E as conseqüências ideológicas e políticas da superacentuação da flexibilidade no sentido estrito da técnica de produção e das relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade (...). Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente" (idem: 178-179).

Como conseqüência dessas formulações, Harvey desenvolve sua tese de que a acumulação flexível, na medida em que ainda é uma forma própria do capitalismo, mantém três características essenciais desse modo de produção. Primeira: é voltado para o crescimento; segunda: este crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, terceira: o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional. E, particularmente no que diz respeito à segunda característica, acrescenta: "Curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho, que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia, mais viável mesmo nos países capitalistas avançados... O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do "teletransporte", bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da "Terceira Itália", por exploradores em

Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong" (idem: 175).

A conseqüência dessa processualidade, quando remetida ao mundo do trabalho, foi também indicada pelo autor: o trabalho organizado foi solapado. Ocorreram altos níveis de desemprego estrutural e houve retrocesso da ação sindical. O individualismo exacerbado encontrou, também, condições sociais favoráveis, entre tantas outras conseqüências negativas (idem: 141 e 161).

Se essas experiências da acumulação flexível, a partir da experiência da "Terceira Itália" e de outras regiões, como a Suécia, trouxeram tantas conseqüências, em tantas direções, foi, entretanto, o toyotismo ou o modelo japonês, que maior impacto tem causado, tanto pela revolução técnica que operou na indústria japonesa, quanto pela potencialidade de propagação que alguns dos pontos básicos do toyotismo têm demonstrado, expansão que hoje atinge uma escala mundial.

Não é propósito deste texto expor detalhadamente os passos que singularizam a experiência do toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que originou o modelo na Toyota), nem mesmo suas dimensões mais universalizantes, que têm dotado o toyotismo de um impacto extraordinário, enquanto processo ágil e lucrativo de produção de mercadorias. O que pretendemos é oferecer alguns traços constitutivos deste novo modelo, de modo a apontar as enormes conseqüências que ele acarreta no interior do mundo do trabalho.

Coriat fala em quatro fases que levaram ao advento do toyotismo. Primeira: a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas. Segunda: a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. Terceira: a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao kanban. Segundo os termos atribuídos a Toyoda, presidente fundador da Toyota, "o ideal seria produzir somente o necessário

31

e fazê-lo no melhor tempo", baseando-se no modelo dos supermercados, de reposição dos produtos somente depois da sua venda. Segundo Coriat, o método kanban já existia desde 1962, de modo generalizado, nas partes essenciais da Toyota, embora o toyotismo, como modelo mais geral, tenha sua origem a partir do pós-guerra. Quarta fase: a expansão do método kanban para as empresas subcontratadas e fornecedoras (Coriat, 1992b: 27-30).

Coriat acrescenta ainda outros traços significativos do toyotismo: a necessidade de atender a um mercado interno que solicita produtos diferenciados e pedidos pequenos, dadas as condições limitadas do pós-guerra no Japão. Diz o autor: "Nestas condições, a competência e a competitividade determinaram-se a partir da capacidade para satisfazer rapidamente pedidos pequenos e variados. Assim nasce, pois, o ohnismo: no universo de pressões inéditas e originais, quando comparadas com aquelas que originaram o fordismo" (idem: 33-34). Era necessário também superar o caráter caótico da produção na Toyota, denominado jocosamente de método DEKANSHO (devido a um longo período de preparação, para posterior produção, à maneira dos estudantes de filosofia que dormiam durante um semestre para depois estudar intensamente Descartes, Kant e Schopenhauer). Como exemplo dessa limitação produtiva basta dizer que, em 1955, a indústria automobilística japonesa produziu 69 mil unidades, enquanto os EUA produziram 9,2 milhões, a Alemanha 909 mil e a França 725 mil (idem: 35 e 31).

Por fim, havia que enfrentar o combativo sindicalismo japonês, responsável por uma atuação marcada por muitos confrontos grevistas, e que se constituía num entrave à expansão do toyotismo. Em 1950, houve um expressivo movimento grevista contra um processo de demissões em massa na Toyota (entre 1600 a 2 mil trabalhadores). A longa greve dos metalúrgicos foi derrotada pela Toyota. Foi, nessa nova contextualidade, a primeira derrota do sindicalismo combativo no Japão. Em 1952/1953, desencadeou-se uma nova luta sindical em várias

32

empresas, contra a racionalização do trabalho e por aumentos salariais, que teve a duração de 55 dias e onde o sindicalismo foi novamente derrotado (Coriat, 1992b: 36 e Gounet, 1991a: 42). É importante lembrar que a Nissan, neste conflito, recorreu ao lockout, como forma de desmoralizar a greve (Gounet, 1991: 42). Após a repressão que se abateu sobre os principais líderes sindicais, as empresas aproveitaram a desestruturação do sindicalismo combativo e criaram o que se constituiu no traço distintivo do sindicalismo japonês da era toyotista: o sindicalismo de empresa, o sindicato-casa, atado ao ideário e ao universo patronal.

No ano seguinte, 1954, esse mesmo sindicato foi considerado ainda pouco cooperativo, sendo por isso dissolvido e substituído por um novo sindicato inserido no "espírito Toyota", na "Família Toyota". A campanha reivindicatória tornou-se, então, nesse ano, movida pelo lema: "Proteger nossa empresa para defender a vida!..." (conforme Coriat, 1992b: 37). Essa foi a condição essencial para o sucesso capitalista da empresa japonesa e, em particular, da Toyota. Combinando repressão com cooptação, o sindicalismo de empresa teve, como contrapartida à sua subordinação patronal, a obtenção do emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 30% da população trabalhadora) e também ganhos salariais decorrentes da produtividade. Os sindicatos têm, como é o caso da Nissan, papel relevante na "meritocracia" da empresa, na medida em que opinam (com possibilidade de veto) sobre a ascensão funcional dos trabalhadores (Gounet, 1992: 67). Coriat diz, referindo-se também ao sindicalismo japonês, que em várias situações a passagem pelo sindicato é uma condição para ascender a funções de responsabilidade, sobretudo em matéria de administração de pessoal (Coriat, 1992b: 70), o que vincula ainda mais o sindicato à hierarquia das empresas.

Parece desnecessário lembrar que essas práticas subordinam os trabalhadores ao universo empresarial, criando as condições para a implantação duradoura do sindicalismo de envolvimento,

33

em essência um sindicalismo manipulado e cooptado.<sup>2</sup> Foi a partir destes condicionantes históricos que se gestou o modelo japonês, que aqui estamos chamando de toyotismo.

Seus traços constitutivos básicos podem ser assim resumidos: ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo just in orne. O kanban, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do foral, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o kanban é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos. Daí o fato de, em sua origem, o kanban estar associado ao modelo de funcionamento dos supermercados, que repõem os produtos, nas prateleiras, depois da venda (Gounet, 1992: 40 e Coriat, 1992b: 43-45).

Para atender às exigências mais individualizadas de mercado, no melhor tempo e com melhor "qualidade", é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que permita a um operário operar com várias máquinas (em média cinco máquinas, na Toyota), rompendo-se com a relação um homem/uma máquina que fundamenta o fordismo. E a chamada "polivalência" do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando "várias tarefas simples" (conforme o interessante depoimento do ex-líder sindical japonês, Ben Watanabe, 1993a: 9). Coriat fala em desespecialização e polivalência dos operários profissionais e qualificados, transformando-os em trabalhadores multifuncionais (Coriat, 1992b: 41).

Do mesmo modo, o trabalho passa a ser realizado em equipe, rompendo-se com o caráter parcelar típico do fordismo

34

(Gounet, 1992: 40). Uma equipe de trabalhadores opera frente a um sistema de máquinas automatizadas. Além da flexibilidade do aparato produtivo, é preciso também a flexibilização da organização do trabalho. Deve haver agilidade na adaptação do maquinário e dos instrumentos para que novos produtos sejam elaborados. Neste ponto encontra-se mais uma nítida diferença frente à rigidez do fordismo. Gounet nos diz que esta é uma das maiores dificuldades para a expansão ampliada do toyotismo junto às estruturas produtivas já existentes e resistentes a essa flexibilização (idem: 40). Ao contrário da verticalização fordista, de que são exemplo as fábricas dos EUA, onde ocorreu uma integração vertical, à medida que as montadoras ampliaram as áreas de atuação produtiva, no toyotismo tem-se uma horizontalização, reduzindo-se o âmbito de produção da montadora e estendendo-se às subcontratadas, às "terceiras", a produção de elementos básicos, que no fordismo são atributo das montadoras. Essa horizontalização acarreta também, no toyotismo, a expansão desses métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, kanban, just in time, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, "gerência participativa", sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente.

Gounet nos mostra ainda que o sistema toyotista supõe uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de que os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer através do sistema de luzes (verde = funcionamento normal; laranja = intensidade máxima, e vermelha = há problemas, deve-se reter a produção) que possibilitam ao capital intensificar - sem estrangular - o ritmo produtivo do trabalho. As luzes devem alternar sempre entre o verde e o laranja, de modo a atingir um ritmo intenso de trabalho e produção. (Gounet, 1991: 41) A diminuição da "porosidade" no trabalho é aqui ainda maior do que no fordismo. Este traço do toyotismo possibilita forte crítica de Gounet a Coriat: este, diz Gounet, reconhece que o sistema de luzes permite um melhor controle da direção sobre os operários, mas omite o

35

principal: que esse método serve para elevar continuamente a velocidade

da cadeia produtiva. Ao permanecer oscilando entre o verde e o laranja, a direção pode descobrir os problemas antecipadamente e suprimi-los de modo a acelerar a cadência até que o próximo problema ou dificuldade apareçam (Gounet, 1992: 66).

Outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras. Isto explica por que um operário da Toyota trabalha aproximadamente 2.300 horas, em média, por ano, enquanto, na Bélgica (Ford-Genk, General MotorsAnvers, Volkswagen-Forest, Renault-Vilvorde e Volvo-Gand), trabalha entre 1.550 e 1.650 horas por ano (dados da ABVVLIMBURG, Bélgica, junho de 1990, citado por Gounet, 1991: 41). Outra expressão do modelo japonês, está estampada nestes dados comparativos, calculados pelo Massachusetts Institute of Technology, que, em 1987, estimou o número necessário de horas por homem, para fabricar um veículo: "19 horas no arquipélago; 26,5 horas em média nos EUA; 22,6 horas nas melhores fábricas européias e 35,6 horas em média na Europa, quase duas vezes mais que no Extremo Oriente" (conforme Krafcik, J., citado por Gounet, 1991: 42 e 50).

Com o que Gounet sintetiza: "O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos 70. Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a "satisfação da equipe que está na seqüência da sua linha". E conclui, não sem um toque de

36

ironia: "Em síntese, com o toyotismo, parece desaparecer o trabalho repetitivo, ultra-simples, desmotivante e embrutecedor. Finalmente, estamos na fase do enriquecimento das tarefas, da satisfação do consumidor, do controle de qualidade" (Gounet, 1991: 43).

É sugestivo o depoimento de Ben Watanabe, que durante trinta anos atuou no movimento sindical japonês: "O CCQ foi desenvolvido no Japão por gerentes de empresas, a partir dos anos 50, junto com o toyotismo. No sistema Toyota, os engenheiros do chão da fábrica deixam de ter um papel estratégico e a produção é controlada por grupos de trabalhadores. A empresa investe muito em treinamento, participação e sugestões para melhorar a qualidade e a produtividade. O controle de qualidade é apenas uma parte do CCQ". Neste, entretanto, "inclui-se um outro elemento: a eliminação da organização autônoma dos trabalhadores" (Watanabe, 1993: 5). "A Toyota trabalha com grupos de oito trabalhadores... Se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto este último garante a produtividade assumindo o papel que antes era da chefia. O mesmo tipo de controle é feito sobre o absentismo" (idem: 5).

Sobre a diversidade do sindicalismo no Japão acrescenta: no cume da pirâmide existem sindicatos por empresa, que têm garantidas altas

taxas de sindicalização, "mas nos níveis mais baixos os trabalhadores não têm quase nenhuma organização. O número de sindicalizados não ultrapassa 5% do total" (idem: 8). Essa diversidade foi apontada também por Coriat, ao incorporar a formulação de outro autor: "O sindicalismo no Japão, embora dominado pela forma do sindicato de empresa, deve ser apreendido como um continuum que vai dos sindicatos fortemente burocratizados e que organizam centenas de milhares de assalariados, até a "sociedade" de uma pequena empresa que se transforma, de maneira episódica, em negociador coletivo" (Nohara, citado por Coriat, 1992b: 71).

Sobre o emprego vitalício, é também interessante o depoimento de Watanabe: esse sistema "começou em 1961. Para obter dos trabalhadores o compromisso com o aumento da

37

qualidade e produtividade, os empresários ofereciam esta vantagem. No início, ninguém acreditava na estabilidade, que só passou a ser implantada, de fato, em 1965. No entanto, esta prática foi adotada apenas nas grandes empresas, atingindo, aproximadamente, 30% dos trabalhadores japoneses". Acrescenta que essa experiência "é muito curta e, atualmente, está diante de uma perspectiva de crise. A recessão econômica, iniciada há dois anos, levou a Organização Nacional das Empresas a sugerir que os gerentes repensassem a estabilidade vitalícia até a próxima negociação. É necessário lembrar também que a instituição do emprego vitalício está altamente ligada à estrutura salarial, que correspondeu à necessidade das empresas de garantir a permanência dos trabalhadores na mesma fábrica, no final dos anos 50, fase inicial do desenvolvimento do toyotismo" (Watanabe, 1993: 10-11). "Com a aposentadoria aos 55 anos, o trabalhador é transferido para um emprego menos remunerado em empresas de menor porte e prestígio" (Watanabe, B., 1993a: 4-11 e 1993b: 3).

E há também, no universo do emprego vitalício, com todas as singularidades do modelo japonês - bem como suas enormes limitações - uma outra decorrência das condições de trabalho no arquipélago: o *karoshi*, termo que se refere à morte súbita no trabalho, provocada pelo ritmo e intensidade, que decorrem da busca incessante do aumento da produtividade (Watanabe, 1993b: 3).

Se na concretude japonesa, onde se gestou e se desenvolveu, esse modelo tem estes contornos básicos, sua expansão, em escala mundial e sob formas menos "puras" e mais híbridas, tem sido também avassaladora. À exceção do emprego vitalício, o modelo japonês, de um modo ou de outro, mais ou menos "adaptado", mais ou menos (des)caracterizado, tem demonstrado enorme potencial universalizante, com conseqüências as mais negativas para o mundo do trabalho em escala ampliada, tanto em países da Europa Ocidental, quanto no continente americano (Norte e Sul), sem falar, naturalmente, dos recentes "tigres asiáticos" que se expandiram na esteira do modelo japonês.

38

Coriat sugere que, em um universo internacionalizado, se as "lições" japonesas são copiadas em todas as partes, é porque correspondem à fase atual de um capitalismo, que se caracteriza pelo

crescimento da concorrência, pela diferenciação e pela qualidade, condições originais da constituição do método ohniano. Como Coriat acrescenta que "nem tudo é negativo" e que não se deve "pensar ao contrário" do modelo japonês, sua proposição vai no sentido de incorporar, sob uma variante social-democrática, "toda a democracia nas relações de trabalho", fundada então "em bases renovadas e muito mais sólidas e dinâmicas, pois poderá conseguir conjugar eficácia econômica e equidade" (Coriat, 1992b: 146-7). As contradições e paradoxos que apresenta são secundárias e mesmo fenomênicas, porque se inserem na ótica da positividade, que acaba por predominar em sua análise do toyotismo. Os traços críticos que apresenta são diluídos, e a eles se sobrepõem os traços de vantagens do modelo japonês. Sua conclusão é límpida: "Para a empresa ocidental, o desafio, em verdade o único, é o que consiste em (...) passar do envolvimento incitado ao envolvimento negociado..." Assim, "a prática já antiga da co- determinação de tipo alemã ou sueca em mais de um aspecto tem sabido abrir-se para permitir a estes novos acordos dinâmicos "de tipo japonês", onde a qualificação, a formação e os mercados internos estão sistematicamente construídos como base da produtividade e da qualidade... Seria um último paradoxo, e em verdade magnífico, se a lição japonesa, ao "transferir-se" para a velha Europa, pudesse traduzir-se finalmente em uma maior... democracia" (Coriat, 1992b: 156-157).

Creemos, ao contrário, que a introdução e expansão do toyotismo na "velha Europa" tenderá a enfraquecer ainda mais o que se conseguiu preservar do welfare state, uma vez que o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente socialdemocrática. O risco maior que visualizamos dessa ocidentalização do toyotismo é o de que, com a retração dos governos da social-democracia européia, bem como a sua subordinação a vários pontos da agenda neoliberal, tenderia a haver um

39

encolhimento ainda maior dos fundos públicos, acarretando maior redução das conquistas sociais válidas para o conjunto da população, tanto aquela que trabalha quanto a que não encontra emprego. Não é difícil concluir que a "vantagem japonesa", dada por um "ganho salarial, decorrente da produtividade", que beneficia uma parcela minoritária da classe trabalhadora no próprio Japão, dar-se-ia reduzindo ainda mais as condições da população trabalhadora que depende dos fundos sociais. Menos do que social-democratização do toyotismo, teríamos uma toyotização descaracterizadora e desorganizadora da social-democracia.

Naturalmente, formulações como a de Coriat, que defendem a introdução do toyotismo na Europa, inserem-se na busca de uma saída para a atual crise do capitalismo, visualizando em seu interior uma nova forma de organização do trabalho, uma nova forma de regulação e um novo ordenamento social pactuado entre capital, trabalho e Estado. Concepção que se sustenta, portanto, na convivência e na colaboração entre as classes sociais, relação esta concebida como cooperativa. Isto supõe, evidentemente, a incorporação e aceitação, por parte dos trabalhadores, da política concorrencial e de competitividade, formulada pelo capital, que passa a fornecer o ideário dos trabalhadores. O que é o "espírito Toyota", a "família Toyota", "a Nissan, fábrica da nova era", o "sindicato-casa", senão a expressão mais límpida e cristalina deste

mundo do trabalho que deve viver o sonho do capital?

A conseqüência mais evidente é o distanciamento pleno de qualquer alternativa para além do capital, à medida que se adota e postula uma ótica do mercado, da produtividade, das empresas, não levando sequer em conta, com a devida seriedade, entre tantos outros elementos tão graves e prementes como, por exemplo, a questão do desemprego estrutural, que atualmente esparrama-se por todo o mundo, em dimensões impressionantes, e que não poupa nem mesmo o Japão, que nunca contou com excesso de força de trabalho. Desemprego este que é o resultado dessas transformações no processo

40

produtivo, e que encontra, no modelo japonês, no toyotismo, aquele que tem causado maior impacto, na ordem mundializada e globalizada do capital. Por isso não temos dúvida em enfatizar que a ocidentalização do toyotismo (eliminados os traços singulares da história, cultura, tradições que caracterizam o Oriente japonês) conformaria em verdade uma decisiva aquisição do capital contra o trabalho.

Pelo que pudemos expor e indicar nas páginas anteriores, julgamos pertinente afirmar que a "substituição" do fordismo pelo toyotismo não deve ser entendida, o que nos parece óbvio, como um novo modo de organização societária, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias e, o que é menos evidente e mais polêmico, mas também nos parece claro, não deve nem mesmo ser concebido como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista. Neste universo, a questão que nos parece mais pertinente é aquela que interroga em que medida a produção capitalista realizada pelo modelo toyotista se diferencia essencialmente ou não das várias formas existentes de fordismo. Queremos aqui tão-somente enfatizar que a referida diminuição entre elaboração e execução, entre concepção e produção, que constantemente se atribui ao toyotismo, só é possível porque se realiza no universo estrito e rigorosamente concebido do sistema produtor de mercadorias, do processo de criação e valorização do capital.

Deste modo, embora reconheçamos que o estranhamento do trabalho, que decorre do modelo toyotista, tem elementos singulares - dados pela própria diminuição das hierarquias, pela redução do despotismo fabril, pela maior "participação" do trabalhador na concepção do processo produtivo -, é de todo relevante enfatizar que essas singularidades não suprimem o estranhamento da era toyotista. A desidentidade entre indivíduo e gênero humano, constatada por Marx nos Manuscritos, encontra-se presente e até mesmo intensificada em muitos segmentos da classe trabalhadora japonesa - e não estamos mencionando aqui as conseqüências nefastas da toyotização, em franco processo de expansão em tantos outros contingentes

41

produtivos. e ate encontra. no modelo iaoones. no toyotismo. de trabalhadores em diversos países. A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, a sujeição do ser que trabalha ao "espírito" Toyota, à "família" Toyota, é de muito maior intensidade, é qualitativamente distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais despótica; aquela, a do

toyotismo, é mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória.

Se Gramsci fez indicações tão significativas acerca da concepção integral do fordismo, do "novo tipo humano", em consonância com o "novo tipo de trabalho e de produção", o toyotismo por certo aprofundou esta integralidade (ver Gramsci, 1976: 382). O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo "envolvimento cooptado", que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do que e de como produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadoria. A existência de uma atividade autodeterminada, em todas as fases do processo produtivo, é uma absoluta impossibilidade sob o toyotismo, porque seu comando permanece movido pela lógica do sistema produtor de mercadorias. Por isso pensamos que se possa dizer que, no universo da empresa da era da produção japonesa, vivencia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalha, que tendencialmente se aproxima do limite. Neste preciso sentido é um estranhamento pós fordista.

Essas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais etc., dos diversos países onde são vivenciadas, afetam diretamente o operariado industrial tradicional, acarretando metamorfoses no ser do trabalho. A

42

crise atinge também intensamente, como se evidencia, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação. Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Distanciam-se crescentemente do sindicalismo e dos movimentos sociais classistas dos anos 60/70, que propugnavam pelo controle social da produção, aderindo ao acrílico sindicalismo de participação e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem. Abandonam as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visavam a emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrílica da social-democratização, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal. A brutal defensiva dos sindicatos frente a onda privatista é expressão do que estamos nos referindo.

A derrocada do Leste europeu, do (neo)stalinismo e da esquerda tradicional - que o ideário da ordem chamou de "fim do socialismo" - também tiveram forte repercussão nos organismos de representação dos trabalhadores, que se vêem ainda mais na defensiva. A esquerda tem sido incapaz, até o presente, de mostrar, para amplos contingentes sociais, que o desmoronamento do Leste europeu não significou o fim do socialismo, mas sim o esgotamento de uma tentativa (cabalmente derrotada) de construção de uma sociedade que não conseguiu ir além do

capital (para usar a expressão de István Mészáros, 1982 e 1993) e que por isso não pode constituir-se nem mesmo enquanto sociedade socialistas.

Os sindicatos operaram um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas, que visavam o controle social da produção, ação esta tão intensa em décadas anteriores, e subordinam-se à participação dentro da ordem. Tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital. O mundo

43

do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representação sindicais, disposição de luta com traços anticapitalistas. As diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência para além do capital. Enfim, foi uma década crítica, repetimos, responsável pela mais aguda crise vivenciada pelo mundo do trabalho neste "século perdido". Século que começou com a eclosão de uma revolução que, na sua origem, em 1917, parecia capaz de iniciar o ciclo de desmontagem do capitalismo, e que está prestes a terminar de maneira mais que sombria, para aqueles que são críticos do capital.

Esta contextualidade, cujos problemas mais agudos aqui somente aludimos, repercutiu (e ainda repercute) criticamente no mundo do trabalho e, mais particularmente, no universo operário. Quais foram as consequências mais evidentes e que merecem maior reflexão? A classe operária estaria desaparecendo? (Gorz, 1982 e 1990) A retração do operariado industrial estável, nos países avançados, acarreta inevitavelmente a perda de referência e de relevância da classe-que-vive-do-trabalho? A categoria trabalho não é mais dotada do estatuto de centralidade, para o entendimento da atividade humana, da práxis humana, nesta fase do capitalismo? (Offe, 1989; Habermas, 1987). A chamada crise da "sociedade do trabalho" deve ser entendida como o fim da possibilidade da revolução do trabalho? (Kurz, 1992). O trabalho não é mais, para lembrar Lukács, protoforma da atividade dos seres sociais ou, para recordar Marx, necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza? (Lukács, 1981; Marx, 1971: 50).

As indagações são agudas e as respostas são também de enorme complexidade. O objetivo deste livro, no próximo capítulo, é procurar indicar alguns elementos preliminares que estão presentes na contemporaneidade do mundo do trabalho e que repercutem tão diretamente no movimento dos trabalhadores, em sua consciência de classe, em sua subjetividade.

44

#### NOTAS

1. Dentre as experiências de tlexibilização produtiva, Gorz, ao referir-se ao funcionamento da Volvo de Uddevalla, na Suécia, diz: "Os operários desta fábrica estão organizados em equipes de dez pessoas, mulheres e homens, e cada equipe assegura por completo a montagem e a

operação de acabamento de um veículo. Cada um conhece vários ofícios, e as diferentes tarefas são assumidas por turno, o mesmo ocorrendo com as funções de chefe de equipe. Os componentes da equipe podem se organizar entre si para tomar, por turno, descansos suplementares, e o plano, que normalmente é de doze veículos por equipe, por semana, pode cumprir-se de maneira muito flexível: o volume de produção pode variar segundo os dias e inclusive segundo as semanas, mas sempre se mantém a média semanal de doze automóveis... A oficina de Uddevalla é uma fábrica de montagem e de acabamento. Os operários podem sentir-se responsáveis pela qualidade da montagem, mas nem a qualidade dos elementos e dos grupos, nem a concepção dos veículos, nem a decisão de produzir automóveis dependem deles. Por conseguinte, o produto final de seu trabalho lhes segue sendo - em grande parte - alheio, como também se apresenta alheio aos trabalhadores que controlam a produção robotizada de motores, caixas de câmbio, suportes etc... Ainda quando acessam a um alto grau de autonomia, de soberania sobre o trabalho, permanecem alienados porque não possuem a possibilidade de controlar, de estabelecer e de autodeterminar os objetivos de suas atividades. Seguem a serviço de objetivos que não puderam eleger e dos quais, na maioria dos casos, nem sequer têm conhecimento" (Gorz, 1990: 29). Sobre a experiência sueca ver também C. Berggren, 1989: 171 - 203.

2. Não é esse o entendimento de Coriat, que vê na relação sindicato e empresa "um jogo de contrapartidas sutis e essenciais". "Trata-se de um conjunto de contrapartidas implícitas ou explícitas dadas aos sindicatos e aos trabalhadores das grandes empresas "em troca" de seu envolvimento na produção." O sindicalismo cooperativo "tem-se mostrado historicamente capaz de garantir melhorias contínuas e substanciais nas condições de vida dos assalariados" (Coriat, 1992: 37-38 e 71). Gounet faz uma aguda crítica às teses de Coriat (e também a Lipietz), como se pode ver em seu longo ensaio "Penser à L'enver... le capitalisme", em *Etude.s Marxist.e.s* n. 14, maio de 1992, Bélgica, volume que tem um dossier dedicado ao toyotismo. Frank Annunziato faz uma sugestiva alusão à particularidade japonesa, no que diz respeito à relação entre capital e trabalho: "O capitalista japonês, como encarnação do senhor feudal, garante a estabilidade do trabalho, obtendo em troca, por parte dos trabalhadores, encarnação do servo feudal, lealdade e obediência" (Annunziato, 1989: 133). Se esta é uma tendência forte de parcela da classe trabalhadora japonesa, é importante lembrar que há resistência por parte de segmentos de trabalhadores e do sindicalismo: "Até recentemente os sindicatos trabalhavam na mesma perspectiva que as empresas. Como não foram consultados sobre a transferência das fábricas para outros países, os sindicatos começam a se opor, pelo menos verbalmente, à política empresarial, pois entendem que ela coloca o direito à estabilidade em jogo" (Watanabe, 1993: 13). Veja-se o depoimento de Watanabe: "Mesmo tendo os salários (calculados em dólares) mais altos do mundo no setor automobilístico, os trabalhadores japoneses não conseguem comprar uma casa decente sem um empréstimo. São as empresas que, depois de um certo período de serviço (entre 10 e 15 anos), oferecem empréstimos com juros abaixo do mercado, o que também deixa o trabalhador atrelado à empresa" (Watanabe, 1993a: 11). As condições japonesas, no que dizem respeito ao conjunto da classe trabalhadora, são assim retratadas por Robert Kurz: "A esse respeito o Japão distingue-se em todo caso das condições ocidentais, porque nunca chegou a superar efetivamente em suas estruturas internas as condições do Terceiro Mundo. A pobreza dos idosos é em parte de uma brutalidade desconhecida na Europa, os salários e o nível de vida das massas de trabalhadores ocupados nas indústrias

fornecedoras das empresas multinacionais são muitas vezes indignos de seres humanos, e a infra-estrutura encontra-se no nível europeu dos anos 50; apartamentos sem banheiro e com latrina no pátio constituem antes a regra do que a exceção..." (Kurz, 1992: 148).

4. Sobre o estranhamento, ver nossa discussão em "Trabalho e Estranhamento" neste volume. Ver, neste volume, nosso texto "A Prevalência da Lógica do Capital".

46

II

AS

METAMORFOSES

NO

MUNDO DO TRABALHO

Observa-se, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, "terceirizado", que marca a sociedade dual no capitalismo avançado, da qual os *gastarbeiters* na Alemanha e o *lavoro vero* na Itália são exemplos do enorme contingente de trabalho imigrante que se dirige para o chamado Primeiro Mundo, em busca do que ainda permanece do *welfare state*, invertendo o fluxo migratório de décadas anteriores, que era do centro para a periferia.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro,

49 aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Vamos procurar, nas páginas que seguem, dar alguns exemplos deste múltiplo e contraditório processo, em curso no mundo do trabalho. Faremos isso fornecendo alguns dados somente com o objetivo de ilustrar estas tendências.

Começemos pela questão da desproletarização do trabalho fabril, industrial. Na França, em 1962, o contingente operário era de 7,488 milhões. Em 1975, esse número chegou a 8,118 milhões e em 1989

reduziu-se para 7,121 milhões. Enquanto em 1962 ele representava 39% da população ativa, em 1989 esse índice baixou para 29,6% (dados extraídos notadamente de Econotnie et Statistigues, L'INSEE, in Bihr, 1990; ver também Bihr, 1991: 87-108).

Frank Annunziato, referindo-se às oscilações na força de trabalho nos EUA, transcreve os seguintes dados (em milhares):

Indústria	1980	1986	Variação			(%)
Agricultura	3.426	2.917	-			14,8
Mineração	1.027	724	-			29,5
Construção	4.346	4.906	+			12,8
Manufatura	20.286	18.994	-			6,3
Transporte e serviço público			5.146	5.719	+	11,1
Grande comércio		5.275	5.735		+	8,7
Pequeno comércio		15.035	17.845		+	18,6
Finanças, seguros e bens imobiliários		5.159	6.297		+	22,0
Governamental	16.241	16.711			+	2,8
Serviços	11.390	22.531			+	97,8

Fonte: Statistical Abstract of the United States, 1988, publicada pelo Departamento de Comércio dos EUA, em Annunziato, 1989: 107.

50 50

Os dados evidenciam, de um lado, a retração dos trabalhadores da indústria manufatureira (e também da mineração e dos trabalhadores agrícolas). De outro lado, tem-se o crescimento explosivo do setor de serviços que, segundo o autor, inclui tanto a "indústria de serviços" quanto o pequeno e grande comércio, as finanças, os seguros, o setor de bens imóveis, a hotelaria, os restaurantes, os serviços pessoais, de "negócios, de divertimentos, da saúde, os serviços legais e gerais (Annunziato, 1989: 107).

A diminuição do operariado industrial também se efetivou na Itália, onde pouco mais de um milhão de postos de trabalho foram eliminados, havendo uma redução da ocupação dos trabalhadores na indústria, de 40% em 1980, para pouco mais de 30%, em 1990 (Stuppini, 1991: 50).

Outro autor, num ensaio mais prospectivo, e sem a preocupação da demonstração empírica, procura indicar algumas tendências em curso, decorrentes da revolução tecnológica: lembra que projeções do empresariado japonês apontam como objetivo "eliminar completamente o trabalho manual da indústria japonesa até o final do século. Ainda que possa haver nisto certo ufanismo, a exposição deste objetivo deve ser levada a sério" (Schaff, 1990: 28).

Em relação ao Canadá, transcreve informações do Scierace Council of Canada Report (n. 33, 1982) "que prevê a moderada taxa de 25% de trabalhadores que perderão seu emprego até o final do século em consequência da automação". E, referindo-se às previsões norte-americanas, alerta para o fato de que "serão eliminados 35 milhões de empregos até o final do século em consequência da automação" (Schaff, 1990: 28).

Pode-se dizer que nos principais países industrializados da

Europa Ocidental, os efetivos de trabalhadores ocupados na indústria representavam cerca de 40% da população ativa no começo dos anos 40. Hoje, sua proporção se situa próxima dos 30%. Calcula-se que baixará a 20 ou 25% no começo do próximo século (Gorz, 1990a e 1990b).

51

Esses dados e tendências evidenciam uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural.

Paralelamente a essa tendência, há outra também extremamente significativa, dada pela subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, "terceirizado", vinculados à "economia informal", entre tantas modalidades existentes. Como diz Alain Bihr (1991: 89), essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial.

A título de exemplo: na França, enquanto houve uma redução de 501 mil empregos por tempo completo, entre 1982 e 1988 deu-se, no mesmo período, o aumento de 111 mil empregos em tempo parcial (Bihr, 1990). Em outro estudo, o mesmo autor acrescenta que essa forma de trabalho "atípica" não pára de se desenvolver depois da crise: entre 1982 e 1986, o número de assalariados em tempo parcial aumentou em 21,35% (Bihr, 1991: 88-89). Em 1988, diz outra autora, 23,2% dos assalariados da Comunidade Econômica Européia eram empregados em tempo parcial ou em trabalho temporário (Stuppini, 1991: 51). Na mesma direção segue este relato: "A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores "centrais" e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos... Na Inglaterra, os "trabalhadores flexíveis" aumentaram em 16%, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6%, ficando em 15,6 milhões... Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos

52

milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria "temporário" (Harvey, 1992: 144). André Gorz acrescenta que aproximadamente 35 a 50% da população trabalhadora britânica, francesa, alemã e norte americana encontra-se desempregada ou desenvolvendo trabalhos precários, parciais, que Gorz denominou de "proletariado pós industrial", expondo a dimensão real daquilo que alguns chamam de sociedade dual (Gorz, 1990: 42 e 1990a). Ou seja, enquanto vários países de capitalismo avançado viram decrescer os empregos em tempo completo, paralelamente assistiram a um aumento das formas de subproletarização, através da expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados etc. Segundo Helena Hirata, 20% das mulheres no Japão, em 1980, trabalhavam em tempo parcial, em condições precárias. "Se as estatísticas oficiais contavam

2,560 milhões de assalariadas em tempo parcial em 1980, três anos depois a Revista Economista de Tóquio estimava em 5 milhões o conjunto das assalariadas trabalhando em tempo parcial" (Hirata, 1986: 9). Desse incremento da força de trabalho, um contingente expressivo é composto por mulheres, o que caracteriza outro traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora. Esta não é "exclusivamente" masculina, mas convive, sim, com um enorme contingente de mulheres, não só em setores como o têxtil, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, mas em novos ramos, como a indústria microeletrônica, sem falar do setor de serviços. Essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos "domésticos" subordinados ao capital (veja-se o exemplo da Benetton), de tal modo que, na Itália, aproximadamente um milhão de postos de trabalho, criados nos anos 80, majoritariamente no setor de serviços, mas com repercussões também nas fábricas, foram ocupados por mulheres (Stuppini, 1991: 50). Do volume de empregos em tempo parcial

53

gerados na França entre 1982 e 1986, mais de 80% foram preenchidos pela força de trabalho feminina (Bihr, 1991: 89). Isso permite dizer que esse contingente tem aumentado em praticamente todos os países e, apesar das diferenças nacionais, a presença feminina representa mais de 40% do total da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados (Harvey, 1992: 146 e Freeman, 1986: 5).

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher."

Além da desproletarização relativa do trabalho industrial, da incorporação do trabalho feminino, da subproletarização do trabalho, através do trabalho parcial, temporário, tem-se, como outra variante deste múltiplo quadro, um intenso processo de assalariamento dos setores médios, decorrentes da expansão do setor de serviços. Vimos que, no caso dos EUA, a expansão do setor de serviços - no sentido amplo em que é definido pelo censo realizado pelo Departamento de Comércio daquele país - foi de 97,8% no período de 1980/1986, sendo responsável por mais de 60% de todas as ocupações (não incluído o setor governamental) (Annunziato, 1989: 107).

Na Itália, "contemporaneamente cresce a ocupação no setor terciário e no de serviços, que hoje ultrapassa 60% do

total das ocupações" (Stuppini, 1991: 50). Sabe-se que essa tendência atinge praticamente todos os países centrais.

Isso permite indicar que "nas pesquisas sobre a estrutura e as tendências de desenvolvimento das sociedades ocidentais altamente industrializadas encontramos, de modo cada vez mais freqüente, sua caracterização como "sociedade de serviços". Isso se refere ao crescimento absoluto e relativo do "setor terciário", isto é, do "setor de serviços" (Offe, Berger, 1991: 11). Deve-se afirmar, entretanto, que a constatação do crescimento desse setor não nos deve levar à aceitação da tese das sociedades pós-industriais, pós-capitalistas, uma vez que se mantém, "pelo menos indiretamente, o caráter improdutivo, no sentido da produção global capitalista, da maioria dos serviços. Pois não se trata de setores com acumulação de capital autônomo; ao contrário, o setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso, da capacidade das indústrias correspondentes de realizar mais-valia nos mercados mundiais. Somente quando essa capacidade se mantém para toda a economia nacional em conjunto, os serviços industriais e não-industriais (relativos a pessoas) podem sobreviver, e expandir-se" (Kurz, 1992: 209).

Por fim, há ainda uma outra conseqüência muito importante, no interior da classe trabalhadora, que tem uma dupla direção: paralelamente à redução quantitativa do operariado industrial tradicional dá-se uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que de um lado impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação. Começemos pela primeira. A redução da dimensão variável do capital, em decorrência do crescimento da sua dimensão constante - ou, em outras palavras, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto - oferece, como tendência, nas unidades produtivas mais avançadas, a possibilidade de o trabalhador aproximar-se do que Marx (1972: 228) chamou de "supervisor e regulador do processo de produção". Porém, a plena efetivação dessa tendência está impossibilitada pela própria lógica do capital. É elucidativa esta longa citação de Marx, onde aparece a referência que fizemos acima:

"O intercâmbio de trabalho vivo por trabalho objetivado (...) é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção fundada no valor. O suposto desta produção é, e segue sendo, a magnitude de tempo imediato de trabalho, a quantidade de trabalho empregado como fator decisivo na produção da riqueza. À medida, entretanto, que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregados, do que frente aos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, que por sua vez su powerful effectiveness - não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção. (...) A riqueza efetiva se manifesta melhor - e isto o revela a grande indústria - na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poderio do progresso de produção vigiado por aquele. O trabalho já não aparece tanto como encerrado no processo de produção,

senão que, melhor, o homem se comporta como supervisor e regulador em relação ao processo de produção mesmo. O trabalhador já não introduz o objeto natural modificado, como um anel intermediário entre a coisa e ele, mas insere o processo natural que transforma em industrial, como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica, a qual domina. Apresenta-se ao lado do processo de produção, em lugar de ser seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, senão a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma graças à sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual, aparece como uma base miserável comparado com este fundamento, recém-

56

desenvolvido, criado pela grande indústria. Logo que o trabalho, em sua forma imediata, tiver deixado de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser sua medida e, portanto, o valor de troca (deixa de ser a medida) do valor de uso. O sobre trabalho da massa deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não-trabalho de uns poucos deixa de ser a condição para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Com isso se desmorona a produção fundada no valor de troca... Desenvolvimento livre das individualidades e, por conseguinte, tem-se a não redução do tempo de trabalho necessário com vistas a criar sobre trabalho, mas, em geral, redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, ao qual corresponde então a formação artística, científica etc., dos indivíduos graças ao tempo que se torna livre e aos meios criados para todos" (idem: 227-229).

Evidencia-se, entretanto, que essa abstração era uma impossibilidade na sociedade capitalista. Como o próprio Marx esclarece, na seqüência do texto: "O capital mesmo é a contradição em processo, (pelo fato de) que tende a reduzir a um mínimo de tempo de trabalho, enquanto que, por outro lado, converte o tempo de trabalho em única medida e fonte de riqueza. Diminui, pois, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de trabalho excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição - question de vie et de mort - do (trabalho) necessário. Por um lado desperta para a vida todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio social, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho empregado por ela. Por outro lado, mensura com o tempo de trabalho estas gigantescas forças sociais criadas desse modo e as reduz aos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. As forças produtivas e as relações sociais - umas e outras, aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social - aparecem frente ao capital

57

unicamente como meios para produzir, fundando-se em sua mesquinha base. De fato, todavia, constituem as condições materiais para fazer saltar esta base pelos ares" (idem: 229).

Portanto, a tendência apontada por Marx - cuja efetivação plena supõe a ruptura em relação à lógica do capital deixa evidenciado que, enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não pode se concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor, mas, isto sim, uma mudança no interior do processo de trabalho, que decorre do avanço científico e tecnológico e que se configura pelo peso crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho social. A citação que segue é elucidativa: "... com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista, não é o operário industrial, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, dos produtos - este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (rrtanager), engenheiro (ertgirteer), técnico etc., outro, como capataz (overloocker), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante -, temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo, e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e produção. Se se considera o trabalhador coletivo, de que a oficina consiste, sua atividade combinada se realiza materialmente (mataterialiter) e de maneira direta num produto total que, ao mesmo tempo, é um volume total de mercadorias; é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador - simples elo desse trabalho coletivo - esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto" (Marx, 1978: 71-72).

58

O caso da fábrica automatizada japonesa Fujitsu Fanuc, um dos exemplos de avanço tecnológico, é elucidativo. Mais de quatrocentos robôs fabricam, durante as 24 horas do dia, outros robôs. Os operários, quase quatrocentos, trabalham durante o dia. Com métodos tradicionais seriam necessários cerca de 4 mil operários para se obter a mesma produção. Em média, a cada mês, oito robôs são quebrados, e a tarefa dos operários consiste basicamente em prevenir e reparar aqueles que foram danificados, o que traz um volume de trabalho descontínuo e imprevisível. Existem ainda 1.700 pessoas nos trabalhos de pesquisa, administração e comercialização da empresa (Gorz, 1990b: 28). Embora seja um exemplo de um país e de uma fábrica singulares, permite constatar, por um lado, que nem mesmo neste exemplo não houve a eliminação do trabalho, mas sim um processo de intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora. Mas, nesse exemplo atípico, o trabalhador já não transforma objetos materiais diretamente, mas supervisiona o processo produtivo em máquinas computadorizadas, programa-as e repara os robôs em caso de necessidade (id.ibid.).

Supor a generalização dessa tendência sob o capitalismo contemporâneo - nele incluído o enorme contingente de trabalhadores do Terceiro Mundo - seria um enorme despropósito e acarretaria como consequência inevitável a própria destruição da economia de mercado, pela incapacidade de integralização do processo de acumulação de capital. Não sendo nem consumidores, nem assalariados, os robôs não poderiam participar do mercado. A simples sobrevivência da economia

capitalista estaria, desse modo, comprometida (ver Mandel, 1986: 16-17).

Também tematizando sobre a tendência em direção a uma maior qualificação ou intelectualização do trabalho, outro autor desenvolveu a tese de que a imagem do trabalhador manual não mais permite dar conta do novo trabalho operário nas indústrias. Este converteu-se, em vários ramos mais qualificados, o que se constata, por exemplo, na figura do operador vigilante,

59

do técnico de manutenção, do programador, do controlador de qualidade, do técnico da divisão de pesquisa, do engenheiro encarregado da coordenação técnica e da gestão da produção. As antigas clivagens estariam sendo questionadas pela necessária cooperação entre os trabalhadores (Lojkine, 1990: 30-31).

Há, portanto, mutações no universo da classe trabalhadora, que varia de ramo para ramo, de setor para setor etc. Desqualificou-se em vários ramos, diminuiu em outros, como no mineiro, metalúrgico e construção naval, praticamente desapareceu em setores que foram inteiramente informatizados, como nos gráficos, e requalificou-se em outros, como na siderurgia, onde se pode presenciar "a formação de um segmento particular de "operários-técnicos" de alta responsabilidade, portadores de características profissionais e referências culturais sensivelmente diversas do restante do pessoal operário. Eles se encontram por exemplo, nos postos de coordenação nas cabines de operação a nível de altos-fornos, aciaria, vaza contínua... Observa-se fenômeno similar na indústria automobilística, com a criação dos "coordenadores-técnicos" encarregados de assegurar os reparos e a manutenção de instalações altamente automatizadas assistidos por profissionais de nível inferior e de especialidades diferentes" (idem: 32).

Paralelamente a esta tendência se acrescenta outra, dada pela desqualificação de inúmeros setores operários, atingidos por uma gama diversa de transformações que levaram, de um lado, à desespecialização do operário industrial oriundo do fordismo e, por outro, à massa de trabalhadores que oscila entre os temporários (que não têm nenhuma garantia no em prego), aos parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da "economia informal", enfim, a este enorm contingente que chega até a faixa de 50% da população trabalhadora dos países avançados, quando nele se incluir também os desempregados, que alguns chamam de proletariado pós-industrial e que preferimos denominar de subproletariado moderno.

60

No que se refere à desespecialização dos operários profissionais, em decorrência da criação dos "trabalhadores multifuncionais", introduzidos pelo toyotismo, é relevante lembrar que esse processo também significou um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, a fim de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho. Os trabalhadores qualificados enfrentaram esse movimento de desespecialização como um ataque à sua profissão e qualificação, bem como ao poder de negociação que a

qualificação lhes conferia, realizando inclusive greves contra esta tendência (Coriat, 1992b: 41).<sup>3</sup> Já nos referimos, anteriormente, ao caráter restrito da polivalência introduzida pelo modelo japonês.

A segmentação da classe trabalhadora se intensificou de tal modo que é possível indicar que, no centro do processo produtivo encontra-se o grupo de trabalhadores, em processo de retração em escala mundial, mas que permanece em tempo integral dentro das fábricas, com maior segurança no trabalho e mais inserido na empresa. Com algumas vantagens que decorrem desta "maior integração", esse segmento é mais adaptável, flexível e geograficamente móvel. "Os custos potenciais de dispensa temporária de empregados do grupo central em época de dificuldade podem, no entanto, levar a empresa a subcontratar, mesmo para funções de alto nível (que vão dos projetos à propaganda e à administração financeira), mantendo o grupo central de gerentes relativamente pequeno" (Harvey, 1992: 144).

A periferia da força de trabalho compreende dois subgrupos diferenciados: o primeiro consiste em "empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado". Esse subgrupo tende a se caracterizar por uma alta rotatividade no trabalho. O segundo grupo situado na periferia "oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontra-

61

tação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico" Este segmento tem crescido significativamente nos últimos anos (conforme classificação do Institute of Personnel Management in Harvey, 1992: 144).

Evidencia-se, portanto, que ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a qualificação do trabalho, desenvolve-se também intensamente um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros."

Estes elementos que apresentamos nos permitem indicar que não há uma tendência generalizante e unívoca, quando se pensa no mundo do trabalho. Há, isto sim, como procuramos indicar, uma processualidade contraditória e multifórmula. Com plexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, sub contratado etc. Se é possível dizer que a primeira tendência - a intelectualização do trabalho manual - é, em tese, mais coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico, a segunda - a desqualificação - mostra-se também plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista, em sua lógica destrutiva e com sua taxa de acúmulo decrescente de bens e serviços (Mészáros, 1989: 17). Vimos também que houve uma significativa incorporação do trabalho feminino no mundo

produtivo além da expressiva expansão e ampliação da classe trabalhadora através do assalariamento do setor de serviços. Tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, o que é fundamental, não é possível perspectiva nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do-trabalho.

62

#### NOTAS

1. "Em um mundo desalienado, não dominado pela tendência à apropriação, os indivíduos deixarão de constituir-se como seres particulares. A personalidade individual, até o presente uma exceção, se converterá em típica da sociedade. As normas morais não serão impostas de fora, a uma pessoa fechada em seu particularismo. Os indivíduos serão capazes de... humanizar seus impulsos ao invés de reprimi-los... serão capazes de humanizar suas emoções... Ao fazer nossa opção frente aos conflitos sociais, optamos simultaneamente por um futuro determinado das relações entre os sexos. Elegemos relações entre indivíduos livres e iguais, relações que, em todos os aspectos da vida humana, realizem-se desprovidas de qualquer tendência à apropriação e se caracterizem por sua riqueza, sua profundidade e sinceridade" (Heller, "El Futuro de Las Relaciones entre los Sexos"; texto de 1969, publicado também em 1982: 65-66. Ver também Hirata, 1986: 12).

2. Ver Birh, 1991: 88-89.

3. Com o desenvolvimento da automatização "...reproduz-se um movimento (...) a saber, a desqualificação de certas tarefas "superqualificadas" nascidas no momento anterior da desqualificação-superqualificação do trabalho. Trata-se assim principalmente do trabalho de manutenção e do trabalho de fabricação das máquinas-ferramentas" (Freyssenet, 1989: 78).

4. Veja-se a conclusão de Michel Freyssenet: "...não há um movimento generalizado de desqualificação ou um movimento de aumento geral de qualificação, mas um movimento contraditório de desqualificação do trabalho de alguns pela "superqualificação" do trabalho de outros, isto é, uma polarização das qualificações requeridas que resulta de uma forma particular de divisão do trabalho, que se caracteriza por uma modificação da repartição social da "inteligência" da produção. Uma parte dessa "inteligência" é "incorporada" às máquinas e a outra parte é distribuída entre um grande número de trabalhadores, graças à atividade de um número restrito de pessoas encarregadas da tarefa (impossível) de pensar previamente a totalidade do processo de trabalho..." (Freyssenet, 1989: 75).

63

#### III

#### DIMENSÕES DA CRISE CONTEMPORÂNEA DO SINDICALISMO: IMPASSES E DESAFIOS

65

Gostaríamos de discutir agora as repercussões que essas metamorfoses tiveram junto ao movimento dos trabalhadores. Começamos por levantar as seguintes questões: as inúmeras e significativas mudanças no

mundo do trabalho acarretaram quais conseqüências no universo da subjetividade, da consciência do ser social que trabalha? Mais particularmente, que resultados essas transformações tiveram nas ações de classe dos trabalhadores, em seus órgãos de representação e mediação, como os sindicatos, que presenciavam uma reconhecida situação crítica? Quais as evidências, dimensões e significados mais agudos dessa crise contemporânea dos sindicatos? Estes demonstram vitalidade para ir além de uma ação marcadamente defensiva e, desse modo, recuperar o significado mais expressivo da ação sindical?"

Iniciaremos esta discussão, que diz respeito à crise contemporânea dos sindicatos, respondendo às seguintes questões: 1) Quais são os contornos e dimensões essenciais desta crise? 2) Por que se pode efetivamente dizer que há uma crise do sindicalismo? 3) Frente a essa situação, quais são os principais desafios do movimento sindical?

Analizamos detalhadamente, na primeira parte deste livro, as metamorfoses em curso no mundo do trabalho. Vimos que elas afetaram a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada. Essas transformações afetaram também intensamente os organismos sindicais em escala mundial. Como expressão mais evidente dessa crise pode-se destacar uma nítida tendência de diminuição das taxas de sindicalização, especialmente na década de 1980.

67

Começamos a discussão deste ponto pela apresentação dos níveis ou taxas de sindicalização, em ordem crescente encontradas em vários países capitalistas:

Taxa de Sindicalização: 1988\*

França: 12% Espanha: 16% Estados Unidos: 16,8% Turquia: 18,8% Grécia: 25% Países Baixos: 25% Suíça: 26% Japão: 26,8% Portugal: 30%\*\* Alemanha: 33,8% Canadá: 34,6% Itália: 39,6% Reino Unido: 41,5% Austrália: 42% Áustria: 45,7% Luxemburgo: 49,7% Nova Zelândia: 50,5% Irlanda: 52,4% Bélgica: 53% Noruega: 55,1 % Finlândia: 71 % Dinamarca: 73,2% Holanda: 78,3% Suécia: 85,3%

\* Com as exceções de Holanda, 1989; Irlanda, 1987; Luxemburgo 1989; Nova Zelândia, 1990; Espanha, 1985; Suíça, 1987; Turquia, 1989.

\*\* As taxas referentes a Portugal e Grécia são por estimativa.

68

Em outro estudo sobre o fenômeno da dessindicalização, elaborado também por J. Visser, são detalhadas as informações que corroboram as tendências recentes das taxas de sindicalização: diz o autor que, entre 1980/1990, na maioria dos países capitalistas ocidentais industrializados, a taxa de sindicalização, isto é, a relação entre o número de sindicalizados e a população assalariada, tem decrescido. A Europa Ocidental em seu conjunto, excluída a Espanha, Portugal e Grécia, reduziu de 41% em 1980 para 34% em 1989. Incorporando-se àqueles três países acima citados, as taxas seriam ainda menores. Pode-se lembrar, para efeito de comparação, o Japão, cuja taxa caiu de 30% para 25%, no mesmo período, e os Estados Unidos, cuja redução foi de 23% para 16% (Visser, 1993: 18-19). Na Espanha, França, Grã-Bretanha, Países Baixos

e, em menor medida, na Itália, Irlanda, Grécia e Portugal, houve forte queda nas taxas de sindicalização, bem como uma queda absoluta do número de membros (de que foram exemplos a Espanha, França e Grã-Bretanha). Houve um ligeiro recuo, principalmente na segunda metade da década, na Bélgica, Luxemburgo, Alemanha Ocidental, Áustria e Dinamarca. Na Finlândia, Noruega e Suécia o sindicalismo viu aumentar os seus efetivos durante os anos 80, mas uma mudança também começou a se verificar a partir de 1988 (idem: 19). O autor afirma ainda que um decréscimo dessa intensidade, nas taxas de sindicalização, não encontra similar em nenhum momento da história sindical do pós-guerra (id. ibid.).

Essa tendência à dessindicalização não deve ser confundida, entretanto, com uma uniformização do sindicalismo: na Suécia, por exemplo, mais de 80% dos assalariados são sindicalizados. Junto com a Bélgica e a Áustria, compreende o campo dos países com maiores índices de sindicalização. A Itália, a Grã-Bretanha e a Alemanha formam um grupo de países intermediários, e a França, a Espanha e os EUA estão na retaguarda, seguidos pelo Japão, Países Baixos e Suíça (idem: 24).<sup>3</sup>

Um outro elemento decisivo no desenvolvimento e expansão da crise sindical é encontrado no fosso existente entre os trabalhadores "estáveis", de um lado, e aqueles que resultam

69

do trabalho precarizado etc., de outro. com o aumento do abismo social no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores "estáveis" e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc. Com isso, começa a desmoronar o sindicalismo vertical, herança do fordismo e mais vinculado à categoria profissional, mais corporativo. Este tem se mostrado impossibilitado de atuar como um sindicalismo mais horizontalizado, dotado de uma abrangência maior e que privilegie as esferas intercategoriais, interprofissionais, por certo um tipo de sindicalismo mais capacitado para aglutinar o conjunto dos trabalhadores, desde os "estáveis" até os precários, vinculados à economia informal etc. (ver Bihl, 1991: 106).

A fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho questiona na raiz o sindicalismo tradicional e dificulta também a organização sindical de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora. Como diz Visser, o sindicalismo tem encontrado dificuldade para incorporar as mulheres, os empregados de escritório, os que trabalham no setor de serviços mercantis, os empregados de pequenas empresas e os trabalhadores em tempo parcial. No que diz respeito às mulheres, com exceção de alguns países como Suécia, Dinamarca e Finlândia, presenciam-se as menores taxas de sindicalização. Também os trabalhadores não-manuais, mais intelectualizados, ainda estão a reboque dos trabalhadores manuais, mesmo que as diferenças tenham se atenuado, especialmente nos países escandinavos. Os assalariados da indústria ainda filiam-se com mais intensidade aos sindicatos, do que os trabalhadores do comércio, do setor hoteleiro ou de serviços financeiros privados (Visser, 1992: 21-22). Trabalhadores em pequenos estabelecimentos, trabalhadores parciais, os imigrantes, os empregados em tempo parcial ou por tempo determinado, as mulheres, os jovens etc., parecem compor um quadro diverso que acaba por dificultar um aumento das taxas de sindicalização. As mulheres, por exemplo, participam com mais

intensidade do mercado de trabalho como trabalhadoras em tempo parcial,

70

temporário etc. Isso talvez ajude a entender as reduzidas taxas de sindicalização no universo feminino. Em relação às reduzidas taxas de sindicalização dos trabalhadores mais jovens, lembra ainda Visser que é difícil afirmar se elas exprimem um fenômeno temporário ou o prenúncio de uma nova tendência entre os trabalhadores (idem: 23).

Paralelamente a esse processo que impulsiona a dessindicalização, tem-se presenciado importantes avanços na organização sindical dos assalariados médios. Na Inglaterra, onde os sindicatos têm recorrido à fusão como forma de resistir à avalanche neoliberal, houve recentemente um exemplo significativo de união orgânica de vários sindicatos do setor público que criaram a mais forte entidade sindical do país - denominada Unison - com cerca de um milhão e quatrocentos mil filiados (El País, 24/01/93; 5). Sabe-se que entre 1979/1985, o número de membros filiados ao Trade Union Congress (TUC), central sindical inglesa, confirmando a tendência que acima desenvolvemos, declinou de 12,2 milhões para 9,5 milhões, uma queda de 22%. Se levarmos em conta o total dos sindicalizados, vinculados ou não ao TUC, a perda, durante o mesmo período, foi de 13,5 milhões para 11 milhões, ou seja, de 18,5% (Kelly, 1987: 10). Neste contexto, o avanço do sindicalismo dos assalariados médios é expressivo: "Considerando-se apenas o setor privado, em meados da década de 1980, os não-manuais representavam, na Áustria, 22% de todos os sindicalizados; na Dinamarca, 24%; na Alemanha, 18%; na Holanda, 16%; na Noruega, 17%; na Suécia, 23%; na Suíça, 25%.

Na Alemanha, atualmente, de cada três sindicalizados, um é de "classe média", enquanto na Noruega e na Holanda estima-se que a metade dos trabalhadores sindicalizados não exerça uma profissão manual. Na França, onde a crise do sindicalismo é especialmente forte, a proporção de não-manuais (setores privado e público) entre os sindicalizados é superior a 50%. Na Noruega, é de 48%, na Grã-Bretanha, de 40%, de 36% na Suécia, de 35% na Áustria, de 32% na Dinamarca, de 20% na Itália (Rodrigues, 1993b: 3). Essa expansão do

71

sindicalismo de empregados dos setores público e privado, entretanto, como alerta Leôncio Martins Rodrigues, não foi, na maior parte dos países, suficiente para compensar, em termos de taxa de sindicalização, o declínio do sindicalismo dos trabalhadores manuais (id ibid.).

Uma outra consequência dessas transformações no âmbito sindical foi a intensificação da tendência neocorporativa, que procura preservar os interesses do operariado estável, vinculado aos sindicatos, contra os segmentos que compreendem o trabalho precário, terceirizado, parcial etc., o que denominam os subproletariado. Não se trata de um corporativismo estatal, mais próximo de países como Brasil, México, Argentina, mas de um corporativismo societal, atado quase exclusivamente ao universo categorial, cada vez mais excludente e parcializado, que se intensifica frente ao processo de fragmentação dos trabalhadores, em vez de procurar novas formas de organização sindical que articule amplos e diferenciados setores que hoje compreendem a

classe trabalhadora. Tem-se, como alerta Alain Bihl (1991: 107), um risco crescente de ampliação dessa modalidade de corporativismo.

Essas transformações também afetaram as ações e práticas de greves, que tiveram sua eficácia em alguma medida reduzida em decorrência da fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores. Ao longo da década de 1980 pôde-se constatar uma diminuição dos movimentos grevistas nos países capitalistas avançados, que por certo advém das dificuldades de aglutinar, numa mesma empresa, os operários "estáveis" e aqueles "terceirizados", que trabalham por empreitada, ou os trabalhadores imigrantes, segmentos que não contam, em grande parte, nem mesmo com a presença de representação sindical. Tudo isso dificulta ainda mais as possibilidades do desenvolvimento e consolidação de uma consciência de classe dos trabalhadores fundada em um sentimento de pertencimento de classe, au mentando conseqüentemente os riscos de expansão de movimentos xenofóbicos, corporativistas, racistas, paternalistas, no interior do próprio mundo do trabalho (ver Bihl, 1991: 107-108).

72

Esse quadro complexificado, de múltiplas tendências e direções, afetou agudamente o movimento sindical, originando a crise mais intensa em toda a sua história, atingindo, especialmente na década de 1980, os países de capitalismo avançado, e posteriormente, dada a dimensão globalizada e mundializada dessas transformações, em fins daquela década e na viragem da década de 1990, também os países do Terceiro Mundo, particularmente aqueles dotados de uma industrialização significativa, como é o caso do Brasil, México, entre tantos outros. Crise sindical que se defronta com uma contextualidade que tem, em síntese, as seguintes tendências:

1) Uma crescente individualização das relações de trabalho, deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e destes para o universo micro, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta, para uma relação cada vez mais individualizada. Esta tendência se constitui num elemento essencialmente nefasto do sindicalismo de empresa, do "sindicato-casa", que se originou na Toyota e hoje se expande mundialmente.

2) Uma fortíssima corrente no sentido de desregulamentar e flexibilizar ao limite o mercado de trabalho, atingindo duramente conquistas históricas do movimento sindical que tem sido, até o presente, incapaz de impedir tais transformações.

3) O esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que optaram, nessa última década, em boa medida, pelo sindicalismo de participação e que agora contabilizam prejuízos de brutal envergadura - dos quais o mais evidente é o desemprego estrutural que ameaça implodir os próprios sindicatos. O que (re)obriga o movimento sindical, em escala global, a novamente lutar, sob formas mais ousadas e em alguns casos mais radicalizadas, como várias greves dos anos 90 nos têm mostrado, pela preservação de alguns direitos sociais e pela redução da jornada de trabalho como caminho possível, no plano da imediatidade, visando diminuir o desemprego estrutural. Quando mencionamos o esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados,

pensamos nas

73

suas variantes mais conhecidas, sintetizadas por Freyssinet (1993: 12-14), a saber:

a) o modelo anglo-saxão (acompanhado com similaridades pelo modelo norte-americano) que se caracteriza por uma ação governamental de inspiração neoliberal e ultraconservadora, por um patronato hostil, que visualiza o enfraquecimento ou mesmo a eliminação dos sindicatos. Os direitos são crescentemente reduzidos e a negociação cada vez mais fragmentada.

b) o modelo alemão, considerado dual porque baseado, por um lado, na contratação coletiva de trabalho relacionada com os respectivos ramos profissionais e, de outro, na conquista e exercício de direitos, limitados mas reais, na gestão das empresas. Este modelo, ainda segundo Freyssinet, supõe a presença tripartite: Estado, patronato e sindicatos que, apesar de suas diferenças e enfrentamentos, estão de acordo em manter estáveis as regras do jogo.

c) o modelo japonês, fundamentado no sindicalismo de empresa, participacionista, que adere à cultura e ao projeto das empresas, obtendo em troca certas garantias de estabilidade quanto a empregos e salários, bem como a consulta nos assuntos que dizem respeito à organização do trabalho.'

Se é verdade que, nos limites desta generalização, o modelo alemão é aquele menos desfavorável aos trabalhadores dos países centrais, merecendo por isso uma atração maior por parte deles, é nítido também que, no que diz respeito ao capital, as opções preferenciais variam entre o modelo inglês e o japonês (idem: 13-14). cremos, entretanto, que com a crise do welfare state e a desmontagem das conquistas sociais da fase social-democrática, não é difícil perceber o impasse em que se encontra esta variante sindical. A via participacionista, que vincula e subordina a ação sindical aos condicionantes impostos pelas classes dominantes - à medida que se atém às reivindicações mais imediatas e dentro desse universo pactuado com o capital - tem obtido resultados extremamente débeis e mesmo negativos, quando se pensa no conjunto da classe-que-vive-do-trabalho.

74

É por esse motivo que começam a ganhar maior expressão movimentos sindicais alternativos, que questionam a ação eminentemente defensiva, praticada pelo sindicalismo tradicional, " que se limita à ação dentro da Ordem. Só a título de exemplo, pode-se citar os Cobri (Comitati di Base), que começaram a despontar a partir de meados da década de 1980 na Itália, em setores vinculados ao ensino público, aos controladores de voo, aos ferroviários e mesmo em alguns núcleos do operariado industrial, e que têm questionado fortemente os acordos realizados pelas centrais sindicais tradicionais, especialmente a CGIL, de tendência ex-comunista, que em geral têm pautado sua ação dentro de uma política sindical moderada.

4) Uma tendência crescente de burocratização e

institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos, optando por uma alternativa de atuação cada vez mais integrada à institucionalidade, ganhando, com isso, "legitimidade" e estatuto de moderação, pelo distanciamento cada vez maior de ações anticapitalistas e a conseqüente perda de radicalidade social. Constituíram-se e consolidaram-se enquanto organismos defensivos e, por isso, têm se mostrado incapacitados para desenvolver e desencadear uma ação para além do capital (Mészáros, 1993: 20-21 e 1987: 114 ss.).

5) Junto ao culto do individualismo exacerbado e da resignação social, o capital amplia enormemente - por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que diretamente repressivos, estes preservados somente para os momentos estritamente necessários - sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas dotadas de dimensão anticapitalista. É lugar-comum, hoje, em qualquer parte da sociedade produtora de mercadorias, um clima de adversidade e hostilidade contra a esquerda, contra o sindicalismo combativo e os movimentos sociais de inspiração socialista.

Se essas são as tendências em curso, queremos concluir esta parte do nosso livro, sobre as dimensões atuais da crise

75

sindical, indicando alguns dos enormes desafios que marcam o conjunto do movimento sindical em escala global, neste final do século XX, e que podemos resumir nos seguintes termos:

1) Os sindicatos serão capazes de romper com a enorme barreira social que separa os trabalhadores "estáveis", mais "integrados" ao processo produtivo e que se encontram em processo de redução, em relação àqueles trabalhadores em tempo parcial, precário, "terceirizados", subempregados da economia informal, em significativa expansão no processo produtivo contemporâneo? Serão capazes de organizar sindicalmente os desorganizados e com isso reverter as taxas de desindustrialização, presentes nas principais sociedades capitalistas?

2) Serão capazes de romper com o novo corporativismo, que defende exclusivamente suas respectivas categorias profissionais, abandonando ou diminuindo fortemente seus conteúdos mais acentuadamente classistas? Trata-se aqui, como indicamos anteriormente, de um corporativismo societal, excludente, parcializador e que preserva e mesmo intensifica o caráter fragmentado e heterogêneo da classe trabalhadora. Serão capazes de repudiar enfaticamente as manifestações de seus setores mais atrasados - que por vezes se aproximam dos movimentos xenófobos, ultranacionalistas e racistas, responsáveis por ações contra os trabalhadores imigrantes, oriundos do Segundo e do Terceiro Mundo - e, ao contrário, tecer formas de ação solidárias e classistas, capazes de aglutinar esses contingentes de trabalhadores praticamente excluídos até mesmo da representação sindical?

3) Serão capazes de reverter a tendência, desenvolvida a partir do toyotismo e hoje avançando em escala global, que consiste em reduzir o sindicato ao âmbito exclusivamente fabril, ao chamado sindicalismo de empresa, o sindicalismo de envolvimento, mais vulnerável e subordinado ao comando patronal? Como já pudemos mostrar, o principal espaço de

atuação das relações profissionais transferiu-se dos âmbitos nacionais para os ramos de atividades e destes para as empresas e locais de trabalho. Do mesmo modo, essa realocação do poder e das

76

iniciativas para o universo das empresas deu-se em prejuízo dos sindicatos e dos órgãos públicos, conforme reconhece o próprio Relatório Anual da OCDE (op. cit., 1992). Serão capazes os sindicatos de barrar esta tendência do capital, em reduzir o sindicalismo ao universo da empresa, microcômico, que individualiza e personaliza a relação capital e trabalho? Conseguirão (re)organizar comissões de fábricas, comitês de empresas, organizações autônomas nos locais de trabalho, capazes de obstar a tendência à cooptação dos trabalhadores?

4) Serão capazes de estruturar um sindicalismo horizontalizado, melhor preparado para incorporar o conjunto da classe-que-vive-do-trabalho, superando, desse modo, o sindicalismo verticalizado que predominou na era do fordismo e que vem se mostrando incapaz de aglutinar tanto os novos contingentes de assalariados quanto aqueles que se encontram sem trabalho?

5) Serão capazes de romper com a tendência crescente da excessiva institucionalização e burocratização, que tão fortemente tem marcado o movimento sindical em escala global e que o distancia das suas bases sociais, aumentando ainda mais o fosso entre as instituições sindicais e os movimentos sociais autônomos?

6) Serão capazes os sindicatos, respeitadas as suas especificidades, de avançar para além de uma ação acentuadamente defensiva e com isso auxiliar na busca de um projeto mais ambicioso, que caminhe na direção da emancipação dos trabalhadores? Que resgate ações no sentido de buscar o controle social da produção, em vez de perderem-se exclusivamente no campo de ações imediatas e fenomênicas, que não questionam sequer minimamente a ordem do capital e do sistema produtor de mercadorias?

A essas interrogações podemos acrescentar aquelas que são específicas do movimento sindical dos países industrializados e intermediários da América Latina, como Brasil, México, Argentina, Venezuela, Chile, bem como dos países asiáticos de industrialização recente como a Coréia, Hong Kong, Taiwan, Cingapura etc., entre tantos outros: serão capazes de obstar a

77

generalização dessa crise sindical que já os atinge, em maior ou menor intensidade? O sindicalismo mais combativo, present em vários desses países, será capaz de participar e auxiliar na elaboração de um modelo econômico alternativo, com claros traços anticapitalistas que, ao mesmo tempo, se fundament em um avanço tecnológico com bases reais, nacionais, verdadeiras, e que não seja regido por uma lógica de um sistema produtor de mercadorias, destrutivo e excludente, responsável pelas explosivas taxas de desemprego estrutural que hoje estão presentes em escala global? São, como se pode ver, alguns desafios fundamentais, que por certo definirão o futuro dos sindicatos neste final do século XX.

Desse modo, expondo esses desafios que entendemos mais prementes

para o movimento sindical, procuramos oferecer um quadro analítico da crise dos sindicatos, presente em escala mundial. Os caminhos a serem trilhados pelos sindicatos serão capazes, por certo, de evitar e impedir o seu desaparecimento enquanto organismos representativos dos trabalhadores, ao menos num espaço de tempo ainda visível. Mas, se estas ações serão capazes de obstar estas tendências de enfraquecimento e desgaste crescentes dos organismos sindicais, esta já é uma pergunta para a qual as possíveis respostas ainda não estão claramente delineadas.

78

#### NOTAS

1. Além dessas questões, poderíamos acrescentar aquelas que remetem aos países subordinados: frente às mudanças no processo de trabalho em vários países avançados, que repercussões e conseqüências são percebidas em países como o Brasil? Que mediações analíticas são imprescindíveis, quando se pensa a realidade do mundo do trabalho nos países de capitalismo avançado e seus paralelos e desdobramentos em países como o Brasil? A particularidade da nossa classe trabalhadora aponta para caminhos confluentes ou distintos daqueles que estão sendo trilhados pelo mundo do trabalho dos países centrais? Seguiremos no fluxo ou no contrafluxo das tendências do capitalismo avançado? Estas questões que remetem ao caso brasileiro, procuramos respondê-las, em alguma medida, no ensaio "Mundo do Trabalho e Sindicatos na Era da Reestruturação Produtiva: Impasses e Desafios do Novo Sindicalismo Brasileiro" presente neste volume e no livro *O Novo Sindicalismo*, São Paulo, Scritta, 1991.

2. Fonte: *Évolution du Taux de Syndicalisation*, in *Rapport Annuel*, OCDE, 1992, cap. 4, elaborado por Jelle Visser e revisado pelo secretariado da OCDE.

3. O artigo "Syndicalisme et Désyndicalisation", de J. Visser, in *Le Mouvement Social* n° 162, jan./mar. 1993, França, Éditions Ouvrières, volume com o título *Syndicats D'Europe* (organizado por Jacques Froyssinet) traz uma análise detalhada da crise sindical dos países avançados, tematizando vários aspectos, como as mudanças no interior do movimento sindical, a expansão da força de trabalho feminina, a emergência de novos setores, como o de serviços, as especificidades nacionais que dificultam as generalizações, a perda de poder dos sindicatos, as suas opções entre atuar como movimentos sociais ou como organismos institucionalizados, além de explorar várias hipóteses acerca das causas da dessindicalização. É importante lembrar que, para Visser (1993: 27-28), as taxas de sindicalização são um ponto de partida útil no estudo do sindicalismo, até porque não podem ser tomadas como elementos indispensáveis, quando se trata de apreender o significado real da atuação sindical, marcado por muitas diferenças entre realidades aparentemente próximas. Sobre a crise dos sindicatos pode-se consultar também o dossiê organizado pelo jornal *El País*, de 24/1/93, pp. 1-8, que traz uma boa radiografia da crise sindical européia. Ver também R. Freeman, "Pueden Sobrevivir los Sindicatos en Ia Era Postindustrial?", op. cit., particularmente sobre as tendências em curso no sindicalismo norte-americano, e J. Kelly, *Labour and the Union.s*, Verso (Londres, Nova Iorque, 1987), sobre as tendências do sindicalismo inglês. Ver também os artigos de Leôncio M. Rodrigues, 1993a, "A Crise do Sindicalismo no Primeiro Mundo", Folha de S. Paulo, 22/3/93, p. 3 e

1993b, "A Sindicalização da Classe Média", Folha de S. Paulo, 24/5/93, p.3

4. Conforme Jacques Freyssinet, in "Syndicalismes en Europe", op. cit, 1993,

Neste mesmo volume, Jelle Visser, discutindo os possíveis caminhos sindicais

79

a partir da Unificação Européia, oferece a seguinte conceituação: o "modelo sócio-corporativista alemão, o liberal -voluntarista inglês e o paternalista-estatal francês" (Visser, 1993: 24).

5. Informações detalhadas e uma análise crítica sobre os Cobas podem ser encontradas em L. Bordogna, "Arcipelago Cobas": Frammentazione della rappresentanza e conflitto di Lavoro", in Política in Itália, Bologna, Ed. Mulino, 1988, pp. 257/292.

6. João Bernardo levou ao limite esta crítica, mostrando, não sem boa dose de razão, que os sindicatos tornaram-se também grandes empresas capitalistas, atuando, enquanto tal, sob uma lógica que em nada difere das empresas privadas. Conforme J. Bernardo, Capital, Sindicatos, Gestores, São Paulo, Ed. Vértice, 1987.

80

IV

QUAL CRISE DA SOCIEDADE  
DO TRABALHO?

O que tratamos anteriormente nos permite indicar algumas "teses" de modo a oferecer conclusões em relação aos temas desenvolvidos no leme deste livro.'

Primeira tese

Ao contrário daqueles autores que defendem a herda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção. A "diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos" ou "o aumento crescente do capital constante em relação ao variável" reduz relativamente, mas não elimina, o papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca (Marx, 1975: 723-724). Os produtos criados pela Toyota, Benetton ou Volvo, por exemplo, não são outra coisa senão mercadoria que resultam da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, capital variável e capital constante. Mesmo num processo produtivo\_ tecnologicamente avançado (onde se

pudesse presenciar o predomínio de atividades mais intelectualizadas, mais qualificadas), ainda assim a criação de valores de troca seria resultado dessa articulação entre os trabalhos vivo e morto. Parece difícil imaginar diferentemente quando se considera o sistema produtor de mercadorias em escala global. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado não negam a lei do valor, quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo como expressão de múltiplas atividades combinadas.

Quando se tematiza a crise da sociedade do trabalho, parece-nos decisivo recuperar a distinção marxiana feita entre trabalho concreto e abstrato: "Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso" (Marx, 1971: 54). De um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias. É o momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão abstrata, onde "desvanecem-se... as diferentes formas de trabalho concreto" e onde "elas não mais se distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato" (idem: 45).

Sabe-se que, no universo da sociabilidade produtora de mercadorias, cuja finalidade básica é a criação de valores de troca, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca. Mantém-se somente enquanto

condição necessária para a integralização do processo de valorização do capital, do sistema produtor de mercadorias." Do que resulta que a dimensão concreta do trabalho é também inteiramente subordinada à sua dimensão abstrata. Portanto, quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando: se é uma crise da sociedade do trabalho abstrato (como sugere Robert Kurz, 1992) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (como sugerem Offe, 1989; Gorz, 1982 e 1990 e Habermas, 1987, entre tantos outros).

No primeiro caso, da crise da sociedade do trabalho abstrato, há uma diferenciação que nos parece decisiva e que em geral tem sido negligenciada. A questão essencial aqui é: a sociedade contemporânea é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias? Se a resposta for afirmativa, a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida, em termos marxianos,

como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto. Neste ponto estamos de acordo com Kurz ao dizer que: "A sociedade do trabalho como conceito ontológico seria uma tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas modificadas, apenas podia ser uma vida que incluísse o trabalho. Somente as idéias ingênuas do paraíso e do conto do país das maravilhas fantasiavam uma sociedade sem trabalho" (Kurz, 1992: 26).

Nesta vertente, entretanto, é possível constatar pelo menos duas maneiras bastante distintas de compreensão da chamada crise da sociedade do trabalho abstrato: aquela que acha que o ser que trabalha não desempenha mais o papel estruturante na criação de valores de troca, na criação de mercadorias com a qual já manifestamos nossa discordância - e aquela que critica a sociedade do trabalho abstrato pelo fato de que este assume a forma de trabalho estranhado, fetichizado e, portanto, desrealizador e desefetivador da atividade humana

85

autônoma. Neste segundo sentido, que apreende a essencialidade do capitalismo, reconhece-se o papel central da classe trabalhadora na criação de valores de troca - naturalmente incorporando toda a discussão que fizemos na primeira parte deste livro -, mas o faz enfatizando que essa forma de ser do trabalho, sob o reino das mercadorias é, como Marx demonstrou desde os Manuscritos de 1844, essencialmente nefasta para o ser social que busca a omnilateralidade e que sob a forma do trabalho estranhado vivenda a unilateralidade. Nesta concepção recusa-se agudamente o culto do trabalho assalariado, tão fortemente idealizado por inúmeras vertentes do marxismo neste século XX. Mais fetichizada do que em épocas anteriores, a sociabilidade contemporânea, portanto, reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias e a conseqüente vigência do trabalho estranhado.

A outra variante crítica, que nega o caráter capitalista da sociedade contemporânea defende, em grande parte de seus formuladores, a recusa do papel central do trabalho, tanto na sua dimensão abstrata, que cria valores de troca - pois estes já não seriam mais decisivos hoje - quanto na negação do papel que o trabalho concreto tem na estruturação de um mundo emancipado e em uma vida cheia de sentido. Quer pela sua qualificação como sociedade de serviços, pós-industrial e pós-capitalista, quer pela vigência de uma lógica institucional tripartite, vivenciada pela ação pactuada entre o capital, os trabalhadores e o Estado, essa sociedade contemporânea, menos mercantil e mais contratualista, não mais seria regida centralmente pela lógica do capital, mas pela busca da alteridade dos sujeitos sociais, pela vigência de relações de civilidade fundadas na cidadania, pela expansão crescente de "zonas de não-mercadorias", ou ainda pela disputa dos fundos públicos.<sup>3</sup>

Habermas faz a síntese mais articulada desta tese: "A utopia da sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva... Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato. Claus Offe compilou convincentes "indicações da força

86

objetivamente decrescente de fatores como trabalho, produção e lucro na determinação da constituição e do desenvolvimento da sociedade em geral". E, depois de referir-se favoravelmente à obra de Gorz, acrescenta: "Coração da utopia, a emancipação do trabalho heterônomo apresentou-se, porém, sob outra forma no projeto sócio-estatal. As condições da vida emancipada e digna do homem já não devem resultar diretamente de uma reviravolta nas condições de trabalho, isto é, de uma transformação do trabalho heterônomo em auto-atividade" (Habermas, 1987: 106-107). Embora Habermas se refira à dimensão abstrata do trabalho, evidencia-se, nessa vertente interpretativa, que o trabalho não tem mais potencialidade estruturante nem no universo da sociedade contemporânea, como trabalho abstrato, nem como fundamento de uma "utopia da sociedade do trabalho", como trabalho concreto, pois "os acentos utópicos deslocaram-se do conceito de trabalho para o conceito de comunicação" (idem: 114)."

Creemos que sem a devida incorporação desta distinção entre trabalho concreto e abstrato, quando se diz adeus ao trabalho, comete-se um forte equívoco analítico, pois considera-se de maneira um fenômeno que tem dupla dimensão. A lembrança de A. Heller é sugestiva, quando afirma que o trabalho tem que ser apreendido em seu duplo aspecto: como execução de um trabalho que é parte da vida cotidiana e como atividade de trabalho, como uma objetivação diretamente genérica. Marx, diz a autora, serve-se de dois termos distintos para melhor caracterizar esta dimensão dupla do trabalho: work e labour. O primeiro (work) realiza-se como expressão do trabalho concreto, que cria valores socialmente úteis. O segundo (labour) expressa a execução cotidiana do trabalho, convertendo-se em sinônimo de trabalho alienado (Heller, 1977: 119-127). O trabalho entendido enquanto work expressa então uma atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana. É a dimensão voltada para a produção de valores de uso. É o momento da prevalência do trabalho concreto. Em contrapartida o labour exprime a realização da atividade cotidiana, que sob o capitalismo assume a forma de atividade estranhada, fetichizada. A desconsideração desta dupla dimensão presente no trabalho possibilita que a crise da sociedade do trabalho abstrato seja entendida equivocadamente como a crise da sociedade do trabalho concreto.

A superação da sociedade do trabalho abstrato, nos termos que estamos aqui sugerindo, requer como condição o reconhecimento do papel central do trabalho assalariado, da classe-que-vive-do-trabalho como sujeito potencialmente capaz, objetiva e subjetivamente, de caminhar para além do capital. Portanto, trata-se de uma crise da sociedade do trabalho abstrato cuja superação tem na classe trabalhadora, mesmo fragmentada, heterogeneizada e complexificada, o seu pólo central. E há, como já indicamos anteriormente, outra conseqüência equívoca quando se desconsidera a dupla dimensão do ato laborativo: aquela que rechaça o papel do trabalho como protoforma da atividade humana emancipada. Nega-se o papel do trabalho concreto como momento primeiro de efetivação de uma individualidade omnilateral, condição sem a qual não se realiza a dimensão do gênero-para-si.

Aqui aflora uma questão instigante: a superação da sociedade do trabalho abstrato (para usarmos uma vez mais essa expressão) e o seu trânsito para uma sociedade emancipada, fundada no trabalho concreto, supõe a redução da jornada de trabalho e a ampliação do tempo livre, ao mesmo tempo em que supõe também uma transformação radical do trabalho

estranhado em um trabalho social que seja fonte e base para a emancipação humana, para uma consciência omnilateral. Em outras palavras, a recusa radical do trabalho abstrato não deve levar à recusa da possibilidade de conceber o trabalho concreto como dimensão primária, originária, ponto de partida para a realização das necessidades humanas e sociais. É a não aceitação desta tese que leva tantos autores, Gorz à frente, a imaginar um trabalho sempre heterônomo, restando praticamente a luta pelo tempo liberado. Seria a realização, esta sim utópica e romântica, do trabalho que avilta e do tempo (fora do trabalho) que libera. Esta concepção acaba desconsiderando a

88

dimensão totalizante e abrangente do capital, que engloba desde a esfera da produção até o consumo - desde o *mano* da materialidade ao mundo das idealidades. A necessidade e produção é reconstituída a um nível qualitativo superior a quanto já tenha existido no relacionamento histórico entre o "caracol e a sua concha" (o trabalhador e os meios de produção) (Mészáros, 1989a: 38-39). O tempo disponível, do ponto de vista do trabalho voltado para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, propiciará a eliminação de todo o trabalho excedente acumulado pelo capital e voltada para a produção destrutiva de valores de troca. Desse modo, o tempo disponível controlado pelo trabalho e voltado para a produção de valores de uso - e tendo como consequência o resgate da dimensão concreta do trabalho e a dissolução da sua dimensão abstrata - poderá instaurar uma lógica societária radicalmente diferente da sociedade produtora de mercadorias. E será capaz de, uma vez mais, evidenciar o papel fundante do trabalho criativo - que suprime a distinção entre trabalho manual/trabalho intelectual que fundamenta a divisão social do trabalho sob o capital - e por isso capaz de se constituir em protoforma de uma atividade humana emancipada.

Segunda tese:

Enquanto criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não parece plausível conceber-se, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social. Se é possível visualizar a eliminação da sociedade do trabalho abstrato - ação esta naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias -, é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma de uma atividade humana. Err outras palavras: uma coisa é conceber, com a eliminação do capitalismo, também o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis, e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador. Uma vez que se conceba o trabalho desprovido dessa sua dupla dimensão, resta identificá-lo com sinônimo de trabalho abstrato, trabalho estranhado e fetichizado.<sup>8</sup> A consequência que disto decorre é, então, na melhor

90

das hipóteses, imaginar uma sociedade do tempo livre, com algum sentido, mas que conviva com as formas existentes de trabalho estranhado e fetichizado.

Esta segunda tese - um desdobramento da anterior é, portanto, decorrência da desconsideração acerca do duplo caráter do trabalho, presente em muitos dos críticos da chamada sociedade do trabalho. Isso porque "o trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana" (Marx, 1971: 50).<sup>9</sup> Nesta dimensão genérica, o trabalho tem um significado essencial no universo da sociabilidade humana. Não é outro o sentido dado por Lukács (1981: 14): "Somente o trabalho tem em sua essência ontológica um declarado caráter intermediário: é em sua essência uma inter-relação entre o homem (sociedade) e natureza, seja inorgânica (...) ou orgânica, inter-relação que (...) antes de tudo distingue a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico àquele tornado social".

O trabalho é, por isso, considerado como "modelo", "fenômeno originário", protoforma do ser social (idem: 14). O simples fato de que no trabalho se realiza uma posição teleológica, o configura como uma experiência elementar da vida cotidiana, tornando-se desse modo um componente inseparável dos seres sociais. O que permite a Lukács afirmar que a gênese do ser social, sua separação frente à sua própria base originária e também o seu vir-a-ser, estão fundadas no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas (idem: 19 e 24).

Neste plano genérico, entendido enquanto work, como criador de coisas úteis, como auto-atividade humana, o trabalho tem um estatuto ontológico central na práxis social: "Com justa razão se pode designar o homem que trabalha... como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca. (...) O homem torna-se um ser que

91

dá respostas precisamente à medida que (...) ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico. Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho... Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser "não apenas meio de vida", mas "o primeiro carecimento da vida", só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo" (Lukács, 1978: 5 e 16).

Aqui transparece uma vez mais a fragilidade maior dos críticos da sociedade do trabalho: a desconsideração da dimensão essencial do trabalho concreto como fundamento (na medida em que se insere na esfera das necessidades) capaz de possibilitar a base material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem se desenvolver. Em verdade,

essa concepção fundamenta-se no reconhecimento e na aceitação de que o trabalho, regido pela lógica do capital e das mercadorias, é inevitável ou até mesmo ineliminável, do que resulta que o trabalho humano não pode converter-se numa verdadeira autoatividade.

É importante reafirmar que o trabalho, entendido como protoforma da atividade humana, não poderá jamais ser confundido como o momento único ou totalizante; ao contrário, o que aqui estamos procurando reter é que a esfera do trabalho concreto é ponto de partida sob o qual se poderá instaurar uma nova sociedade. O momento da omnilateralidade humana

92

(que tem como formas mais elevadas a arte, a ética, a filosofia, a ciência etc.) transcende evidentemente em muito a esfera do trabalho (a realização das necessidades), mas deve encontrar neste plano a sua base de sustentação.

Neste sentido, a automação, a robótica, a microeletrônica, enfim, a chamada revolução tecnológica tem um evidente significado emancipador, desde que não seja regida pela lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias, mas sim pela sociedade do tempo disponível e da produção de bens socialmente úteis e necessários. Na síntese oferecida por Mandel (1986: 17-18): "Marx opõe o potencial emancipador da automação e da robótica, sua capacidade de aumentar grandemente o tempo livre para o ser humano, que se refere ao tempo para o florescimento da personalidade humana em sua totalidade, frente às suas tendências opressivas sob o capitalismo". E acrescenta: "Numa sociedade de classes, a apropriação do sobre produto social por uma minoria significa a possibilidade de ampliar o tempo livre somente para esta minoria e, conseqüentemente, a reprodução sempre mais ampliada da sociedade entre aqueles que administram e acumulam conhecimentos e aqueles que produzem sem ter acesso aos conhecimentos, ou com um acesso muito limitado aos mesmos. Numa sociedade sem classes, a apropriação e o controle do sobre produto social pelos produtores associados significará, ao contrário, uma redução radical do tempo de trabalho (do trabalho necessário) para todos, um aumento radical do tempo livre para todos e, portanto, a desapareção da divisão social do trabalho entre administradores e produtores, entre aqueles e aquelas que têm acesso a todos os conhecimentos e aqueles e aquelas que estão separados da maior parte do saber".

Os críticos da sociedade do trabalho, com honrosas exceções, "constatam empiricamente" a perda de relevância do trabalho abstrato na sociedade moderna, convertida em sociedade "pós-industrial" e de "serviços" e, conseqüentemente, deduzem e generalizam, a partir daquela constatação, o "fim da utopia da sociedade do trabalho" em seu sentido amplo e genérico. Procuramos aqui indicar, no contraponto que estamos sugerindo,

93

que estas formulações padecem de enormes limitações (que resultam em grande medida do abandono de categorias analíticas de origem marxiana), de que é o maior exemplo a desconsideração da dupla dimensão presente no trabalho (enquanto work e labour, enquanto trabalho concreto e trabalho

abstrato). Quando a defesa da sociedade do mercado e do capital não é claramente explicitada nestas formulações, resta a proposição utópica e romântica do tempo livre no interior de uma sociedade fetichizada, como se fosse possível vivenciar uma vida absolutamente sem sentido no trabalho e cheia de sentido fora dele. Ou, repetindo o que dissemos anteriormente, tentando compatibilizar trabalho aviltado com tempo liberado.

Terceira tese:

Embora heterogeneizado, complexificado e fragmentado, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho e pelo trabalho. Esta não exclui nem suprime outras formas de rebeldia e contestação. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho têm estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, os trabalhadores "terceirizados", os trabalhadores do mercado informal, os "trabalhadores domésticos", os desempregados, os subempregados etc., que padecem enormemente da desmontagem social operada pelo capitalismo em sua lógica destrutiva, podem (e devem) somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando enquanto classe, constituem-se no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista.

Em síntese, a luta da classe-que-vive-do-trabalho é central quando se trata de transformações que caminham em sentido contrário à lógica da acumulação de capital e do sistema produtor de mercadorias. Outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens etc.) são, como o mundo contemporâneo tem mostrado em abundância, de grande significado, na busca de

94

uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido. Mas, quando o eixo é a resistência e o confronto à lógica do capital e à sociedade produtora de mercadorias, o centro desta ação encontra maior radicalidade quando se desenvolve e se amplia no interior das classes trabalhadoras, ainda que reconhecendo que esta empreitada é muito mais complexa e difícil que no passado, quando a sua fragmentação e heterogeneidade não tinham a intensidade encontrada no período recente.

O elemento central que sustenta nossa formulação é, portanto, a reafirmação da vigência do sistema produtor de mercadorias em escala global: por isso, como diz Mézáros (1987: 51-52), a "compreensão do desenvolvimento e da autoreprodução do modo de produção capitalista é completamente impossível sem o conceito de capital social total, que por si só é capaz de explicar muitos mistérios da "commodity society" - desde a "taxa média de lucro" até as leis que governam a expansão e concentração do capital. Do mesmo modo, é completamente impossível compreender os múltiplos e agudos problemas do trabalho, tanto nacionalmente diferenciado como socialmente estratificado, sem que se tenha presente o necessário quadro analítico apropriado: a saber, o irreconciliável antagonismo entre o capital social total e a totalidade do trabalho.

Este antagonismo fundamental, desnecessário dizer, é inevitavelmente modificado em função de:

a) circunstâncias sócio-econômicas locais;

b) posição relativa de cada país na estrutura global da produção de capital;

c) maturidade relativa do desenvolvimento sócio-histórico global".<sup>2</sup>

Portanto, ainda que resultando de uma atividade laborativa heterogênea, socialmente combinada e globalmente articulada, a totalidade do trabalho cumpre papel central no processo de criação de valores de troca. Se a este elemento central adicionarmos outros pólos de contradição decorrentes do próprio processo de produção do capital - como os enormes contin-

95

gentes de desempregados, que resultam das explosivas taxas de desemprego estrutural vigentes em escala global - encontraremos neste universo, dado pelo conjunto dos seres sociais que dependem da venda da sua força de trabalho, grande parte das possibilidades de ação para além do capital. Por isso, não concordamos com as teses que propugnam o desaparecimento das ações de classe, bem como a perda da sua potencialidade anticapitalista. A revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução no e do trabalho. É uma revolução no trabalho na medida em que deve necessariamente abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria, e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho social emancipado. Mas é também uma revolução do trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador.

Quarta tese:

Essa heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe-que-vive-do-trabalho não caminha no sentido da sua extinção; ao contrário de um adeus ao trabalho ou à classe trabalhadora, a discussão que nos parece pertinente e é aquela que reconhece, de um lado, a possibilidade da emancipação do e pelo trabalho, como um ponto de partida decisivo para a busca da omnilateralidade humana. De outro lado, coloca-se um desafio enorme, dado pela existência de um ser social complexificado, que abarca desde os setores dotados de maior qualificação, representados por aqueles que se beneficiaram com o avanço tecnológico e que vivenciaram uma maior intelectualização do seu trabalho, até aqueles que fazem parte do trabalho precário, parcial, "terceirizado", participantes da "economia informal", da subclasse dos trabalhadores. Não cremos que esta heterogeneidade impossibilite uma atuação conjunta destes segmentos sociais enquanto classe, ainda que a aproximação, articulação e unificação destes estratos que compõem a classe trabalhadora sejam, não é demais repetir,

um desafio de muito maior envergadura do que aquele imaginado pela esquerda socialista. 13

Do enunciado acima decorre outra questão instigante e de enorme importância: nos embates desencadeados pelos trabalhadores e aqueles socialmente excluídos, que o mundo tem presenciado e que são dotados de alguma dimensão anticapitalista, é possível detectar maior potencialidade e mesmo centralidade nos estratos mais qualificados da classe trabalhadora, naqueles que vivenciam uma situação mais "estável" e conseqüentemente maior participação no processo de criação de valor? Ou, pelo contrário, o pólo mais fértil da ação anticapitalista encontra-se exatamente naqueles segmentos sociais mais excluídos, nos estratos mais subproletarizados?

Não cremos que esta questão possa ser hoje plenamente respondida. As metamorfoses foram (e estão sendo) de tal intensidade que qualquer resposta seria prematura. O que nos parece mais evidente é enfatizar, desde logo, a necessidade imperiosa de que esses segmentos que compõem a heterogênea classe trabalhadora aceitem o desafio de buscar os mecanismos necessários, capazes de possibilitar a confluência e aglutinação de classe, contra todas as tendências à individualização das relações de trabalho, à exacerbação do neocorporativismo, ao acirramento das contradições no interior do mundo do trabalho etc.

É possível, entretanto, fazer uma segunda consideração sobre essa questão: aqueles segmentos mais qualificados, mais intelectualizados, que se desenvolveram junto com o avanço tecnológico, pelo papel central que exercem no processo de criação de valores de troca, poderiam estar dotados, ao menos objetivamente, de maior potencialidade anticapitalista.<sup>4</sup> Mas, contraditoriamente, esses setores mais qualificados são exatamente aqueles que têm vivenciado, subjetivamente, maior envolvimento "integracionista" por parte do capital, da qual a tentativa de manipulação elaborada pelo toyotismo é a melhor expressão, ou têm sido responsáveis, muitas vezes, por ações que se pautam por concepções de inspiração neocorporativa.

Em contrapartida, o enorme leque de trabalhadores precários, parciais, temporários etc., que denominamos subproletariado, juntamente com o enorme contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento (ou mesmo exclusão) do processo de criação de valores teria, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas. Porém, sua condição de despossuído e excluído o coloca potencialmente como um sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que estes segmentos sociais não têm mais nada a perder no universo da sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia. As recentes greves e as explosões sociais, presenciadas pelos países capitalistas avançados, mesclam elementos desses dois pólos da "sociedade dual". Por isso entendemos que a superação do capital somente poderá resultar de uma empreitada que aglutine e articule o conjunto dos segmentos que compreendem a classe-que-vive-do-trabalho.

O não reconhecimento desse ponto constitui, em nosso

entendimento, outro equívoco de Gorz. Sua ênfase em ver no universo da não-classe dos não-trabalhadores o pólo potencialmente capaz de transformar a sociedade tem, por um lado, o mérito de localizar nesse segmento social potencialidades anticapitalistas. Mas tem como contraponto negativo o fato de conceber os trabalhadores produtivos como quase irreversivelmente integrados à ordem do capital, perdendo a possibilidade de vê-los enquanto sujeitos capazes de lutar por uma vida emancipada. Esta caracterização padece também do equívoco conceitual) de denominar como não-classe dos não-trabalhadores um segmento importante e crescente da classe trabalhadora.<sup>5</sup> Pelo que desenvolvemos anteriormente, a heterogeneidade, fragmentação e complexificação efetivam-se no interior do mundo do trabalho, nele incluído desde os trabalhadores produtivos, "estáveis", até o conjunto dos trabalhadores precários, daqueles que vivenciam o desemprego estrutural etc. É este conjunto de segmentos, que dependem da venda da sua força de trabalho, que configura a totalidade do trabalho social, a classe trabalhadora e o mundo do trabalho.

98

Quinta tese:

O capitalismo, em qualquer das suas variantes contemporâneas, da experiência sueca à japonesa, da alemã à norteamericana, como pudemos indicar anteriormente, não foi capaz de eliminar as múltiplas formas e manifestações do estranhamento, mas, em muitos casos, deu-se inclusive um processo de intensificação e maior interiorização, na medida em que se minimizou a dimensão mais explicitamente despótica, intrínseca ao fordismo, em benefício do "envolvimento manipulatório" da era do toyotismo ou do modelo japonês. Se o estranhamento é entendido como a existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana, o capitalismo dos nossos dias, ao mesmo tempo em que, com o avanço tecnológico, potencializou as capacidades humanas, fez emergir crescentemente o fenômeno social do estranhamento, na medida em que esse desenvolvimento das capacidades humanas não produz necessariamente o desenvolvimento de uma individualidade cheia de sentido, mas, ao contrário, "pode desfigurar, aviltar etc., a personalidade humana"... Isto porque, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar "diretamente um crescimento da capacidade humana", pode também "neste processo sacrificar os indivíduos (e até mesmo classes inteiras)" (Lukács, 1981: 562).

A presença do "Terceiro Mundo" no coração do "Primeiro Mundo", através da brutal exclusão social, das explosivas taxas de desemprego estrutural, da eliminação de inúmeras profissões no interior do mundo do trabalho em decorrência do incremento tecnológico voltado exclusivamente para a criação de valores de troca, são apenas alguns dos exemplos mais gritantes e diretos das barreiras sociais que obstam, sob o capitalismo, a busca de uma vida cheia de sentido e dotada de dimensão emancipada para o ser social que trabalha. Evidencia-se, portanto, que o estranhamento é um fenômeno exclusivamente histórico-social, que em cada momento da história se apresenta de formas sempre diversas, e que por isso não pode ser jamais considerada como uma condition humaine, como um traço natural do ser social (Lukács, 1981: 559). Nas palavras do

99

filósofo húngaro (idem: 585): "... não existe um estranhamento como categoria geral ou, tanto menos, supra-histórica, antropológica. O estranhamento tem sempre características histórico-sociais, em cada formação e em cada período aparece ex novo, posto em marcha pelas forças sociais realmente operantes".

No que diz respeito ao estranhamento no mundo da produção, ao estranhamento econômico, ao processo de fetichização do trabalho e da sua consciência, mantém-se a enorme distância entre o produtor e o resultado do seu trabalho, o produto, que se lhe defronta como algo estranho, alheio, como coisa. Esse estranhamento permanece também no próprio processo laborativo, em maior ou menor intensidade. A desidentidade entre o indivíduo que trabalha e a sua dimensão de gênero humano também não foi eliminada. Mais do que isso, as diversas manifestações de estranhamento atingiram, além do espaço da produção, ainda mais intensamente a esfera do consumo, a esfera da vida fora do trabalho, fazendo do tempo livre, em boa medida, um tempo também sujeito aos valores do sistema produtor de mercadorias. O ser social que trabalha deve somente ter o necessário para viver, mas deve ser constantemente induzido a querer viver para ter ou sonhar com novos produtos.

Paralelamente a essa indução para o consumo, opera-se, em verdade, uma enorme redução das necessidades, na medida em que a "forma de expressão mais significativa do empobrecimento das necessidades é sua redução e homogeneização. Ambas caracterizam tanto as classes dominantes como a classe trabalhadora, porém de modo desigual... Para as classes dominantes esse ter é posse efetiva... A necessidade de ter do trabalhador, pelo contrário, diz respeito à sua mera sobrevivência: vive para manter-se... O trabalhador deve privar-se de toda necessidade para poder satisfazer uma só, manter-se vivo" (Heller, 1978: 64-65).

De modo que, ao contrário daqueles que defendem a perda de sentido e de significado do fenômeno social do estranhamento, quando se pensa na subjetividade da classe

100

que-vive-do-trabalho na sociedade contemporânea, cremos, como esperamos ter indicado anteriormente, que as mudanças em curso no processo de trabalho, apesar de algumas alterações epidérmicas, não eliminaram os condicionantes básicos desse fenômeno social, o que faz com que as ações desencadeadas no mundo do trabalho, contra as diversas manifestações do estranhamento, tenham ainda enorme relevância no universo da sociabilidade contemporânea.

Portanto, para concluir este texto, é necessário assinalar que, ao contrário das formulações que preconizam o fim das lutas sociais entre as classes, é possível reconhecer a persistência dos antagonismos entre o capital social total e a totalidade do trabalho, ainda que particularizados pelos inúmeros elementos que caracterizam a região, país, economia, sociedade, cultura, gênero, sua inserção na estrutura produtiva global etc. Dado o caráter mundializado e globalizado do capital, torna-se necessário apreender também as particularidades e singularidades presentes nos confrontos entre as classes sociais, tanto nos países avançados quanto naqueles que não estão diretamente no centro

do sistema - do qual faz parte uma gama significativa de países intermediários e industrializados, como o Brasil. Isso se configura como um projeto de pesquisa de longa duração, da qual este ensaio, onde procuramos apreender algumas tendências e metamorfoses em curso no mundo do trabalho, é um primeiro resultado.

101

#### NOTAS

1. Como este livro é resultado de uma pesquisa em andamento, torna-se evidente que, apesar do caráter predominantemente afirmativo destas "teses", elas estão sujeitas a revisões e reelaborações.

2. Foi explorando esta tendência que István Mészáros desenvolveu a tese acerca da taxa de uso decrescente no capitalismo: "O capital não trata valor-de-uso (que corresponde diretamente à necessidade) e valor-de-troca meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que subordina radicalmente o primeiro ao último. Devidamente situado no tempo e no espaço, isto representa uma inovação radical, que abre horizontes anteriormente inimagináveis para o desenvolvimento econômico. Uma inovação baseada na constatação prática de que qualquer mercadoria pode estar constantemente em uso, num extremo da escala, ou ainda nunca ser usada, no outro extremo das possíveis taxas de uso, sem perder por isso sua utilidade no que tange às exigências expansionistas do modo de produção capitalista" (Mészáros, 1989a: 22-23).

3. Pelo que formulamos anteriormente, também não podemos concordar com um autor sempre criativo e instigante como Francisco de Oliveira, quando afirma - apesar das inúmeras diferenças com autores acima citados, das quais o reconhecimento da vigência das lutas de classes por certo não é secundário - que o padrão dos financiamentos públicos do welfare state operou uma verdadeira "revolução copernicana" nos fundamentos da categoria do valor como nervo central tanto da reprodução do capital quanto da força de trabalho. No fundo, levado às últimas conseqüências, o padrão de financiamento público "implodiu" o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral" (Oliveira, 1988: 13-14). O que aqui nos parece relevante é qual deles - o valor ou o fundo público - tem estatuto fundente na sociabilidade contemporânea, no processo de reprodução do capital. A crise do welfare state, a avalanche neoliberal e a dimensão global e mundializada do capital parecem confirmar a prevalência do valor como o elemento estruturante da sociabilidade produtora de mercadorias e o fundo público como sendo o seu regulador/contraponto e não o seu substituto, o que faz uma enorme diferença. Essa formulação de Francisco de Oliveira, feita de maneira embrionária, avançou, em texto posterior, para a "elaboração teórico-conceitual" de "um modo social-democrata de produção" que articula valor e antivalor (Oliveira, 1993: 136-143).

4. De maneira mais empírica, mas em consonância com o essencial desta tese, diz A. Touraine (1989: 10-11): "Os problemas do trabalho não desaparecem, mas são englobados num conjunto mais amplo. Enquanto tais, eles deixaram de representar um papel central. É inútil procurar indícios de uma renovação revolucionária propriamente operária. Nos lugares onde aparentemente é mais combativo, como na Itália e na França, o movimento operário, através dos conflitos e das crises que podem ser

violentas, obtém pouco a pouco uma ampliação dos direitos e da capacidade de negociação, portanto, uma certa institucionalização dos conflitos do trabalho... Este deixa de ser um personagem central da história social à medida que nos aproximamos da sociedade pós-industrial". E Gorz (1990: 42), sintonizado com Touraine

102

acrescenta que outros antagonismos sociais vieram a sobrepor-se àquele desencadeado pelo capital e trabalho, que acabou sendo relativizado e mesmo superado pelo "conflito básico" entre a "megamáquina burocrático-industrial" e a população.

5. Este nos parece um dos equívocos de que padece o instigante livro de R. Kurz, que reconhece a sociedade como produtora de mercadorias, mas que acaba acreditando na tese da extinção da classe trabalhadora como agente capaz de impulsionar essas transformações. Ver, a respeito, nosso texto "A Crise Vista em sua Globalidade", neste volume, onde discutimos mais detalhadamente as principais teses presentes naquele livro.

G. Tratando do trabalho intelectual e artístico sob o capitalismo, Berman, talvez de maneira muito direta e suprimindo várias mediações, mas por certo retendo o essencial, assim descreve os condicionantes presentes naquelas modalidades de trabalho: estes intelectuais "só escreverão livros, pintarão quadros, descobrirão leis físicas ou históricas, salvarão vidas, se alguém munido de capital estiver disposto a remunerá-los. Mas as pressões da sociedade burguesa são tão fortes que ninguém os remunerará sem o correspondente retorno - isto é, sem que o seu trabalho não colabore, de algum modo, para "incrementar o capital". Eles precisam "vender peça por peça" a um empregador desejoso de lhes explorar os cérebros com vistas à obtenção de lucro. Eles precisam esquematizar-se e apressar-se sob uma luz favoravelmente lucrativa; precisam competir (não raro de forma brutal e sem escrúpulos) pelo privilégio de serem comprados, apenas para poder prosseguir em seu trabalho. Assim que o trabalho é executado, eles se vêem, tal como qualquer outro trabalhador, separados do produto do seu esforço. Seus bens e serviços são postos à venda e são "as vicissitudes da competição e as flutuações de mercado", mais do que qualquer intrínseca verdade, beleza ou valor... que determina seu destino" (Berman, 1987: 113-114).

7. (Marx, 1971: 942).

8. Dessa limitação analítica não escapa André Gorz: "No sentido em que entendemos atualmente, o trabalho nem sempre existiu: apareceu com os capitalistas e os proletários". Desse entendimento decorre que "Trabalho" (que como se sabe, vem de tripalium, aparelho dotado de três estacas cujo acionamento torturava o operador) - hoje em dia designa praticamente apenas uma atividade assalariada. Os termos "trabalho" e "emprego" tornaram-se equivalentes..." (Gorz, 1982: 9).

9. Esta concepção, essencial para Marx, reaparece quase literalmente no capítulo V de O Capital, onde discute o processo de trabalho. O que nos faz discordar de Agnes Hefler, em texto do início dos anos 80, já marcado por uma nítida ruptura com o Lukács da maturidade, e também operando uma releitura de elementos fundamentais da formulação marxiana, ao atribuir à formulação de O Capital e seus estudos preparatórios a prevalência de um "paradigma da produção" que se diferencia do

"paradigma do trabalho", este presente nos Manuscritos de 44 (Heller, 1981: 103-105).

10. Embora próximo de Habermas e Gorz, naquilo que diz respeito à perda da centralidade do mundo do trabalho na sociedade contemporânea, Robert Kurz tem frente a eles uma significativa diferença, à medida que enfatiza, como mostram os anteriormente, o fim da sociedade do trabalho abstrato (Kurz, 1992). Para Offe "... pode-se falar de uma crise da sociedade do trabalho à

103

medida que se acumulam indícios de que o trabalho remunerado formal perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da auto-estima e das referências sociais, assim como das orientações morais. (...) a qualidade do trabalhador torna-se imprópria para a fundamentação da

identidade - e assim também para o enquadramento sociológico uniforme

dos interesses e da consciência - daqueles que são trabalhadores" (Offe,

1989: 7-8). Neste caso, o universo conceitual) é muito diferente daquele

utilizado por Robert Kurz. Ou, de acordo com uma fórmula híbrida, no limite também subordinada à

lógica dada pela racionalidade econômica do capital, onde o "socialismo deve

ser concebido como uma ligação da racionalidade capitalista dentro de uma

estrutura democraticamente planejada, que deve servir para alcançar certos

objetivos democraticamente determinados " (Gorz, 1990: 46).

Essa intensificação das contradições sociais é apontada também por Octávio Ianni, quando afirma "... que sob o capitalismo global as contradições sociais globalizam-se, isto é, generalizam-se mais do que nunca. Desdobram-se seus componentes sociais, econômicos, políticos e culturais pelos quatro cantos do mundo. O que era desenvolvimento desigual e combinado no âmbito de cada sociedade nacional e no de cada sistema imperialista, sob o capitalismo mundial universaliza-se. As desigualdades, tensões e contradições generalizam-se em âmbito regional, nacional, continental e mundial, compreendendo classes sociais, grupos étnicos, minorias, culturas, religiões e outras expressões do caleidoscópio global. As mais diferentes manifestações de diversidade são transformadas em desigualdades, marcas, estigmas, formas de alienação, condições de protesto, base das lutas pela emancipação... Assim, a questão social, que alguns setores de países dominantes imaginavam superada, ressurgiu com outros dados, outras cores, novos significados" (Ianni, 1992: 143-144).

A esse respeito, ver as considerações de Mészáros acerca da fragmentação do trabalho em decorrência da divisão social do trabalho sob o capital, em "The Division of Labor and The Post-Capitalist State", particularmente o item "The Division of Labor" (Mészáros, 1987: 99-101).

14. Serge Mallet (1973: 29), há duas décadas, desenvolveu a tese de que, por encontrar-se no centro do complexo produtivo mais avançado, a nova

classe operária seria levada a apreender antes que os segmentos tradicionais da classe trabalhadora, os pólos de contradição do sistema.

15. Para André Gorz, a não-classe dos não-trabalhadores "é portadora do futuro: a abolição do trabalho não tem outro sujeito social possível que não essa não-classe". Ou, conforme outra passagem: "O reino da liberdade não resultará jamais dos processos materiais: só pode ser instaurado pelo ato fundador da liberdade que, reivindicando-se como subjetividade absoluta, toma a si mesma como fim supremo de cada indivíduo. Apenas a não-classe dos não-produtores é capaz desse ato fundador: pois apenas ela encarna, ao mesmo tempo, a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes" (Gorz, 1982: 16 e 93). Para quem escreveu um capítulo sobre "o proletariado segundo São Marx", as citações que fizemos acima dão também uma amostra de que Gorz não se pautou, nem um pouco, pela ausência de enorme dose de religiosidade, ao caracterizar as possibilidades de ação da "não-classe dos não-trabalhadores".

104

#### APÊNDICE

##### A CRISE VISTA EM SUA GLOBALIDADE \*

Uma análise global da crise do capitalismo é um empreendimento difícil, mesmo quando o objetivo é reter algumas de suas tendências mais gerais. Não é outro o sentido de O Colapso da Modernização (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial), do alemão Robert Kurz.

Podemos iniciar dizendo que estamos diante de um livro de fortíssimo impacto. Parece-nos difícil resenhá-lo à medida que ele é, por um lado, altamente convincente, vigoroso, ousado, explosivo, denso, analítico, contestador e, por outro lado, problemático, por vezes impressionista, quase jornalístico e em alguns momentos insuficiente. Mas a sua dimensão primeira, de alta positividade, é muito superior à segunda. O que o torna um livro privilegiado, como poucos nesta época de conformismo e resignação quase absolutas, de encantamento com os valores do mercado, do capital, da produtividade, da institucionalidade, da ordem, das indeterminações, dos estranhamentos, das fetichizações, do fim da história e de tantas outras manifestações da irratia dominante.

O livro defende com enorme vigor e força uma tese central: a derrocada do Leste Europeu e dos chamados países socialistas não foi expressão da vitória do capitalismo e do Ocidente, mas a manifestação de uma crise particular que agora fulmina o coração do sistema mundial produtor de mercadorias. Foi, portanto, um momento de uma dada processualidade, da crise global do capital, que se iniciou pelo Terceiro Mundo, atingiu de maneira arrasadora o Leste Europeu e agora penetra agudamente no centro do modo de produção

\* Publicado em Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, vol. I, nº 1, 1994.

de mercadorias e da sociedade do trabalho abstrato. Nas palavras do autor: "O "mercado planejado" do Leste (...) não eliminou as categorias do mercado. Conseqüentemente aparecem no socialismo real todas as categorias fundamentais do capitalismo: salário, preço e lucro (ganho da empresa). E quanto ao princípio básico do trabalho abstrato, este não se limitou a adotá-lo, como também levou-o ao extremo" (Kurz, 1992: 29).

Os países do Leste eram parte "do próprio sistema produtor de mercadorias", constituindo-se numa variante deste e nunca em algo efetivamente novo e socialista. Aqueles que partem do estatismo existente no Leste para diferenciá-lo do capitalismo desconsideram que a formação social capitalista, em vários momentos, recorreu ao Estado para constituir-se e consolidar-se. O mercantilismo, a Era Bismarck e o intervencionismo keynesiano são exemplos, sempre segundo o autor, dessa recorrência. Sugestivo e altamente provocativo nas indicações e ilações teóricas, mas também enormemente a-histórico, Kurz procura mostrar como o "estatismo do socialismo real" encontra em verdade muita similitude com o Estado racional burguês de Fichte. E até mesmo com o Mercantilismo... Mercado planejado, direito ao trabalho e monopólio estatal do comércio exterior, presentes no "socialismo real", "foram pré-formulados pelo próprio capitalismo e por seus ideólogos progressistas à beira da industrialização; não são estranhas, em sua essência, ao capital ou ao sistema produtor de mercadorias, mas sim, características estruturais do nascimento histórico desses últimos" (idem: 42). O culto do trabalho abstrato, levado ao limite no Leste, mostra como a crítica marxiana do fetichismo foi absolutamente desconsiderada, "eliminada e empurrada para um além teórico e histórico, difamada como nebulosa, ou degradada a um fenômeno mental puramente subjetivo" (idem: 48).

Sem romper na interioridade, com a lógica do sistema produtor de mercadorias, a "crise da sociedade de trabalho do socialismo real marca a crise iminente da moderna sociedade do trabalho em geral, e isso precisamente porque os mecanismos de concorrência tiveram tanto êxito e minaram e debilitaram

108

de fato os fundamentos do sistema produtor de mercadorias. Faz parte da lógica desse sistema o fato de que os seus componentes mais fracos, no que se refere à produtividade e ao entrelaçamento, são os primeiros a cair no abismo de colapso do sistema..." (idem: 90). Superadas as lacunas do texto da edição brasileira, que carece de imediata e imprescindível revisão, percebe-se nessa última citação que o autor entende a crise da modernidade em sua dimensão globalizada. Sem o princípio da concorrência, absolutamente improdutivo e obsoleto no desenvolvimento tecnológico, o Leste viu germinar, simultaneamente, uma sociedade de escassez e desperdício.

Quando o Ocidente vivenciou, nas décadas de 1970 e 1980, um significativo surto tecnológico, através da microeletrônica, a concorrência e a lógica do sistema mundial produtor de mercadorias acabaram por levar ao colapso terminal do "socialismo real", que "tinha que fracassar em sua própria irracionalidade interna, na forma-mercadoria levada ao extremo do absurdo e na relação insustentável com o exterior..." (idem: 152). Desse modo, a transição pós-89,

vivenciada pela URSS e pelo Leste, assemelha-os não com o Ocidente avançado, mas com uma realidade mais próxima do Terceiro Mundo. Este, na outra ponta da crise global do sistema produtor de mercadorias, já se constitui naquilo que o autor chama de "sociedades pós-catastróficas": "(...) o Terceiro Mundo ou já fracassou em sua tentativa de modernização (...) ou, no melhor dos casos, encontrou um status precário, no papel de países ascendentes, que permanece exposto à espada de Dâmocles do mercado mundial e, mesmo assim, já não permite um desenvolvimento interno da sociedade inteira" (idem: 176). As raríssimas exceções não fracassadas da "industrialização para a exportação", presenciada em alguns países asiáticos como Coréia, Hong Kong, Taiwan e Cingapura, permanecem numa "dependência precária dos países ocidentais" e não têm vivenciado, até agora, o desenvolvimento de um mercado interno que dê fundamento a esses projetos industriais, além de serem em sua maioria países pequenos, insulares, cujos projetos são irrealizáveis em países continentais. "A estrutura industrial insular que é capaz

109

de concorrer no mercado mundial está unilateralmente orientada para a exportação, e o mercado interno não pode ser desenvolvido suficientemente porque a industrialização para a exportação, aparentemente bem-sucedida, não pode gerar, em virtude de sua alta intensidade de capital, o volume suficiente de capacidade aquisitiva interna; o fator decisivo nesse processo não é o salário baixo, mas sim a incapacidade destas produções altamente automatizadas de absorver massas suficientes de mão-de-obra" (id. ibid.). Kurz só pode visualizar, para o Terceiro Mundo, rebeliões sociais, movimentos inspirados no fundamentalismo etc., sujeitos sempre à intervenção de um "poder policial internacional" respaldado pela ONU. Tendo perdido seu papel de fornecedor de força de trabalho sub-remunerada e abundante para o capital produtivo, esses países, fora do embate tecnológico em que se encontra o centro, são expressão viva e real da outra ponta do colapso. Sua conclusão é aguda: "A lógica da crise está avançando da periferia para os centros. Depois dos colapsos do Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do próprio Ocidente" (idem: 206).

A mesma lógica desigual que regulou as relações entre os países centrais e do Terceiro Mundo penetra no interior do Ocidente. "O que marca a próxima fase é que regiões inteiras estão "caindo fora", morrendo em seu papel de regiões industriais porque suas indústrias foram derrotadas na concorrência dos mercados mundiais e já não podem levantar o capital monetário para continuar na corrida da produtividade" (idem: 211). E o autor está se referindo, aqui, aos países do centro. Os EUA e Inglaterra "estão dissipando seus próprios recursos de capital monetário em um consumo improdutivo a nível de potências mundiais", consumo que não poderiam praticar há muito tempo (ib. ibid). Japão e Alemanha, os "vitoriosos", não têm como escapar dessa lógica destrutiva que os movimenta: estão financiando, "há anos e em dimensões inimagináveis, seus sucessos de exportação nos mercados mundiais, emprestando às economias da OCDE que de fato foram derrotadas na concorrência os recursos necessários para a continuação da inundação con

110

mercadorias importadas. Somente por isso, as economias perdedoras dentro

da OCDE ainda não tomaram o rumo das sociedades pós-catastróficas do Sul e do Leste, porém à custa de acumularem verdadeiras montanhas de dívidas impagáveis" (idem: 213).

A conclusão do autor é direta: estamos entrando numa era das trevas, de conseqüências imprevisíveis. E, "uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial trabalho produtivo (...) ela já não pode ser criticada ou até a partir de um ponto de vista ontológico do "trabalho", da "classe trabalhadora", ou da "luta das classes trabalhadoras" (idem: 227). O marxismo (e junto com ele o movimento operário) é "parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso atingido ele próprio pela crise" (id. *ibid.*). Apesar do enorme resgate que Kurz faz das formulações marxianas, neste ponto aparece a sua única (e forte) crítica: "Sem dúvida, revela-se aqui um dilema até hoje insuperado no centro da teoria de Marx. A afirmação do movimento operário (...) é na verdade inconciliável com a sua própria crítica da economia política, que desmascara precisamente aquela classe trabalhadora não como categoria ontológica, mas sim como categoria social constituída, por sua vez, pelo capital" (idem: 71). O movimento operário, segundo Kurz, conduziu à emancipação capitalista dos trabalhadores, mas não é o sujeito capaz de levá-lo à emancipação social.

E, com outra tese provocativa e ousada, finaliza seu ensaio: "O comunismo, supostamente fracassado, que é confundido com as sociedades em colapso da modernização recuperadora, não é nem utopia nem um objetivo distante, jamais alcançável, muito além da realidade, mas sim, um fenômeno já presente, o mais próximo que encontramos na realidade, ainda que na forma errada e negativa, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias, isto é, na forma de um comunismo das coisas, como entrelaçamento global do conteúdo da reprodução humana" (idem: 228). Na impossibilidade e inexistência de um sujeito coletivo capaz de superar a crise, no universo do mundo do trabalho, Kurz esboça sua proposição: torna-se necessária a busca de "uma razão sensível, que é exatamente o contrário da razão iluminista, abstrata, burguesa e vinculada à forma-mercadoria" (idem: 232). Esta crítica radical "teria que se emancipar completamente de suas idéias anteriores, já obsoletas" e para a qual a "esquerda, com todos os seus matizes, mostra-se completamente incapaz de dar uma resposta à crise" (idem: 226-227).

Trata-se, como procuramos mostrar, nestas páginas onde perseguimos a imanência do texto, de um ensaio ousado, rico, provocativo, contundente, polêmico e problemático. Texto onde a prioridade é do ontológico, onde a apreensão da lógica do objeto - a crise contemporânea do sistema produtor de mercadorias, do capitalismo - é perseguida em seus nexos essenciais e totalizantes. Pode-se dizer, sinteticamente, que suas formulações acertam no essencial, no diagnóstico da crise do capital dos nossos dias e falham nas visualizações, nas proposições, no modo de caminhar para além do capital. Talvez seja demais, nos dias de hoje, exigir tanto. Afinal, apontar o capitalismo como derrotado, a partir da análise do desmoronamento do Leste Europeu, não é pouco nem usual. E resgatar vigorosa e sugestivamente a crítica da economia política de Marx para demonstrá-lo é ainda mais incomum. Um livro que provoca e nos faz refletir e repensar, pela esquerda, sobre tantos pontos "inquestionáveis", também é outro forte mérito. Gostaria de concluir, entretanto, apontando alguns dos problemas que sua leitura suscita.

Primeira crítica:

Na recuperação ontológica do objeto, Kurz suprimiu a dimensão, decisiva em Marx, da subjetividade. Os seres e personagens do capital e do trabalho são epifenômenos de uma lógica dada por um objetivismo férreo. Neste ponto, e inspirado no tom provocativo do texto, parece-nos que o materialismo de Kurz é mais próximo de Feuerbach do que de Marx. Valf lembrara primeira tese sobre Feuerbach: o principal defeito de todo o materialismo até aqui (incluído o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade só são apreendidos sob a forma de objeto o u de intuição, mas não

112

como atividade humana sensível, como praxis, não subjetivamente. (Marx, Teses sobre Feuerbach) A lacuna que Kurz atribui a Marx é, em verdade, uma lacuna de Kurz: o seu entendimento do fetichismo como quase integral, insolúvel e irremovível obsta a existência ativa e a resistência efetiva dos sujeitos. Kurz aqui paga um preço desnecessário aos críticos da sociedade do trabalho, que ele tanto se aproxima como se diferencia. Próximo de Habermas (e por tabela de Gorz e Offe) Kurz se insere no universo dos críticos da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo. Com uma significativa diferença: para ele, trata-se de eliminar a centralidade do trabalho abstrato, coisa feita também por Marx desde os estudos preparatórios para os Manuscritos de 1844. Porém, para Marx era imprescindível o resgate da dimensão concreta do trabalho, enquanto atividade vital, enquanto fonte criadora de valores de uso socialmente necessários, enquanto protoforma da atividade humana, para lembrar o velho Lukács. Kurz não é suficientemente claro a este respeito (o que é uma lacuna), mas sugere, num parágrafo, uma pista relevante: "A sociedade do trabalho como conceito ontológico seria uma tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas modificadas, apenas podia ser uma vida que incluísse o trabalho. Somente as idéias ingênuas do paraíso e o conto do país das maravilhas fantasiavam uma sociedade sem trabalho" (Kurz, 1992: 26). Apesar desta referência, Kurz parece ainda tributário, em alguma dimensão, dos adeptos da crise da sociedade do trabalho. Para sermos claros: uma coisa é o esgotamento da sociedade do trabalho abstrato. Outra, bem diferente, é a crítica que recusa um projeto societário que conceba o trabalho como criador de valores de uso, na sua dimensão concreta, como atividade vital, desfetichizada, como ponto de partida (e não de chegada) para a omnilateralidade humana.

Kurz centra toda a sua análise na prevalência da produção generalizada e destrutiva de mercadorias e na conseqüente teoria marxiana do valor-trabalho; uma vez que se reafirma contemporaneamente esta tese (o que é outro enorme mérito do livro), parece muito difícil negar a existência objetiva da

113

contradição no interior do processo de valorização do capital. De modo que a luta objetiva entre a totalidade do trabalho social e a totalidade do capital não contradita a crítica marxiana da economia política, mas lhe é absolutamente essencial. Não são "duas lógicas históricas completamente diferentes", como quer Kurz, mas momentos intrínsecos de

uma mesma lógica, da classe que cria valores e que exatamente por isso tem a possibilidade de antagonizar-se frente ao capital, de rebelar-se. Se a teoria do valor-trabalho é validada, a luta de classes é consequência inevitável daquela. Esta foi, inclusive, uma das aquisições ontológicas centrais do Marx que, na Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (1844), concebia preliminarmente o proletariado como a "classe com cadeias radicais", e que posteriormente apreendeu o proletariado como a "mercadoria-força de trabalho que cria valores" e que vivencia por isso a possibilidade real da contradição frente ao capital. O ponto essencial remete a discussão para o universo das limitações subjetivas do mundo do trabalho, campo temático que, como vimos, Kurz recusa.

A sua crítica de que o movimento operário, neste século, esteve em grande medida atado à luta no universo da sociedade de mercadorias é rica e em boa medida verdadeira. Basta pensar nas enormes limitações da chamada esquerda tradicional. Mas não deveria permitir a Kurz chegar onde chegou: na ausência absoluta de sujeitos. Para Marx sempre foi muito claro que "o proletariado está obrigado a abolir-se a si mesmo", se de fato pretende a superação da sociedade do capital. (Marx, A Sagrada Família) Desse modo, e se se quer ficar no essencial da discussão que Kurz suscita, a classe-que-vive-do-trabalho não está objetivamente incapacitada para superar o capitalismo (como quer Kurz), mas somente poderá vir a fazê-lo se sua autoconsciência incorporar como momento decisivo a autoabolição de si mesmo como classe, o momento do gêneropara-si. O que, reconhecemos, é uma tarefa monumental, e para a qual só uma esquerda social, renovada, crítica e radical, de nítida inspiração marxiana, forjada no interior do mundo do trabalho, poderá, em nosso entendimento, implementar. A esquerda tradicional (do "marxismo" da era staliniana e stalinista)

114

e a esquerda social-democrática estão, ambas, impossibilitadas para essa empreitada.

Segunda crítica:

A assimilação entre Leste e Ocidente, se é verdade no que diz respeito a que ambos inseriam-se no universo do sistema produtor de mercadorias, não deve permitir uma identificação tão plena entre o que ocorreu nos países pós-capitalistas e os capitalistas. Não é por acaso que Kurz fala em "socialismo de caserna", "socialismo real", "regime protocapitalista", "sociedades capitalistas", "regime transitório pré-burguês", "mercantilismo tardio", entre outras denominações. Convenhamos, é muita imprecisão conceitual. Cremos que a Revolução Russa não foi burguesa em sua origem, como quer Kurz, mas pouco a pouco viu sua processualidade curvar-se cada vez mais à lógica mundial do capital. E aqui também Kurz auxilia, e muito, na reafirmação e demonstração dessa tese.

Terceira crítica:

Kurz tem boa dose de razão ao atar o marxismo do século XX à tragédia do Leste Europeu. Mas exagera, e por diversas vezes equivoca-se. Cito só dois exemplos: dizer que "Trotsky, em primeiro lugar, poderia ter-se tornado outro Stalin" (idem: 50) só é aceitável quando o império da objetividade é de tal tamanho, que suprime toda a

dimensão subjetiva. De novo Kurz está muito mais próximo de Feuerbach do que de Marx. Do mesmo modo quando diz que nada se salva do chamado marxismo ocidental, "abstraindo-se algumas iniciativas isoladas, pouco claras e sem maior resultado". Este acabou sendo responsável pela "ausência de uma crítica do fetichismo" e (idem: 49). Da coisificação presente em História e Consciência de Classe até a vigorosa teoria do estranhamento encontrada na Ontologia do Ser Social, não foi outro o empreendimento enorme de Lukács, que pode até mesmo ter, para os seus críticos, muitas lacunas, mas por certo não foi "pouco clara e sem maior resultado". O mesmo poderia ser dito de Gramsci, que revigorou o marxismo contemporâneo, porque entendeu a dimensão subjetiva, a mediação política, a dimensão emancipadora da cultura etc., não como epifenômenos redutíveis a

115

um objetivismo férreo. Nesse capítulo Kurz é por demais arrogante. E fazer a crítica da política, entendendo-a como mediação, como faz Marx, não é desconsiderá-la, como faz Kurz, ou tratá-la como mero epifenômeno.

Último ponto:

Kurz redesenha o colapso da sociedade produtora de mercadoria-dinheiro. E não vê uma saída emancipadora impulsionada pelas forças do trabalho, como também parece não considerar a hipótese de uma (re)ação conservadora das forças burguesas visando minimizar a crise e desse modo prolongar a sociabilidade regida pelo capital. Cremos, ao contrário, que ambas as alternativas se colocam: uma, a reação do capital, para tentar amenizar a era das trevas, e não deixar, com ela, desmoronar o admirável mundo do dinheiro. Evidentemente, para citar um único exemplo, o desemprego estrutural ampliado converte-se em um problema para os sujeitos do capital quando acarreta uma depressão acentuada do mercado consumidor a ponto de comprometer a integralização do processo de valorização do capital. A outra, a ação do trabalho, porque sob a ruína de uma experiência intentada e desastrosa, que foi a experiência do Leste, poderá talvez pela primeira vez neste século, olhar para o Ocidente e para o mundo, e vê-lo sendo minado por sua própria lógica destrutiva. E poderá ousar, de maneira crítica, renovada e radical, avançando para além do capital, lançando, "mais cedo ou mais tarde, o tabuleiro no chão" e dispensando "todas as regras da chamada civilização mundial", uma vez que "essas regras democráticas da razão mundial burguesa e iluminista são em sua essência abstratas e insensíveis, pois seu verdadeiro fundamento é o automovimento do dinheiro, abstrato e privado de sensibilidade..." (idem: 199). E o livro de Robert Kurz é um alento e uma reflexão viva nessa direção, inconformado e anticapitalista que é, contraditando em alguma medida até mesmo uma de suas formulações, visto que se constitui numa expressiva reflexão e resposta de uma subjetividade que não se subordinou aos valores do capital e aos estranhamentos hoje tantas vezes cultuados, escrevendo um contundente ensaio contra a lógica e os mecanismos atuais da sociabilidade do capital, o que o torna um dos livros de maior impacto dos últimos anos.

116

INDIVÍDUO, CLASSE E GÊNERO  
HUMANO: O MOMENTO DA MEDIAÇÃO PARTIDÁRIA\*

Este texto pretende, tão-somente, elencar pontos ou notas acerca de temáticas tão complexas e complexificadas, que dizem respeito aos partidos e às classes sociais na contemporaneidade. Como se trata de um roteiro para debate, ele terá muito mais o caráter pontuado de questões para discussão.

Outro objetivo deste texto é reafirmar a pertinência da conexão entre os partidos e as classes sociais, como referencial analítico profícuo. Não se defenderá aqui, entretanto, a excludência analítica de se pensar a relação partidos/classes sociais/gênero humano," como incompatibilizada com a relação partidos/classes e a questão do gênero/mulher. É triste constatar que, além do enorme empobrecimento analítico presente quando se estuda a relação entre partidos e classes sociais hoje, houve, também, na brutalização (e simplificação) teórica deste século, a exclusão, pura e simples, da questão específica do gênero/mulher nas interconexões existentes entre os partidos e as classes-que-vivem-do-seu-trabalho. Apesar disto, a questão das classes, dos partidos e da mulher permanece. O que aqui me proponho é, entretanto, muito mais modesto: enumerar questões (breves), indicativas da pertinência e validade de se pensar as conexões entre os partidos e as classes sociais.

Parece uma obviedade que, na sociedade regida pelo capital, ocorre a desidentidade entre indivíduo e gênero humano, especialmente quando o olhar se volta para o mundo do trabalho. Marx referiu-se a essa dimensão aguda, complexa e contraditória, nos Grundrisse: "O grau e a universalidade do desenvolvimento das faculdades, que torna possível esta indi-

\* Apresentado no 14º Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambú, 1990.

117

vidualidade [os indivíduos universalmente desenvolvidos] supõe precisamente a produção baseada sobre o valor de troca, que cria, pela primeira vez, ao mesmo tempo, a universalidade do estranhamento frente a si mesmo e aos demais e a universalidade e a multilateralidade de suas relações e habilidades. Em estágios de desenvolvimento anteriores, o indivíduo se apresenta com maior plenitude precisamente porque não havia desenvolvido ainda a plenitude de suas relações e não as pôs, frente a ele, como potências e relações sociais autônomas" 1.2

Essa desidentidade entre indivíduo e gênero humano e as múltiplas formas de estranhamento, que daí decorrem se universalizam sobre a produção generalizada de mercadorias, apesar de esta oferecer, pela primeira vez, as possibilidades para a multilateralidade humana. Mas, ao invés do homem voltado para-si-mesmo-conscientemente-como-gênero, tem-se o seu contrário. Nas palavras de Agnes Heller: ao mesmo tempo em que o capitalismo produz necessidades "múltiplas e ricas", provoca o empobrecimento dos homens e converte o ser que trabalha em um ser "isento de necessidades".3 Constata-se, pois, um processo de homogeneização e redução das necessidades do ser social que trabalha, "que deve privar-se de todas as suas necessidades para poder satisfazer uma só, manter-se vivo".4

Não creio que se possa dizer que no capitalismo avançado tal

contextualidade e concretude não tem mais vigência. Essa hipótese, então, para o Terceiro Mundo industrializado, é inimaginável. E mesmo na Volvo, de Uddevalla, na Suécia, citada como exemplo mais avançado de organização do trabalho sob o capitalismo do welfare state, também lá o produto continua alheio e estranho aos seus reais produtores. A decisão do que produzir não lhes pertence. E a apropriação do trabalho não é nem social e nem coletiva. Cito este exemplo atípico porque mesmo ele reafirma a regra. E isso na Suécia. Na realidade do Brasil, México, Coréia, Argentina, a desidentidade entre indivíduo e gênero humano beira a animalidade, especialmente quando se pensa nos estratos mais subalternizados das classes trabalhadoras. Isso para não falar dos gastarbeiters na Alemanha, no lavoro nero na Itália, enfim, no trabalho imigrante tão

118

degradado na Europa que ruma para a unificação e que exclui contingentes vários do seu "bem-estar social".

Há, pois, não a eliminação, mas a persistência do antagonismo entre capital social total e a totalidade do trabalho, antagonismo que se dá tanto na esfera da produção quanto da sociedade de consumo produtora de desperdício, que manipula o consumo do ser que trabalha. O seu tempo de não-trabalho, seu tempo liberado, não lhe permite viver uma vida cheia de sentido.<sup>5</sup>

Se o indivíduo é expressão da singularidade e o gênero humano é uma dimensão de universalidade, a classe é a mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam condições de similitude em sua existência concreta, no mundo da produção e reprodução social. A consciência de uma classe é, pois, a articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular. Essa consciência do ser que trabalha é, portanto, uma processualidade, algo em movimento, em seu ir-sendo. Neste longo, complexo, tortuoso percurso, com idas e vindas, encontra-se ora mais próximo da imediatidade, do seu ser-em-si-mesmo, da consciência contingente, ora mais próximo da consciência auto-emancipadora, do seu ser-para-si-mesmo que vive como gênero, que busca a omnilateralidade, momento por certo mais difícil, mais complexo, da universalidade autoconstituente.<sup>7</sup>

Decisivo aqui é referir que a consciência é originada no interior da vida cotidiana. É na cotidianidade que as questões são suscitadas, e as respostas dos indivíduos e das classes são uma constante busca de indagações que se originam na vida cotidiana, onde as questões lhes são afloradas. As respostas às questões mais complexas são, entretanto, mediatizadas. Recorro a uma passagem de Lukács, que me remete ao centro da questão: "Enquanto na cotidianidade normal cada decisão que não se tornou completamente rotineira vem presa em uma atmosfera de inumeráveis "se" e "mas"... , nas situações revolucionárias e mesmo já em seus processos preparatórios, esta má infinidade de questões singulares se condensa em poucas

119

questões centrais que, porém, apresentam-se à grande maioria dos homens como problemas que indicam o seu destino de vida, que, em contraposição

à cotidianidade "normal", assumem já no imediato a qualidade de uma pergunta formulada com clareza e que se deve responder claramente".<sup>8</sup>

É nesse complexo problemático das classes, do seu agir e do seu fazer-se, que aflora a necessidade de elementos de mediação, da qual os sindicatos e os partidos (e poderíamos acrescentar, os conselhos, e, num outro plano, as greves e as ações de classe) são expressões autênticas. Os primeiros, os sindicatos, dotados de uma especificidade mais atada, originalmente, à dimensão contingencial, ainda que possa superá-la." Os segundos, os partidos, elementos de mediação dotados de capacidades mais globalizantes, referidas às formas explicitamente políticas, primeiro passo em direção da auto-realização auto-transcendente." Por isso a ênfase de Marx, nos debates travados no seio da Internacional, da necessidade da criação de um partido político distinto. Instrumento de mediação (e isso é decisivo, porque a deformação staliniana e stalinista o converteu em um tólos, o partido sobrepôs-se à classe, suprimiu-a, de meio tornou-se fim), uma das alavancas possíveis para a busca da identidade entre indivíduo e gênero humano. Isto porque essa identidade, obstaculizada agudamente na sociabilidade do capital, quando pensada em termos de uma ontologia do ser social, supõe a supressão da particularização social limitadora - as classes. Então, o ser genérico deixa de ser uma abstração vazia, "não é mais uma mera generalização à qual os únicos exemplares se ligam "mudamente"; ao contrário, os indivíduos "elevam-se até o ponto de adquirirem uma voz cada vez mais articulada, até alcançarem a síntese ontológico-social de sua singularidade, convertida em individualidade, como o gênero humano, convertido neles, por sua vez em algo consciente de si".

Se algum momento relevante ainda há para os partidos creio que é nesse universo, o de se constituir numa alavanca importante para a constituição do gênero humano emancipado.

120

Se estes partidos se encontram hoje em crise, numa política defensiva, as causalidades deste processo mereceriam uma discussão específica, que aqui não podemos fazer. O desmoronamento da esquerda tradicional, no Leste e no Ocidente, os efeitos deformantes da institucionalização que os distancia dos movimentos sociais autônomos e das classes que vivem do seu trabalho, a subordinação política dos partidos aos valores da sociabilidade regida pelo mercado, o fenômeno da socialdemocratização, além das transformações agudas no mundo do trabalho, decorrentes da automação, das transformações nas relações de trabalho, da "flexibilização", da desregulamentação, da desproletarização (do operariado fabril tradicional), da "terceirização" do trabalho, enfim, das metamorfoses da forma de ser da classe no Primeiro Mundo, estes são, por certo, alguns dos múltiplos e diversos aspectos que poderiam ser abordados, quando se pensa na crise dos partidos.

Entretanto, enquanto elemento de mediação, numa sociedade de classes, os partidos ainda não foram informados. A crise que os atinge não se conformou como uma crise que os excluiu da cena social e política, ou mais precisamente, do momento político constitutivo da classe. E, enquanto tal, mostra-se como um momento de mediação política, necessário para a auto-abolição dos particularismos intrínsecos às classes sociais, mesmo as que vivem

do seu trabalho. Ainda que hoje estejamos muito longe dessa possibilidade, há aqui, tal como o entendo, uma dimensão efetiva para os partidos de classe.

Para concluir: usamos, neste texto breve, a expressão classe-que-vive-do-seu trabalho. Não foi para burlar uma questão crucial, também impossível de ser aqui tematizada: essa noção amplia e incorpora a idéia de proletariado industrial, que se reduz e se torna significativamente heterogêneo no Primeiro Mundo, como decorrência das mudanças tecnológicas e da automação. Que alterações esta nova forma de trabalho, no Ocidente avançado, acarretará em relação aos seus organismos tradicionais, os sindicatos e os partidos? São indagações que um marxismo vivo tem que fazer. E sem medo de procurar respostas.

121

#### NOTAS

1. Ser genérico, em termos marxianos, entendido como ser consciente, que vive a efetividade humana omnilateral. Ser que se relaciona consigo mesmo como gênero vivo, universal e livre. Conforme Marx, parte final do primeiro dos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844), Espanha, Grijalbo.

2. K. Marx, Grundrisse (Borrador), v. 1, Argentina, Siglo XXI, p. 90.

3. Agnes Heller, Teoria de las Necesidades en Marx, Espanha, Ed. Península, p. 53.

4. Ibid., p. 65.

5. Ver, a este respeito, os ensaios de E. Mandel - "Marx, La Crise Actuelle et L'Avenir du Travail", in Quatrième Internationale, n° 20, maio 1986 e I. Mészáros, A Necessidade do Controle Social, Ed. Ensaio.

6. Penso que, neste universo, afloram duas outras questões decisivas, quando se pensa na emancipação do ser social: a contradição do indivíduo e a sua classe e as relações complexas e contraditórias entre o gênero mulher e homem.

7. Ver I. Mészáros, "Contingent and Necessary Class Consciousness", in Philosophy, Ideology & Social Science (Essays in Negation and Affirmation), Wheatsheaf Books Ltd., 1986, pp. 81-83.

8. Gyorgy Lukács, Ontologia Dell'Essere Sociale, II, Roma, Editori Riuniti, 1981, p. 506.

9. Ver as considerações de Gramsci acerca dos limites de sindicalismo e da importância dos conselhos no L'Ordine Nuovo, 1919/20.

10. Conforme I. Mészáros, "Contingent and...", op. cit., p. 82.

11. Gyorgy Lukács, "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem", Temas 4, São Paulo, p. 14.

122

## TRABALHO E ESTRANHAMENTO\*

A história da realização do ser social, muitos já o disseram, objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. Este, por sua vez, desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material. Em outras palavras, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas. É por demais conhecida aquela passagem de O Capital, onde Marx diferencia o pior arquiteto da melhor abelha: aquele "obtem um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetiva uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objeto, que ele sabe que determina, como lei, espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade".

Em outras palavras, o ser humano tem ideado, em sua consciência, a configuração que quer imprimir ao objeto do trabalho, antes de sua realização.

Isto ressalta a capacidade teleológica do ser social. É no trabalho, entendido como protoforma, como forma originária da atividade humana, "que se pode demonstrar ontologicamente que o estabelecimento de uma finalidade é um momento real da efetiva realidade material (...) qualquer trabalho seria impossível se não fosse precedido de uma tal colocação, determinando-lhe o processo em todas as suas fases".<sup>2</sup> Ou, ainda segundo Lukács: "Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas

\* Publicado, com pequenas alterações, em A Rebeldia do Trabalho, Editora da Unicamp, 1992, 2ª edição.

123

as mediações existem ontologicamente apenas em função da sua satisfação".<sup>3</sup>

Do que se depreende que é decisivo o papel da ação teleológica, que põe em movimento formas distinguidoras da atividade mecânica animal, configurando previamente o processo de trabalho.

No trabalho, o momento distinguidos, essencialmente se paratário, é constituído pela manifestação do ato consciente que, no ser social, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica. "O trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios."<sup>5</sup> O que remete a uma dimensão fundamental da subjetividade do ser, à dimensão teleológica. "Portanto, pode-se falar racionalmente do ser social tão-somente quando se compreende que sua gênese, sua separação da base originária e sua emancipação, estão fundadas no trabalho, ou seja, na contínua realização de finalidades colocadas."

Falar em teleologia no processo de trabalho não significa evidentemente, conceber um teleologismo que afirma o domínio universal do finalismo, uma teleologia dominando a história. Há, ao contrário, no plano do trabalho, uma unidade inseparável entre teleologia e causalidade. Como diz ainda Lukács: "Decisivo aqui é compreender que se está em face de uma duplicidade numa sociedade tornada realmente social, a maior parte das atividades cujo conjunto põe a totalidade em movimento, certamente de origem teleológica, mas a sua existência real (...) é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico".

O que torna transparente a contraditoriedade presente no processo social: formular teleologias sobre as alternativas possibilitadas pela realidade - cujo movimento é resultante de causalidades presentes nessa mesma realidade e que foram postas pelo conjunto dos atos humanos precedentes -, o que restringe e limita as possibilidades e alternativas da ação teleológica. Isso, entretanto, não elide a ação consciente, sub-

124

jetiva, que desempenha papel decisivo nas mudanças e rupturas substanciais da história da humanidade, de que as revoluções são momentos exemplares.

O trabalho gera, "na ontologia do ser social, uma categoria qualitativamente nova em relação às precedentes formas do ser inorgânico. Tal novidade está no fato de que a posição teleológica realiza-se enquanto resultado adequado, idealizado e desejado".<sup>9</sup>

O trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o "motor decisivo do processo de humanização do homem". Não foi outro o significado dado por Marx ao enfatizar que: "Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana." Esta formulação permite entender o trabalho como "a única lei objetiva e ultra-universal do ser social, que é tão "eterna" quanto o próprio ser social; ou seja, trata-se também de uma lei histórica, à medida que nasce simultaneamente com o ser social, mas que permanece ativa apenas enquanto esse existir".

Através do trabalho, diz Lukács, "tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; "desenvolve as potências nela ocultas" e subordina as forças da natureza "ao seu próprio poder". Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. O homem que trabalha "utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade".<sup>13</sup>

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o

trabalho é degradado e aviltado. Torna-se estranhado."4 O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social - a sua realização no e pelo trabalho - é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não "primeira necessidade" de realização humana. Na formulação contida nos Manuscritos, "... o trabalhador decai a uma mercadoria e à mais miserável mercadoria", torna-se "um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual".<sup>5</sup>

Como expressão da realidade existente na sociedade regida pelo valor tem-se a dialética da riqueza-miséria, da acumulação-privação, do possuidor-despossuído. Ainda conforme Marx: "Segundo leis da Economia Política o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa de maneira que quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, que tanto melhor formado o seu produto tanto mais deformado o trabalhador, que tanto mais civilizado o seu objeto tanto mais bárbaro o trabalhador, que quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente se torna o trabalhador, que quanto mais rico de espírito o trabalho tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza".

Como resultante da forma do trabalho na sociedade capitalista tem-se a desrealização do ser social. O resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio, como algo alheio e estranho ao produtor e que se tornou coisa. Tem-se, então, que essa realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador."

Esse processo de estranhamento do trabalho não se efetiva apenas no resultado - a perda do objeto -, mas abrange também o próprio ato de produção; ele é o efeito da atividade

produtiva já estranhada. Se o produto é o resultado da atividade produtiva, resulta que esta é estranha ao trabalhador. Nas palavras de Marx: "No estranhamento do objeto do trabalho só se resume o estranhamento, a alienação na atividade mesma do trabalho".<sup>8</sup> O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega. "Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele." <sup>19</sup>

Em seus Extratos de Leitura sobre J. Mill, onde pela primeira vez faz uma exposição mais sistemática da noção de estranhamento, Marx afirma: "Meu trabalho seria livre projeção exterior de minha vida, portanto desfrute de vida. Sob o pressuposto da propriedade privada (em

troca) é estranhamento de minha vida, posto que trabalho para viver, para conseguir os meios de vida. Meu trabalho não é vida".

O trabalho como atividade vital, verdadeira, desaparece: "Uma vez pressuposta a propriedade privada, minha individualidade se torna estranhada até tal ponto, que esta atividade se torna odiosa, um suplício e, mais que atividade, aparência dela; por conseqüência, é também uma atividade puramente imposta e o único que me obriga a realizá-la é uma necessidade extrínseca e acidental, não a necessidade interna e necessária". 21

O estranhamento, enquanto expressão de uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro é a "abstração da natureza específica, pessoal" do ser social, que "atua como homem que se perdeu a si mesmo, desumanizado".<sup>2</sup> O estranhamento remete, pois, à idéia de barreiras sociais que obstaculizam o desenvolvimento da personalidade humana. Temse como retrato não o pleno desenvolvimento da omnilateralidade do ser, mas a sua redução ao que lhe é instintivo e mesmo animal. Ainda nas palavras incisivas presentes nos Manuscritos:

127

o trabalhador sente-se livremente ativo em suas funções animais (comer, beber, procriar etc.) e em suas funções humanas sente-se como um animal. O que é próprio da animalidade se torna humano e o que é humano torna-se animal.

Estranhado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se do próprio homem.<sup>24</sup> Torna-se estranho em relação ao gênero humano. "O homem se converte em um simples meio para outro homem; um meio para a satisfação de seus fins privados, de sua avidez".<sup>25</sup> Não se verifica o momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano - isto é, o homem vivendo para-si-para-outrem conscientemente como gênero -, mas o seu contrário.

Nas sociedades capitalistas "o valor de uso (o produto do trabalho concreto) não serve para a satisfação das necessidades. Ao inverso, sua essência consiste em satisfazer as necessidades do não-possuidor. Ao trabalhador lhe é completamente indiferente o tipo de valores de uso por ele produzido, não tendo com eles nenhuma relação. O que desenvolve para satisfazer suas necessidades é, pelo contrário, trabalho abstrato: trabalha unicamente para manter-se, para satisfazer as meras necessidades "necessárias".

Na concretude do capitalismo tem-se, portanto, que "tudo é reificado e as relações ontológicas fundamentais são postas de cabeça para baixo. O indivíduo é confrontado com meros objetos (coisas, mercadorias), quando seu "corpo inorgânico" - "natureza trabalhada" e capacidade produtiva externalizada - foi dele alienado. Não tem consciência de um "ser pertencente a uma espécie"... , em outras palavras, um ser cuja essência não coincide diretamente com a sua individualidade".<sup>27</sup>

A atividade produtiva, dominada pela fragmentação e isolamento capitalista, onde os homens são atomizados, "não pode realizar adequadamente a função de mediação entre o homem e a natureza, porque

"reifica" (coisifica) o homem e suas relações e o reduz ao estado de um animal natural 11.21 Em lugar da consciência de ser social, têm-se o culto da

128

privacidade, a idealização do indivíduo tomado abstratamente.<sup>29</sup> Ao invés do trabalho como atividade vital, momento de identidade entre o indivíduo e o ser genérico, tem-se, na sociedade regida pelo capital, uma forma de objetivação do trabalho, onde as relações sociais estabelecidas entre os produtores assumem, conforme disse Marx, a forma de relação entre os produtos do trabalho. A relação social estabelecida entre os homens adquire a forma de uma relação entre coisas.

"A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos de trabalho; a medida do dispêndio de forças de trabalho do homem, por meio de sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho."°s°

A dimensão abstrata do trabalho mascara e faz desvanecer a sua dimensão concreta, de trabalho útil. Disto resulta o caráter misterioso ou fetichizado da mercadoria: ela encobre as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-as como inerentes aos produtos do trabalho. Mascaram-se as relações sociais existentes entre os trabalhos individuais e o trabalho total, apresentando-as como relações entre objetos coisificados. "Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas."3"

No valor de troca, o vínculo social entre as pessoas se transforma em uma relação social entre coisas: a capacidade pessoal transfigura-se em capacidade das coisas. 12 Trata-se, portanto, de uma relação reificada entre os seres sociais. Marx aponta, entretanto, nos Grundrisse, a dialeticidade presente no capitalismo: "O grau e a universalidade do desenvolvimento das faculdades, que tornam possível esta individualidade [Os indivíduos universalmente desenvolvidos, cujas relações sociais enquanto relações próprias e coletivas estão já submetidas a seu próprio controle coletivo] supõem precisamente a produção

129

baseada sobre o valor de troca, que cria, pela primeira vez, ao mesmo tempo, a universalidade do estranhamento do indivíduo frente a si mesmo e aos demais e a universalidade e a multilateralidade de suas relações e de suas habilidades. Em estágios de desenvolvimento anteriores, o indivíduo se apresenta com maior plenitude precisamente porque não havia desenvolvido ainda a plenitude de suas relações e não as pôs, frente a ele, como potências e relações sociais autônomas". E acrescenta: "É tão ridículo sentir nostalgia daquela plenitude primitiva como crer que é preciso deter-se neste vazio completo".

A racionalização própria da indústria capitalista moderna tende, ao ser movida pela lógica do capital, a eliminar as propriedades

qualitativas do trabalhador, pela decomposição cada vez maior do processo de trabalho em operações parciais, operando-se uma ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho. Este é reduzido a um nível de especialização, que acentua a atividade mecanicamente repetida. E essa decomposição moderna do processo de trabalho, de inspiração taylorista, "penetra até a "alma" do trabalhador". Tem-se, no plano da consciência, a coisificação, a reificação; o trabalho estranhado converte-se num forte obstáculo à busca da omnilateralidade e plenitude do ser. Não é casual, diz A. Heller, que Marx enfatize vigorosamente o fato de que o capitalismo produza necessidades "múltiplas e ricas", na mesma medida em que provoca o empobrecimento dos homens e converte o trabalhador em um ser "isento de necessidades" 1.35

Remetida à contemporaneidade, dada pelo capitalismo avançado da época monopólica, a problemática do estranhamento adquire amplitude ainda maior: se na gênese do capitalismo industrial, dada a vigência "de um trabalho opressivo em um nível quase animal" [...] a luta de classes teve por objetivo, por décadas, garantir, com reivindicações adequadas sobre salários e sobre o tempo de trabalho, o mínimo de uma vida humana para o trabalhador", com a subsunção real do trabalho ao capital, e o predomínio da mais-valia relativa, a luta ganhou um componente inteiramente novo, uma vez que a mais-valia absoluta já não desempenha o papel dominante.

130

"Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação, que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais, ergue uma barreira no interior dos indivíduos, entre a sua existência e uma vida rica de sentido (...) Por causa desta manipulação, o operário, o homem que trabalha é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo livre em otiuna, porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância e vida com finalidade em si mesma, assim como na jornada de trabalho de doze horas a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho."

Essa longa citação parece-nos valiosa por introduzir componentes novos para se entender a problemática do estranhamento na sociabilidade contemporânea: se esta se objetiva originariamente no processo de produção - e tem neste momento o seu estatuto ontológico fundante -, o capitalismo avançado conseguiu estendê-la até a esfera do consumo. Com todo arsenal mercadológico e da mass media, a possibilidade de manipulação das necessidades de consumo do ser que trabalha o impossibilita, também neste plano, de buscar sua realização, acarretando formas complexas de estranhamento. 38

No universo da manipulação das necessidades, a liberdade individual é "só aparente: o particular elege os objetos de suas necessidades e plasma essas necessidades individuais não em conformidade com sua personalidade, mas sobretudo em conformidade com o lugar que ocupa na divisão do trabalho (...) dado que o fim não é o desenvolvimento múltiplo do indivíduo, o particular se converte em escravo desse conjunto restrito de necessidades".39 O retrato mais significativo do empobrecimento das necessidades do indivíduo é dado pela sua redução e homogeneização: "o operário somente deve ter o suficiente para querer viver e somente deve querer viver para ter. (...)

Quando observa que o trabalhador é um "ser sem necessidade", Marx alude a esta redução. O trabalhador deve privar-se de toda necessidade para poder satisfazer uma só, manter-se vivo. (...) De uma só coisa não pode privar-se o trabalhador: de sua

131

força de trabalho. Porém, o uso da força de trabalho (o trabalho) em condições capitalistas constitui também um "processo de redução". A própria execução do trabalho não representa uma necessidade do trabalhador. Como consequência da divisão do trabalho esta é limitada à "força produtiva por excelência". Assim se conclui o processo de redução e homogeneização das necessidades", a°

Há, portanto, no plano da produção e reprodução material, uma dupla dimensão da luta contra o estranhamento sob o capitalismo: aquela que visa o questionamento do próprio modo de produção e extração de mais-valia e aquela que possibilita ao indivíduo que trabalha, utilizar seu horário de não-trabalho, seu tempo liberado, visando a concretização de uma experiência mais cheia de sentido, não coisificado pela manipulação do capital.

É evidente, entretanto, que a emancipação do trabalho não se confunde com tempo livre ou liberado, mas sim com uma nova forma de trabalho, que realize, em sua integralidade, a omnilateralidade humana, o livre desenvolvimento das individualidades, a plena realização e emancipação do ser social. Por isso discordamos de A. Gorz, quando este afirma que a libertação do ser social passa pela abolição do trabalho, pelo reino do não-trabalho, pela "sociedade do tempo liberado". Dessa formulação resulta que a centralidade na transformação social não é mais encontrada na classe trabalhadora mas na "não-classe" de "não-trabalhadores".

É verdade que, na contextualização do capitalismo avançado, a automatização crescente tem acarretado uma diminuição relativa de segmentos da classe operária. Do mesmo modo, é possível constatar, em alguns países europeus, um processo que, paralelamente à automação do trabalho, tem gerado uma descentralização das grandes unidades fabris. Referindo-se à Itália, Fergus Murray mostra como a descentralização produtiva tem sido intensificada e tem se transformado através do avanço tecnológico, combinando automação e descentralização física da produção, gerando o fracionamento do trabalho, anteriormente concentrado em grandes unidades fabris, e que passa a se

132

transferir para o domestic out-workers, incrementando, desse modo, o putting-out do trabalho para uma rede de pequenas unidades. A título de exemplo dessas tendências, cita o autor que no Japão existem cerca de 180 mil domestic out-workers; o carro S. da General Motors é fabricado na rede de produção da G.M. européia, que emprega 120 mil trabalhadores espalhados em 39 plantas em dezessete países. Na economia italiana, o putting-out tem acarretado mudanças no emprego industrial dos últimos dez anos; em 1971, 22% da força de trabalho industrial estavam empregados em pequenas empresas com menos de dezenove trabalhadores. Por volta de 1978 este índice cresceu para 29,4%, aumentando em cerca de 345 mil trabalhadores. O putting-out e a fragmentação geográfica da produção

têm sido parcialmente responsáveis por estas tendências. Em 1980 aproximadamente um terço da força de trabalho na indústria mecânica de Bolonha estava trabalhando em "empresas artesanais" (artisan firms) que empregam de um a quinze trabalhadores. Tudo isto sugere, segundo o autor, que a descentralização produtiva, a automação e a informática são meios eficientes para serem contrapostos ao poder operário e ao trabalho coletivo de massa. Em se generalizando essa tendência (o que por enquanto é uma hipótese), é evidente que o trabalhador coletivo de massa dos anos 70 diminuirá em muito sua potencialidade revolucionária." Se é válido argumentar que a formulação do fim do proletariado é, no mínimo, polêmica e mesmo problemática, mesmo quando remetida à concretude do capitalismo avançado (onde expressivos confrontos do proletariado europeu, como a greve dos mineiros ingleses, que perdurou por quase um ano, e a dos metalúrgicos alemães, também de longa duração - só para citar dois exemplos desencadeados em 1984 - contraditam as teses do welfare state e do conformismo da classe operária) mais problemáticas tornam-se quando remetidas aos países não-hegemônicos." Mas essa já é uma outra discussão.

#### NOTAS

1. K. Marx, O Capital, São Paulo, Abril Cultural, vol. 1, Livro Primeiro, tomo 1, 1983, pp. 149-150.
2. G. Lukács, Ontologia Dell"essere Socinle, II", Roma, Editori Riuniti, 1981 p. 23.
3. G. Lukács, "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem" las Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, nº 4 1978, p. 5.
4. Ibid., p. 4.
5. Ibid., p. 8.
6. G. Lukács, Ontologia Dell"essere Socinle, II", op. cit., p. 24. 7. G. Lukács, "As Bases...", op. cit., p. 6.
8. Sobre a distinção lukacsiana entre posições teleológicas primárias, isto é aquelas que remetem diretamente à esfera do trabalho, e as posições teleológicas secundárias, isto é, aquelas que se referem à atividade humana que não diretamente vinculadas às atividades econômicas, mas sim à super estrutura, ver Ester Vaisman, O Problema da Ideologia na Ontologia de G. Lukács Dissertação de Mestrado, UFPB, 1986, especialmente cap. I.
9. G. Lukács, Ontologia..., II", op. cit., p. 33.
10. Ibid., p. 36.
11. K. Marx, O Capital, op. cit., p. 50.
12. G. Lukács, Ontologia do Ser Social (Os Principios Ontológicos Fundamentais de Marx), São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1979, p. 99.
13. Ibid., p. 16.

14. Utilizamos a expressão o trabalho estranhado (die entfremciete Arbeit) estranhamento (Entfremdung) e não alienação (Entü.sserung), porque, enquanto esta última é um aspecto ineliminável de toda objetivação, o estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana. Como disse Lukács: "Somente quando as formas objetificadas da sociedade adquirem ou assumem funções que põem a essência do homem em contraposição à sua existência, submetem a essência humana ao ser social, a deformam ou dilaceram etc., é que se produz a relação objetivamente social do estranhamento". Conforme G. Lukács, *História Conciencia de Classe*, Prólogo de 1967, Barcelona, Grijalbo, 1975, p. XXV. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas acarreta necessariamente o desenvolvimento da capacidade humana, mas - e aqui emerge plasticamente o problema do estranhamento - o desenvolvimento da capacidade humana não produz necessariamente o desenvolvimento da personalidade humana, mas, ao contrário, pode desfigurá-la e aviltá-la.

Ver G. Lukács "Ontologia..., II", p. 562.

15. K. Marx, *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, parte final do primeiro manuscrito, Florestan Fernandes (org.), ias MnrxlEngels, *Histórias*, São Paulo,

134

Ática, 1983, pp. 147 e 158. Como o tradutor desta edição não compartilha com o exposto na nota anterior, fizemos algumas alterações a partir da consulta ao texto original ökonomisch-philosophische Manuskripte (1844), Werke, Dietz Verlag, Berlim, pp. 510-522.

16. Ibid., p. 152.

17. Ibid., p. 149.

18. Ibid., pp. 152-153.

19. Ibid., p. 153.

20. K. Marx, "Extractos de Lectura - James Mill", in *Obras de Marx y Engel.s*, Orne, "Manuscritos de Paris y Anuários Franco-Alemanes - 1844", Barcelona, Grijalbo, 1978, p. 293.

21. Ibid., p. 299.

22. Ibid., p. 278.

23. K. Marx, *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. op. cit., p. 154.

24. Ibid., p. 158.

25. Agnes Heller, *Teoria de Ias Nece.sidades en Marx*, Barcelona, Ed. Península, 1986, p. 54.

26. Ibid., p. 54.

27. István Mészáros, *Marx: A Teoria da Alienação*, Rio de

Janeiro, Zahar, 1981, p. 76.

28. Ibid., pp. 76-77.

29. Ibid., p. 77.

30. K. Marx, *O Capital*, vol. I, Abril, op. cit., p. 71.

31. Ibid., p. 71.

32. K. Marx, *Elementos Fundamentais Para La Crítica de la Economía Política*, Borrador, 1857-1858, 1, Buenos Aires, Siglo XXI, p. 85.

33. Ibid., pp. 89-90.

34. Conforme G. Lukács, "La Cosificación y la Conciencia del Proletariado", in *Historia y Conciencia de Clase*, op. cit., p. 129.

35. A. Heller, op. cit., p. 53.

36. G. Lukács, *Conversando con Lukács*, por Holz, Kofler Abendroth, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, pp. 52-53.

37. Ibid., pp. 53-54

38. Conforme G. Lukács, "Autocrítica do Marxismo", in *Temas de Ciências Humanas*, op. cit., p. 23. Penso que Sartre também afora esta problemática quando afirma, referindo-se ao capitalismo avançado, que "o operário esgota-se trabalhando para produzir o automóvel e para ganhar o dinheiro necessário para comprá-lo; esta aquisição lhe dá a impressão de que foi satisfeita uma 'necessidade'. O sistema que o explora lhe dá, ao mesmo tempo, um modelo e a possibilidade de satisfazê-lo. Há que buscar, portanto, a consciência do caráter intolerável do sistema não mais na impossibilidade de satisfazer suas necessidades elementares, senão, antes de tudo, na consciência da alienação: quer dizer, porque esta vida não vale a pena de ser vivida e porque não tem sentido, esse mecanismo é um embuste, essas necessidades criam-se artificialmente, são falsas, esgotam e só servem a estas utilidades". 1. Paulo, Sartre, "Masas, Espontaneidad, Partido", *Discusión entre Sartre y la dirección*

135

del II Manifiesto, in *Teoría Marxista del Partido Político 3*, Vários Autores, Cuadernos de Pasado y Presente 38, Buenos Aires, Siglo XXI, 1973, p. 21. A. Liellet, op. cit., pp. 57-58.

Ibid., pp. 64-66.

Ver A. Gorz, *Adeus ao Proletariado (Para Além do Socialismo)*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, pp. 9-22.

Ver Fergus Murray, "The Decentralisation of Production - The Decline of the Mass-Collective Worker?", in *Capital & Clas.s*, n° 19, primavera 1983, Londres, pp. 79-99.

Sobre a greve dos mineiros na Inglaterra ver *Digging Deeper* -

/s.suer in the Miner's Strike, Huw Beynon Ed., British Library, 1985.

Outro autor, Castoriadis, levou ao limite a formulação anterior contida em A. Gorz, e da qual discordamos radicalmente. Em Socialismo ou Barbárie diz: "A preparação histórica, a gestão cultural e antropológica da transformação social não pode nem poderá ser tarefa do proletariado, nem a título exclusivo nem a título de privilégio. Não se trata de atribuir a uma categoria social particular, seja ela qual for, uma posição soberana ou "hegemônica", após o que discorre sobre o que considera a total inadequação do conceito de proletariado e da teoria marxiana das classes. Acrescenta ainda, em outro ensaio: "Não podemos começar a compreender algo sobre o proletariado e sua história enquanto não nos livrarmos desses esquemas ontológicos que dominam o pensamento herdado (e seu último rebento, o marxismo), enquanto não considerarmos em primeiro lugar as significações novas que emergem na e através da atividade dessa categoria social, em vez de fazê-la entrar à força em escaninhos conceituais vindos de fora e previamente dados". E completa: "A classe operária, no sentido próprio da expressão, tende a se tornar uma camada numericamente minoritária nos países de capitalismo moderno; e, o que é ainda mais importante, não se manifesta mais e não se põe mais como classe". Disto resulta que "... não há mais proletariado como única classe verdadeiramente revolucionária; há um proletariado minoritário na sociedade, que não se põe como classe revolucionária (e nem mesmo mais como "classe") e cuja luta contra o sistema instituído não é, quantitativa ou qualitativamente, nem mais nem menos importante do que a de outras camadas sociais". A primeira citação está em C. Castoriadis, Socialismo ou Barbárie (O Conteúdo do Socialismo), São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 30. As demais citações encontram-se em A Experiência do Movimento Operário, São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 54, 73-76. Em relação à persistência do antagonismo entre o capital social total e a totalidade do trabalho, ver as considerações de Mészáros, A Necessidade do Controle Social, São Paulo, Ensaio, especialmente itens 6 e 7.

136

#### A PREVALÊNCIA DA LÓGICA DO CAPITAL\*

Vou procurar apontar alguns elementos que determinaram a derrocada da URSS e da equivocadamente chamada "experiência socialista" tentada neste século. Vou fazê-lo recorrendo a duas idéias centrais, deixando de tratar de inúmeras questões relevantes, mas não determinantes, que a brevidade deste texto não permite tratar:

1) Ao contrário do que apregoa a irrazão hoje dominante, a experiência da URSS não concretizou valores essenciais do pensamento de Marx, mas acabou por efetivar a negação aguda dos elementos fundantes de seu pensamento.

2) As sociedades pós-revolucionárias não conseguiram constituir-se enquanto sociedades socialistas; a ruptura iniciada em 1917 não foi capaz de romper com a lógica histórico-mundial do capital, apesar de contemplar, no âmbito dos recortes nacionais, dimensões anticapitalistas.

Começemos pela primeira. São conhecidas as idéias de Marx a respeito das possibilidades de rupturas anticapitalistas: estas

encontrariam solo fértil somente se as revoluções socialistas atingissem uma dimensão e uma processualidade universalizantes, a partir de "um alto grau de desenvolvimento", dado "num plano histórico-mundial". Sem isso, o "comunismo local", impossibilitado de desenvolver-se como "força universal", seria sufocado pelas próprias "forças do intercâmbio" mundial (Marx, 1977: 50-51). Muito tempo depois, indagado sobre a possibilidade da revolução na Rússia, Marx acrescentou: pela inserção no "mercado mundial onde predomina a produção capitalista" (Marx, 1978: 142), a revolução russa poderá ser "ponto de

\* Publicado em Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, vol. 1, nº 1, 1994.

137

partida" para o Ocidente, "de modo que ambas se completem" (Marx e Engels, 1975: 15).

Sabe-se que não foi esta a trajetória russa: uma revolução singular, ocorrida num país atrasado, não teve como desdobramento a ocidentalização da revolução. Com as derrotas das revoluções no centro, especialmente a alemã, a revolução russa começa a vivenciar a tragédia. Se com Lenin, Trotsky e Bukharin, eram visualizadas dimensões desta tragédia, com Stalin a revolução russa atingiu a absurda condição de modelo que deveria ser seguido pelas demais revoluções. Daí para a também nefasta tese staliniana do socialismo num só país, e seus vários e cada vez mais equivocados desdobramentos, como o do socialismo nos países coloniais, dependentes, atrasados etc., foi um passo muito rápido. Objetivamente isolada, a revolução russa estava impossibilitada de romper com a lógica do capital; posteriormente, ao ampliar-se (sem revolução) para o Leste europeu e deste em direção à periferia do capitalismo, acentuava a tendência anterior. A efetivação de uma transição isolada ou subalterna para o socialismo era uma impossibilidade objetiva. Subjetivamente, sob o terror da era Stalin, o mito de "socialismo num só país" converteu-se em tese taticista com estatuto de cientificidade e de classicidade (Lukács, 1976: 361).

O resultado final disto está estampado em 1989: a derrocada e o desmoronamento final da URSS e dos países que compunham o falsamente denominado "bloco socialista", e que não conseguiram romper com a lógica, o domínio do capital (Mészáros 1982, 1985, 1992). Seus traços internos anticapitalistas (de que foram exemplos a eliminação da propriedade privada, do lucro e da mais-valia acumulada privadamente), foram incapazes de romper com o sistema de comando do capital, que se manteve através dos imperativos materiais; da divisão social do trabalho herdada anteriormente e só parcialmente modificada; da estrutura objetiva, atrasada em seu início e obsoleta em seu desenvolvimento posterior; e da conseqüente generalização do reino de escassez. Seus vínculos com o sistema mundial produtor de mercadorias impediram que sua conformação interna com traços anticapitalistas se tornassem determinantes. Ao contrário, esses países curvaram-se à lógica da produção e do mercado sob comando do capital. Na síntese de Mészáros, a União Soviética não era capitalista, nem mesmo um capitalismo de estado. Mas o sistema soviético estava totalmente dominado pelo poder do capital: a divisão do trabalho permanecia intacta, a estrutura de comando do capital (e não do capitalismo, na distinção decisiva presente em Marx e reafirmada por Mészáros) também permanecia. O Capital é um

sistema de comando cujo funcionamento é orientado para a acumulação, sendo que essa acumulação pode ser garantida por diferentes caminhos (Mészáros, 1992: 31). Com um diagnóstico que contempla algumas similaridades, Mandel (1985: 57) afirma que "a persistência da produção de mercadorias na URSS e outras formações sociais similares é uma evidência decisiva de que... não há uma economia socialista nem uma sociedade onde os meios de produção estejam plenamente socializados ou mesmo em processo de socialização".

Outro autor, em recente e polêmico ensaio, desenvolveu a tese de que o sistema soviético estava na sua interioridade impossibilitado de romper com a lógica do sistema global produtor de mercadorias e do trabalho abstrato. Depois de demonstrar que o "sistema de mercado planejado", seguindo sua própria lógica imanente, levou ao extremo todas as irracionalidades do sistema produtor de mercadorias, ao invés de começar a eliminá-las, acrescentou: a produção de mercadorias "do socialismo real", ao chegar ao mercado mundial, [teve] que sujeitar-se às leis deste, independente de suas leis próprias... O mercado mundial, em primeiro lugar uma metaesfera da produção de mercadorias das economias nacionais, impõe progressivamente em um contexto global a lei da produtividade, descrita por Marx" (Kurz, 1992: 102 e 131-132).

Esses países, tendo a URSS à frente, com insuficiente nível de desenvolvimento das forças produtivas, apesar de configurarem-se como sociedades pós-capitalistas, foram gra-

139

dativa e crescentemente sufocados pela lógica histórico-mundial do capital; a tentativa de transição socialista intentada neste século XX não foi capaz de quebrar o centro hegemônico do capitalismo e a partir daí iniciar efetivamente a desmontagem da lógica do capital. Em vez da associação livre dos trabalhadores, da omnilateralidade e emancipação humanas, de que tanto falou Marx, vivenciou-se a crescente subordinação destes países aos regramentos próprios do capital e do sistema produtor de mercadorias. Na verdade estas sociedades pós-revolucionárias constituíram sociedades híbridas, nem capitalistas e nem socialistas, cuja transitoriedade, embora tivesse um télos voltado abstratamente para o socialismo, foi objetiva (e subjetivamente regredindo e acomodando-se ao sistema produtor de mercadorias em escala internacional. Penso que há uma certa similaridade para fazermos um paralelo histórico, com as formações sociais que, à época da transição do feudalismo para o capitalismo assumiram também uma conformação híbrida, que gerou inclusive um expressivo e controvertido debate no interior do marxismo. A diferença mais evidente é que naquele trânsito o capitalismo tornou-se, ao final do processo, vitorioso, diferentemente da transição intentada no século XX, que não levou à superação do modo de produção capitalista. O caso chinês parece exemplar: subsiste através de uma falaciosa "economia socialista de mercado", cada vez mais atada (e sintonizada com o sistema mundial produtor de mercadorias e sustentada até não se sabe quando por uma autocracia partidária.

Quero concluir com três sintéticas indicações:

Primeiro: os eventos de 1989 sinalizam uma nova era de crise aguda do capital (Kurz, 1992; Mészáros, 1989), bem como a possibilidade real de revivescimento de uma esquerda renovada e radical, de inspiração

marxiana, que não pode ser responsabilizado pela barbárie (neo)stalinista vigente na queles países até pouco tempo. (Ver, por exemplo, Magr 1991; 9) O movimento socialista também se verá beneficiado pela intensificação das contradições sociais nas formas socic-

140

tárias que estão se configurando na ex-URSS e demais países do Leste Europeu.

Segundo: a análise das experiências revolucionárias do século XX nos permite concluir que "a revolução social vitoriosa não poderá ser local ou nacional; somente a revolução política poderá confinar-se dentro de um quadro limitado, em conformidade com sua própria parcialidade - [a revolução social] deverá ser global/universal, o que implica a necessária superação do estado em sua escala global" (Mészáros, 1982: 60). Do que se depreende que as ocorrências de revoluções políticas nacionais não levam à realização imediata e nacional do socialismo, uma vez que este supõe um processo ampliado e de dimensão universalizante.

Terceiro: as possibilidades reais de superação do capital ainda encontram como subjetividade coletiva capaz de efetivá-las a classe-que-vive-do trabalho. Mais heterogênea, mais complexificada e mais fragmentada é, entretanto, pela análise da sociabilidade do capital, o ser social ontologicamente ainda capaz de virar uma nova página da história.

#### DIMENSÕES DA CRISE CONTEMPORÂNEA OU DA NOVA (DES)ORDEM INTERNACIONAL

Vivemos numa época marcada por uma aguda crise e inúmeras mistificações. Valores, concepções, ideários, todos eles moldados por manipulações que penetram com enorme intensidade em milhões de consciências e cuja finalidade é mascarar a dimensão aguda da crise contemporânea. Duas delas parecem-me mais nefastas e são justamente aquelas para as quais as respostas têm se mostrado absolutamente insuficientes, ao menos quando se pensa nas grandes maiorias trabalhadoras. A primeira delas, responsável pelo entendimento que se propagou, a partir da derrocada do Leste em 1989, com o desmantelamento da URSS e praticamente de todos os países que compreendiam o equivocadamente chamado "bloco socialista". A segunda: a crença da vitória do capitalismo, que teria, com a derrota do Leste, criado as condições para sua "eternização".

Este ensaio pretende oferecer elementos para a crítica dessas duas mistificações para, ao final, levantar alguns dos desafios mais agudos enfrentados pelo mundo do trabalho.

Começemos pelo Leste Europeu. O colapso vivenciado em 1989 não significou o fim do socialismo mas, isto sim, a derrocada de uma tentativa, iniciada em 1917, com a Revolução Russa, mas que foi, pouco a pouco, sendo minada e subordinada à lógica histórico-mundial do capital. Uma revolução singular, que contava com sua expansão para o Ocidente para que pudesse sobreviver, viu tolhido este caminho, restando-lhe a expansão para o Oriente, para os países atrasados, de origem colonial.

Apesar de seus traços internos anticapitalistas, como a eliminação da propriedade privada, do lucro e da mais-valia acumulados privadamente, a lógica mundializada do capital (e do mercado), acabaram por sufocar estes países pós-capitalistas

143

que viveram (ou vivem) a partir de 1989, com a URSS a frente, um processo de regressão ao capitalismo. O reino da escassez, o atraso tecnológico, a permanência de uma divisão do trabalho só parcial e limitadamente modificada, a dependência financeira crescente ao capital internacional são algumas das muitas manifestações da crescente subordinação dos países do Leste Europeu à lógica do sistema produtor de mercadorias; em escala internacional. O caso chinês, por vezes citado como exemplo de "persistência do socialismo", é uma clara expressão do que oferecemos acima: está cada vez mais articulado econômica e externamente com o sistema mundial produtor de mercadorias, ainda que fundado internamente em mecanismos e relações não-capitalistas, garantidos por uma autocracia par tidária e estatal de feição neo-stalinista, o que tem possibilitado até o presente, o "sucesso" econômico desse modelo.

Embora rompessem internamente com elementos do capitalismo, os países do Leste mostraram-se incapazes de romper com a lógica do capital. Resultado: países dotados de insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, apesar de configura rem-se internamente como pós-capitalistas, foram pouco a pouco sendo tolhidos e incorporados pela lógica do capital mundializado. De modo que a tentativa de transição intentada para o socialismo não foi capaz de romper a lógica do capital constituindo-se em sociedades híbridas, nem capitalistas nem socialistas - assemelhando-se neste particular a outros momentos de transição experimentados pela história - e que, no presente, vivenciam uma nítida regressão ao capitalismo. Desse modo, uma postulação essencial de Marx - sobre a necessidade de uma generalização das revoluções socialistas num plano histórico-universal, e da impossibilidade do "comunismo local" - foi confirmada e não negada com o desmoronamento do Leste europeu.

Pelo que se esboçou acima, deve-se concluir que o que desmoronou com a URSS não foi o socialismo, mas uma tentativa de transição que não pôde se efetivar, e que poucos anos após o seu início foi adicionada por outro elemento essencial, subjetivo, dado pela barbárie stalinista, que ditatorialmente consolidou um "socialismo" que de fato nunca existiu.

144

A outra mistificação, ainda mais forte que a primeira, é aquela que faz a apologia do capitalismo, "eternizado" a partir do desmoronamento do Leste europeu. A derrota daquele seria a consolidação da vitória deste. Porém, ao mesmo tempo em que essa proposição é enormemente veiculada, a crise penetra no centro dos países capitalistas, numa intensidade nunca vista anteriormente. Paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias acentuou em tal intensidade a concorrência intercapitalista que converteu a busca da "produtividade", da "modernidade", em um processo autodestrutivo que gerou, entre outras conseqüências nefastas, a criação sem precedentes de uma sociedade de excluídos, não só nos países de Terceiro Mundo, mas no coração dos países avançados. O salto tecnológico

- de que é exemplo o japonês, seguido pelo avanço alemão - tem ocasionado a desmontagem de inúmeros parques produtivos que não conseguem acompanhar a lógica perversa da "produtividade". Desse modo, alguns países capitalistas avançados tendem "a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência imediatista, totalmente destituída de qualquer justificativa em relação com as limitações das forças produtivas e das potencialidades da humanidade, acumuladas no curso da história". Isto se dá por que "o capital é totalmente desprovido de medidas e de um quadro de orientação humanamente significativos, enquanto seu impulso interior pela autoexpansão é a priori incompatível com os conceitos de controle e limite... É por isso que corresponde à linha de menor resistência do capital levar as práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interior da produção para a satisfação das necessidades humanas" (Mészáros, L, *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, Ed. Ensaio, 1989, pp. 20 e 102-103). Consolida-se uma lógica de produção essencialmente destrutiva, onde o valor de uso das coisas é subordinado ao valor de troca. Como resultado disso, "o capital adquire algumas novas potencialidades produtivas, na medida em que realmente não há consequência alguma para o seu sistema se a taxa de uso, que caracteriza a relação do consumidor com um dado produto

145

for máxima ou mínima. Isto não afeta em absolutamente nada a única coisa que realmente importa do ponto de vista do capital" (idem: 23). As consequências desta lógica de produção destrutiva, desencadeadas num contexto globalizado, são por demais evidentes: "O que marca a próxima fase (do capitalismo é que regiões inteiras estão "caindo fora", morrendo em seu papel de regiões industriais porque suas indústrias foram derrotadas na concorrência dos mercados e já não podem levantar o capital monetário para continuar na corrida da produtividade" (Kurz, R., *O Colapso da Modernização*, Paz e Terra, 199 p. 208). Fenômeno este que não se restringe aos países do Terceiro Mundo industrializado e intermediário como o Brasil mas que penetra em países centrais, que estão incapacitados de acompanhar a corrida tecnológica. A Inglaterra talvez seja o caso mais gritante. Os EUA sentem diretamente esse processo suportando até o presente em função de seu expressivo mercado interno. Japão e Alemanha, os países considerados "vitoriosos" também não têm, no limite, como escapar dessa lógica destrutiva uma vez que estão financiando, "há anos e em dimensões inimagináveis, seus sucessos de exportação nos mercados mundiais, emprestando às economias da OCDE que de fato foram derrotadas na concorrência, os recursos necessários para a continuação da inundação com mercadorias importadas. Somente por isso as economias perdedoras dentro de OCDE ainda não tomaram o rumo das sociedades pós-catastróficas do Sul e de Leste, porém à custa de acumularem verdadeiras montanhas de dívidas impagáveis" (idem: 213). A experiência recente dos países asiáticos, como Coréia, Hong Kong, Taiwan e Cingapura, são irrealizáveis em países de dimensão continental; em sua maioria, são pequenos países que não conseguiram sequer desenvolver um mercado interno e dependem diretamente do Ocidente para desenvolver sua industrialização para exportação. Não se constituem, desse modo, em alternativa a ser seguida e viabilizada pelos países continentais do Terceiro Mundo. Desse modo, a crise que antes atingia o Terceiro Mundo, depois de destruir o Leste europeu, avança em direção ao centro. A lógica desigual que configurou as relações entre países do centro e do

Terceiro Mundo penetra no interior do

146

Ocidente. A miserabilidade presente nas grandes capitais, as altíssimas taxas de desemprego, a desindustrialização de inúmeros complexos produtivos são algumas expressões mais visíveis da crise aguda que marca a sociedade capitalista. Numa conclusão, pode-se dizer que "o Ocidente encontra-se diante do mesmo problema que já rebaixou o Sul e o Leste ao status de grandes perdedores. Quanto mais diminui a capacidade aquisitiva global, real ou produtiva, em virtude da destruição, mediada pela concorrência, de recursos e capital, e quanto mais se intensifica a luta entre os vencedores restantes, tanto mais cedo têm que ficar para trás na corrida da produtividade, também dentro da OCDE, economias nacionais inteiras, caindo abaixo do nível global da rentabilidade alcançada" (idem: 210-211). De modo que, de expectador privilegiado da crise no Terceiro Mundo e posteriormente no Leste Europeu, o centro torna-se o cenário principal, vivenciando em seu interior dimensões tão explosivas e críticas quanto aquelas que antes ficavam restritas ao Sul. Confrontos grevistas, como a recente paralisação ampliada dos sindicatos europeus ou a greve dos metalúrgicos da Alemanha ex-Oriental, de maio de 1993, são apenas um tímido sinal do que pode acontecer no centro nervoso do capital. Por tudo isso, apregoar a "vitória" do capitalismo nesse contexto só pode ser entendido como mais um brutal exercício de manipulação. Tudo isso possibilita, neste final de século "quase das trevas", um real revivescimento da esquerda, renovada e radical, inspirada em valores essenciais do pensamento de Marx, fundada na classe-que-vive-do-trabalho, e por isso capaz de iniciar um processo de construção do socialismo, que de fato dê início a uma organização societária emancipada, fundada em valores para além do capital, do mercado, do lucro, que possibilitem a existência de seres sociais omnilaterais, "livremente associados". É, como se pode ver, um empreendimento difícil e ousado, para o qual estão impossibilitados tanto a velha esquerda da era stalinista, como a esquerda social-democrática.

147

MUNDO DO TRABALHO E SINDICATOS NA ERA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: IMPASSES E DESAFIOS DO NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO\*

A crise que atinge o mundo do trabalho, seus organismos sindicais e partidários, é de proporções ainda não de todo assimiladas. Sua intensidade e agudeza devem-se ao fato de que, simultaneamente, atingiu a materialidade e a subjetividade do ser-que-vive-do-trabalho. Não foram poucas as transformações vivenciadas nesta última década, atingindo centralmente os países capitalistas desenvolvidos, mas com fortes repercussões, decorrentes da mundialização e globalização do capital, no conjunto de países do Terceiro Mundo, especialmente aqueles intermediários, dotados de um significativo parque industrial, como é o caso do Brasil.

Indico, a seguir, alguns elementos que, no seu conjunto, compõem a causalidade deste quadro agudamente crítico: a automação, a robótica e a microeletrônica possibilitaram uma revolução tecnológica de enorme

intensidade. O taylorismo e o fordismo já não são únicos, convivendo, no processo produtivo do capital, com o "toyotismo", o "modelo sueco", entre outros. Tais mudanças têm conseqüências diretas no mundo do trabalho, especialmente na classe operária. A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e "envolvimento" da força de trabalho, como os Círculos de

\* Publicado em Revista LATINOAMERICANA (Analisi, Testi, Dibattiti), Roma, ano XV, n° 53, janeiro/março 1994, e também em Latin American Labor News, Center for Labor Research and Studies of Florida International University, EUA, n° 8, 1993.

Controle de Qualidade (CCQ), experimentados no Japão em realidade uma apropriação do fazer e saber do trabalho, sob o comando manipulatório do capital dos nossos dias, levando o estranhamento do trabalho (no sentido marxiano) ao seu limite - tudo isso, feito sob um "inquestionável" domínio da "produtividade" e da "modernidade social", acabou afetando a forma de ser do proletariado fabril, tradicional. A classe-que-vive-do-trabalho metamorfoseou-se.

Se já não bastassem estas transformações, a crise atingiu também diretamente a subjetividade do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão. Os primeiros, os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatidade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a "revolução técnica" do capital avançava, lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego.

É nesta contextualidade adversa que se desenvolve o sindicalismo de participação em substituição ao sindicalismo de classe. Participar de tudo..., desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que é para quem se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movente do capital. As perspectivas generosas da emancipação humana, tão caras a Marx, foram ou estão sendo pouco a pouco trocadas pelos valores da acomodação social-democrática. Entre o estrago neoliberal e a bancarrota do Leste europeu (equivocadamente assimilada por enormes contingentes da esquerda como o "fim do socialismo e do marxismo"), o universo político e ideológico do mundo sindical de esquerda, incapaz de buscar novas alternativas socialistas, refundadas, redescobertas e radicais,

150

cada vez mais se insere na preservação do chamado welfare state, no universo da ação socialdemocrática. A luta pelo controle social da produção, presente com intensidade nos anos 60/70, na Europa, e em tantos outros momentos da luta dos trabalhadores, parece cada vez mais distante. O moderno é o mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a conciliação, a concertação.

Incapaz de apreender a amplitude e a dimensão da crise do capitalismo, postado numa situação desfavorável que lhe obsta a possibilidade de visualizar e agir para além do capital, o sindicalismo, em seus traços e tendências dominantes nos países avançados, conduzido pelo ideário que tem conformado suas lideranças, a cada passo dado, recua a um patamar anterior, assemelhando-se a um indivíduo que, embora pareça caminhar para a frente, desce uma escada de costas, sem visualizar o último degrau e menos ainda o tamanho do tombo. Cada vez mais atuando sob o prisma institucional, distanciando-se dos movimentos sociais autônomos, o sindicalismo vive uma brutal crise de identidade. Penso que se trata mesmo da mais aguda crise no universo do trabalho, com repercussões fortes no movimento dos trabalhadores. A simultaneidade da crise, tanto na materialidade quanto na subjetividade da classe-gue-vive do-trabalho, torna-a muito mais intensa. Quais foram as conseqüências mais visíveis dessas transformações?

No que diz respeito ao mundo do trabalho, as respostas são complexas e envolvem múltiplas processualidades, que aqui somente podemos indicar, de modo a tentar configurar um esboço explicativo para a crise que assola a classe trabalhadora (nela incluído o proletariado) e em particular o movimento sindical. É visível a redução do operariado fabril, industrial, gerado pela grande indústria comandada pelo binômio taylorismo-fordismo, especialmente nos países capitalistas avançados. Porém, paralelamente a este processo, verifica-se uma crescente subproletarização do trabalho, através da incorporação do trabalho precário, temporário, parcial etc. A presença imigrante no Primeiro Mundo cobre fatias dessa subproletarização. Ora

151

se confundindo, ora se diferenciando desta tendência, há um fortíssimo processo de terceirização do trabalho, que tanto qualifica como desqualifica e com certeza desemprega e torna muito menos estável a condição operária.<sup>2</sup> Deslança o assalariamento dos setores médios, incorpora-se o trabalho das mulheres no processo produtivo. Há qualificação em vários setores, como no ramo siderúrgico, acarretando, enquanto tendência, um processo de intelectualização do trabalho industrial (o trabalhador como "supervisor e regulador do processo de produção", conforme a antecipação genial de Marx nos Grundrisse), e desqualificação em outros, como no mineiro. Como se constata, a processualidade é complexa e multiforme e tem como resultado uma classe trabalhadora mais heterogeneizada, fragmentada e complexificada.<sup>3</sup>

O sindicalismo não permaneceu imune a estas tendências: diminuíram as taxas de sindicalização, na(s) última(s) década(s), nos EUA, Japão, França, Itália, Alemanha, Holanda, Suíça, Reino Unido, entre outros países." Com o aumento do fosso entre operários estáveis e precários, parciais, reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não estáveis da força de trabalho. Houve, na década de 1980, redução do número de greves em vários países do centro. Aumentam os casos de corporativismo, xenofobia, racismo, no seio da própria classe trabalhadora. Tudo isso permite constatar que o movimento sindical encontra-se numa crise de proporções nunca vistas, atingindo com intensidade, na década de 1980, o sindicalismo nos países avançados e que, na viragem de 1980 para 1990, atingiu diretamente os países

subordinados, especialmente aqueles dotados de um parque produtivo relevante, como é o caso do Brasil.

Quando se reflete sobre as transformações vivenciadas no sindicalismo nos países centrais e seus paralelos com aquele praticado no Brasil, é preciso fazer as devidas mediações. Participamos de um contexto econômico, social, político e cultural que tem traços universais do capitalismo globalizado

152

e mundializado, mas que tem singularidades que, uma vez apreendidas, possibilitam resgatar aquilo que é típico desse canto do mundo e desse modo reter a sua particularidade. Trata-se, portanto, de uma globalidade desigualmente combinada, que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados.

O nosso sindicalismo viveu, na década de 1980, ora no fluxo, ora no contrafluxo das tendências acima descritas. Diria que, na contabilização da década, seu saldo foi muito positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde os anos 70; houve o nascimento das centrais sindicais, como a Central única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se, ainda que de maneira insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, onde se sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o novo sindicalismo ao longo da última década.

Porém, paralelamente a esse processo, nos últimos anos da década de 1980, acentuavam-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriam o nosso sindicalismo na onda regressiva. A automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas dentro de um quadro recessivo intensificado, deslançavam um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, de que a indústria automobilística é um forte exemplo. As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização, tiveram, no neoliberalismo do projeto Collor, forte impulso.

Esta nova realidade arrefeceu e acouo o novo sindicalismo no Brasil, que se encontrava, de um lado, frente à emergência

153

de um sindicalismo neoliberal, expressão da nova direita, sintonizada com a onda mundial conservadora, de que a Força Sindical (central sindical criada em 1991) é o melhor exemplo e, de outro, frente às próprias lacunas teóricas, políticas e ideológicas no interior da CUT, que lhe dificultavam enormemente o avanço qualitativo, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do novo sindicalismo, para um momento superior, de elaboração de propostas

econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente, que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto que compreende nossa classe trabalhadora. Neste caso, além da combatividade anterior, era necessária a articulação de uma análise aguda da realidade brasileira com uma perspectiva crítica e anticapitalista, de nítidos contornos socialistas, de modo a dotar o novo sindicalismo dos elementos necessários para resistir aos influxos externos, à avalanche do capital, ao ideário neoliberal, no lado mais nefasto e, de outro, à acomodação social-democrática, que, apesar de sua crise no centro, aumentava fortemente seus laços políticos e ideológicos com o nosso movimento sindical, procurando apresentar-se cada vez mais como a única alternativa possível para se fazer o combate ao neoliberalismo.

Não é preciso dizer que o quadro hoje é agudamente crítico. O sindicalismo da Força Sindical, com forte dimensão política e ideológica, preenche o campo sindical da nova direita, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado, que nos reserva o papel de país montador, sem tecnologia própria, sem capacitação científica, dependente totalmente dos recursos forâneos.

Na Central Única dos Trabalhadores o quadro também é de grande apreensão. Começa a ganhar cada vez mais força, em algumas de suas principais lideranças, uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma acomodação dentro das Ordens. O culto da negociação das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir pelo capital a sua crise, tudo isso está inserido num projeto de

154

maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo ideário e pela prática social-democráticas. Trata-se de uma crescente definição política e ideológica no interior do movimento sindical brasileiro. É uma postura cada vez menos respaldada numa política de classe. E cada vez mais numa política para o conjunto do país, o "país integrado do capital e do trabalho".

No campo que se reconhece como socialista e anticapitalista no interior da Central única dos Trabalhadores, as dificuldades também são enormes. Como é possível resistir a uma onda tão intensa? Como é possível elaborar um programa econômico alternativo que incorpore os milhões de trabalhadores que não participam do mercado e que vivem da miséria da economia informal? Como é possível gestar um novo modelo econômico que elimine definitivamente a superexploração do trabalho, que particulariza o capitalismo industrial brasileiro, cujo salário mínimo é degradante? Quais são os contornos básicos desse modelo econômico alternativo cuja lógica deverá iniciar a desmontagem do padrão de acumulação capitalista vigente no país? Como é possível pensar numa ação que não impeça o avanço tecnológico, mas o faça em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvida em nosso país? Como é possível um caminho alternativo que recupere valores socialistas originais, verdadeiramente emancipadores? Que não aceite uma globalização e uma integração impostas pela lógica do capital, integradora para fora e desintegradora para dentro? Como é possível hoje articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade para além do capital, mas que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano do ser que vive do trabalho? Em outras

palavras, como superar um caminho meramente doutrinário e buscar a difícil e imprescindível articulação entre os interesses imediatos e uma ação estratégica, de longo prazo, de clara conformação anticapitalista? Estes são, como se pode perceber, desafios enormes.

Se, entretanto, consegui traçar um quadro crítico aproximado, o desafio mais urgente do nosso sindicalismo pode ser assim sintetizado: como se efetiva, no contexto de uma situação

155

defensiva, uma ação sindical que dê respostas às necessidades imediatas do mundo do trabalho, preservando elementos e uma estratégia anticapitalista e socialista?

Qual caminho o novo sindicalismo brasileiro, nascido no final dos anos 70, vai adotar: irá negociar dentro da Ordem ou contra a Ordem? Procurará elaborar um programa de emergência para simplesmente gerir a crise do capital e tentará avançar na elaboração de um programa econômico alternativo, formulado sob a ótica dos trabalhadores, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho mas tendo como horizonte uma organização societária fundada nos valores socialistas e efetivamente emancipadores? Pode-se responder que para tanto é preciso muito mais que a ação sindical. É verdade. Mas pode-se responder que a ação sindical no Brasil dos nossos dias seguramente auxiliará, numa e noutra direção, o que lhe confere uma enorme responsabilidade.

156

#### NOTAS

1. Ver, por exemplo, F. Murray, "The Decentralisation of Production - The Decline of the Mass-Collective Worker", Capital & Cla.s.s, 19, Londres, 1983; Annunziato, F., "Il Fordismo nella Critica de Gramsci e Nella Realta Statunitense Contemporanea", Critica Marxista, 6, Itália; 1989, S. Clarke, "Crise do Fordismo ou Crise da Social-democracia", Lua Nova, 24, São Paulo, 1991; T. Gounet, "Lutttes Concumentielles et Stratégies d'accumulation dans L'Industrie Automobile", Etudes Marxistes n. 10, Bélgica, maio 1991.

2. Ver A. Bihl, "Le Prolétariat Dans Teus Ses Eclats", Le Monde Diplomatique e A. Gorz, "Pourquoi Ia Société Salariale a Besoin de Nouveaux Valeu", Le Monde Diplomatique, 22/6/1990.

3. Ver I. Mészáros, "The Division of Labor and The Post-Capitalist State", Monthly Review, 39, jul.-ago. 1987 e E. Mandel, "Marx, La Crise Actuelle et L'Avenir du Travail Humain", Quatrième Internationale, 20, Paris, maio 1986.

4. Ver, por exemplo, os dados apresentados por Jelle Visser em J. Freyssinet (organizador), "Syndicalisme et Désyndicalisation", em Le Mouvement Social n° 162, "Sindicats D'Europe", janvier/mars 1993, Paris, Éditions Ouvrières.

157

## FIM DO TRABALHO? (ou as Novas Formas do Trabalho Material e Imaterial)

No pensamento contemporâneo, tornou-se (quase) lugarcomum falar em "desaparição do trabalho" (Dominique Méda), em substituição da esfera do trabalho pela "esfera comunicacional" (Habermas), em "perda de centralidade da categoria trabalho" (Off), ou ainda em "fim do trabalho" (como Jeremy Rifkin, ou ainda na versão mais crítica à ordem do capital, como em Kurz), para citar as formulações mais expressivas.

Enquanto se opera no plano gnosiológico a desconstrução ontológica do trabalho, paralelamente, no mundo real, este se converte (novamente?) em uma das mais explosivas questões da contemporaneidade. Trabalho e desemprego, trabalho e precarização, trabalho e gênero, trabalho e etnia, trabalho e nacionalidade, trabalho e corte geracional, trabalho e imaterialidade, trabalho e (des)qualificação, muitos são os exemplos da transversal idade e da vigência da forma trabalho.

O que se passa, então, com o mundo real do trabalho? Da General Motors à Microsoft, da Benetton à Ford, da Toyota ao McDonald's, será que o mundo produtivo e de serviços de fato não mais carece do trabalho vivo? Este teria se tornado mera virtualidade? É ficção que a Nike se utiliza de quase 100 mil trabalhadores e trabalhadoras, esparramados em tantas partes do mundo, recebendo salários degradantes?

Vamos aqui procurar problematizar algumas das teses que propugnam o fim do trabalho. Quando concebermos a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do trabalho social, que é mais complexificado, heterogeneizado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos, não podemos concordar com as teses que desconsideram o processo de interação entre trabalho vivo e trabalho morto. Em verdade, o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, dos trabalhadores hifenizados de que falou Huw Beynon, que se encontram em explosiva expansão em todo o mundo produtivo e de serviços.

Como o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário temo-científico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. Tempo e espaço se convulsionam nessa nova fase dos capitais. A redução do proletariado taylorizado, a ampliação do trabalho intelectual abstrato nas plantas produtivas de ponta e a ampliação generalizada dos novos proletários precarizados e terceirizados da "era da empresa enxuta" são fortes exemplos do que acima aludimos.

Como o capital tem um forte sentido de desperdício e de exclusão, é preciso a síntese de Tosel: é a própria "centralidade do trabalho abstrato que produz a não-centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo" que, uma vez (dês) socializados e (des)individualizados pela expulsão do trabalho, "procuram desesperadamente encontrar formas de individuação e de socialização nas esferas isoladas do não-trabalho (atividade de formação, de benevolência e de serviços)".<sup>2</sup>

Aqui aflora o limite maior da tese habermasiana da transformação da ciência em "principal força produtiva", em substituição ao valor-trabalho. Essa formulação, ao converter a ciência em principal força produtiva, desconsidera as interações existentes entre trabalho vivo e avanço temo-científico sob as condições dos desenvolvimentos capitalistas. Não se trata, por tanto, de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece o papel crescente da ciência, mas que esta encontra-se tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre

160

capital e trabalho, a qual não pode superar. E é por essa restrição estrutural que a ciência não pode se converter na principal força produtiva dotada de autonomia. Prisioneira dessa base material, menos do que uma cientificização da tecnologia há, conforme sugere Mészáros, um processo de tecnologização da ciência.

Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, o saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo contemporâneo. Vários experimentos, dos quais o projeto Saturno da General Motors foi exemplar, fracassaram quando procuraram automatizar o processo produtivo desconsiderando os trabalhadores. As máquinas inteligentes não podem extinguir o trabalho vivo. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta desse processo. Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico. Com a conversão do trabalho vivo em trabalho morto, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento dos softwares, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana, o que se pode presenciar é um processo que Lojkin denominou como objetivação das atividades cerebrais junto à maquinaria, de transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada. A transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se converte em linguagem da máquina própria da fase informacional, através dos computadores, acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto. Mas não pode eliminá-lo.

Há ainda em curso na sociedade contemporânea outra tendência dada pela crescente imbricação entre trabalho material

161

e imaterial, uma vez que se presencia, no mundo contemporâneo, além da monumental precarização do trabalho acima referida, uma significativa expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas outras. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente

produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da noção ampliada de trabalho, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo.

Desse modo, o trabalho imaterial expressa a vigência da esfera informacional da forma-mercadoria: ele é expressão do conteúdo informacional da mercadoria, exprimindo as mutações do trabalho operário no interior das grandes empresas, e do setor de serviços, onde o trabalho manual direto está sendo substituído pelo trabalho dotado de maior dimensão intelectual. Trabalho material e imaterial, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital. Capturando a tendência da expansão da atividade intelectual dentro da produção, disse J. M. Vincent: "a própria forma valor do trabalho se metamorfoseia. Ela assume crescentemente a forma valor do trabalho intelectual-abstrato. A força de trabalho intelectual produzida dentro e fora da produção é absorvida como mercadoria pelo capital que se lhe incorpora para dar novas qualidades ao trabalho morto (...). A produção material e a produção de serviços necessitam crescentemente de inovações, tornando-se por isso cada vez mais subordinados a uma produção crescente de conhecimento que se convertem em mercadorias e capital".<sup>3</sup>

A nova fase do capital, portanto, re-transfere o *savoir faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Mas o processo não se restringe a esta dimensão, uma vez que parte do saber intelectual é transferido para as

162

máquinas informatizadas, que se tornam mais inteligentes, reproduzindo parte das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho. Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. E, nesse processo, o envolvimento interativo aumenta ainda mais o estranhamento e a alienação do trabalho, amplia as formas modernas da reificação, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma vida autêntica e autodeterminada.

Portanto, ao invés da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. O que remete ao desenvolvimento de uma concepção ampliada para se entender sua forrara de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo, e não à sua negação.

163

NOTAS

1. Publicado no "Caderno MAIS!", Folha de S. Paulo, em 13 de agosto de 2000.

2. Ver Tosel, "Centralité et Non-Centralité du Travail ou La Passion des Hommes Superflus", La Crise du Travail, J. Bidet e J. Texier (org.), Actuel Marx, PUF, 1995, p.210.

3. Vincent, J. M. (1993) "Les Automatismes Sociaux et le "General Intellect", in Pratiques du Travail[2], Futur Antérieur, L'Harmattan, n. 16, Paris, p. 121.

164

O TRABALHO, A PRODUÇÃO DESTRUTIVA E A DES-REALIZAÇÃO DA LIBERDADE\*

I

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

Curiosamente, entretanto, têm sido freqüentes as representações destas formas de (des)sociabilização, que se expressam como se a humanidade tivesse atingido seu ponto alto, o seu tólos. Muitas são as formas de fetichização: desde o culto da sociedade democrática, que teria finalmente realizado a utopia do preenchimento, até a crença na desmercantilização da vida societal, no fim das ideologias. Ou ainda, aqueles que visualizam uma sociedade comunicacional capaz de possibilitar uma interação subjetiva, para não falar daqueles que visualizam o fim do trabalho como a realização concreta do reino da liberdade, nos marcos da sociedade atual, desde que um pouco mais regulamentada e regida por relações mais contratualistas.

Ao contrário dessas formulações, pode-se constatar que a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge também os países capitalistas centrais. Paralelamente à

\* Publicado na revista *Morrtag*, Ed. Fahrenheit 451, Roma, dezembro de 1997.

165

globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados, que hoje atinge também os países do Norte. Até o Japão e o seu modelo toyotista, que introduziu o "emprego vitalício" para cerca de 25% de sua classe trabalhadora, hoje já ameaça extingui-lo, para adequar-se à competitividade que reemerge do Ocidente "toyotizado".

Depois de desestruturar o Terceiro Mundo e eliminar os países pós-capitalistas do Leste Europeu, a crise atingiu também o centro do sistema produtor de mercadorias (Kurz, 1992). E quanto mais se avança na competitividade intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial, maior é a desmontagem de inúmeros parques industriais que não conseguem acompanhar sua velocidade intensa. Da Rússia à Argentina, da Inglaterra ao México, da Itália a Portugal, passando pelo Brasil, os exemplos são crescentes e acarretam repercussões profundas no enorme contingente de força humana de trabalho presente nesses países. O que dizer de uma forma de sociabilidade que desemprega ou precariza cerca de 1 bilhão de pessoas, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha, conforme dados recentes da OIT?

Essa lógica destrutiva permitiu que Robert Kurz afirmasse, não sem razão, que regiões inteiras estão, pouco a pouco, sendo eliminadas do cenário industrial, derrotadas pela desigual concorrência mundial. A experiência dos países asiáticos como a Coreia, Hong Kong, Taiwan, Cingapura, entre outros, inicialmente bem-sucedidos na expansão industrial recente, são, em sua maioria, exemplos de países pequenos, carentes de mercado interno e totalmente dependentes do Ocidente para se desenvolverem (Idem). Não podem, portanto, constituírem-se em modelos alternativos a serem seguidos ou transplantados para países continentais, como Índia, Rússia, Brasil, México, entre outros. Suas recentes crises financeiras são exemplo da sua fragilidade estrutural. E é bom reiterar que esses "novos

166

paraísos" da industrialização utilizam-se intensamente das formas nefastas de precarização da classe trabalhadora. Só a título de exemplo: na Indonésia, mulheres trabalhadoras da multinacional Nike ganham 38 dólares por mês, por longa jornada de trabalho. Em Bangladesh, as empresas Wal Mart, K Mart e Sears utilizam-se do trabalho feminino na confecção de roupas, com jornadas de trabalho de cerca de 60 horas por semana e salários menores que 30 dólares por mês."

Portanto, entre tantas destruições de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que se encontra hoje na condição de precarizada ou excluída. Em verdade, estamos presenciando a acentuação daquela tendência que István Mészáros sintetizou corretamente, ao afirmar que o capital, desprovido de orientação humanamente significativa, assume, em seu sistema metabólico de controle social, uma lógica que é essencialmente destrutiva, onde o valor de uso das coisas é totalmente subordinado ao seu valor de troca.<sup>2</sup>

Se se constitui num grande equívoco imaginar-se o fim do trabalho na sociedade produtora de mercadorias e, com isso, imaginar que estariam criadas as condições para o reino da liberdade, é, entretanto, imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes conseqüências. No que diz respeito ao mundo do trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm direções assemelhadas em diversas partes do mundo onde vigora a lógica do capital. E a crítica às formas concretas da dessociabilização humana é

condição para que se possa empreender também a crítica e a desfeticização das formas de representação hoje dominantes, do ideário que domina nossa sociedade contemporânea.

Nas páginas seguintes pretendemos oferecer um esboço analítico (resumido) de alguns pontos centrais da crise contemporânea, com particular destaque para o universo do mundo do trabalho.

167

II

Nas últimas décadas, particularmente depois de meado dos anos 70, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o advento do capitalismo. O entendimento dos elementos constitutivos desta crise é de grande complexidade, uma vez que, nesse mesmo período ocorreram mutações intensas, de ordens diferenciadas e que no seu conjunto, acabaram por acarretar conseqüências muito fortes no interior do mundo do trabalho. Neste artigo vamos somente indicar alguns elementos que são centrais, em nosso entendimento, para uma apreensão da crise que se abateu no universo do trabalho.<sup>3</sup> Seu desenvolvimento seria aqui impossível, dada a amplitude e complexidade de questões."

Começamos indicando que a crise afetou tanto a materealidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua subjetividade, o universo dos seus valores, do seu ideário que pautam suas ações e práticas concretas. Isso porque, desde o início dos anos 70, vivenciamos um quadro de crise estrutura do capital, que atingiu o conjunto das economias capitalistas centrais, com fortes repercussões em diversos países, dado caráter mundializado do capital (Chesnais, 1996)<sup>5</sup>. Sua intensidade é tão profunda que levou o capital a desenvolver "práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada" ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interior da produção para satisfação das necessidades humanas" <sup>1.6</sup> Essa crise fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu ciclo de reprodução e que, como veremos mais adiante, afetou fortemente o mundo do trabalho.

Particularmente nos últimos anos, intensificaram-se transformações no próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca, para o capital, especialmente o "toyotismo" ou o modelo japonês. Essas transformações

168

decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o mundo do trabalho, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora. (Ver Bühr, 1991; Beynon, 1995)

Quais são as conseqüências mais importantes dessas transformações no processo de produção e de trabalho, e como afetam o mundo do trabalho? Podemos, de modo indicativo, mencionar as mais

importantes:

1) Há uma crescente redução do proletariado fabril, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo.

2) Há um enorme incremento do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, parttime, entre tantas outras formas assemelhadas, que proliferam em inúmeras partes do mundo. Inicialmente, esses postos de trabalho foram preenchidos pelos imigrantes, como os gastarbeiters na Alemanha, o lavoro vero na Itália, os chicanos nos EUA, os dekasseguis no Japão etc. Mas hoje sua expansão atinge também os trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista.

3) Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado.

4) Há um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo desses setores, ainda que o setor de serviços já presencie também o desemprego tecnológico.

5) Há exclusão dos jovens e dos velhos no mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas, e os mais "velhos", com cerca de 40 anos ou mais, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem requalificar-se para o reingresso.

6) Há uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como nos países asiáticos, latino-americanos etc.

7) Há uma expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado (Marx, 1978), onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha para a eliminação da classe trabalhadora, mas para sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada.

Portanto, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais (Antunes, 1995). Tornou-se mais qualificada em vários setores, como na siderurgia, onde houve uma relativa intelectualização do trabalho, mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos, como na indústria automobilística, onde o ferramenteiro não tem mais a mesma importância, sem falar na redução dos inspetores de qualidade, dos gráficos, dos mineiros, dos portuários, dos trabalhadores da construção naval etc. Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador "polivalente e multifuncional" da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.

Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho.

170

Ao contrário, entretanto, daqueles que defendem o "fim do papel central da classe trabalhadora" no mundo atual (Habermas, 1987; Gorz, 1982 e 1990), o desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta viragem do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que, pelas condições precárias em que se encontram, se constituem em contingentes sociais potencialmente rebeldes diante do capital e suas formas de (des)sociabilização (Antunes, 1995 e Bihr, 1991).

A lógica societal, em seus traços dominantes, é dotada, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental "sociedade do descartável", condição para a manutenção do sistema de metabolismo social do capital, conforme expressão de Mészáros (1995) e seu circuito reprodutivo.

Nesse sentido, desregulamentação, flexibilização, terceirização, downsizing, "empresa enxuta", bem como todo esse receituário que se esparrama pelo "mundo empresarial", são expressões de uma lógica societal onde se tem a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução desse mesmo capital. Isso porque o capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.

III

Como procuramos indicar acima, o capitalismo - e, de maneira mais ampla e precisa, a lógica societal movida pelo

171

sistema metabólico de controle do capital - não foi capaz de eliminar as múltiplas formas e manifestações do estranhamento (Entfremdung), mas, em muitos casos, deu-se inclusive um processo de intensificação e maior interiorização, na medida em que se minimizou a dimensão mais explicitamente despótica, intrínseca ao fordismo, em benefício do "envolvimento manipulatório" da era do toyotismo ou do modelo japonês. Se o estranhamento é entendido, como indicou Lukács, como a existência

de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana, à individualidade emancipada, o capital contemporâneo, ao mesmo tempo em que pode, através do avanço tecnológico e informacional, potencializar as capacidades humanas, faz expandir o fenômeno social do estranhamento. Isso porque o quadro que desenhamos acima mostra que, para o conjunto da classe-que-vive-do-trabalho, o desenvolvimento tecnológico não produziu necessariamente o desenvolvimento de uma subjetividade cheia de sentido, mas, ao contrário, pode inclusive "desfigurar e aviltar a personalidade humana...". Isso porque, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar "diretamente um crescimento da capacidade humana", pode também "neste processo, sacrificar os indivíduos (e até mesmo classes inteiras)". (Lukács, 1981: 562)

A presença de bolsões de pobreza no coração do "Primeiro Mundo", através da brutal exclusão social, das explosivas taxas de desemprego estrutural, da eliminação de inúmeras profissões no interior do mundo do trabalho em decorrência do incremento tecnológico voltado centralmente para a criação de valores de troca, as formas intensificadas de precarização do trabalho, são apenas alguns dos exemplos mais gritantes das barreiras sociais que obstam, sob o capitalismo, a busca de uma vida cheia de sentido e emancipada, para o ser social que trabalha. Isso para não falar do Terceiro Mundo, onde se encontra 2/3 da força humana que trabalha em condições ainda muito mais precarizadas.

Como as suas formas contemporâneas de estranhamento atingem, além do espaço da produção, também a esfera do

172

consumo, a esfera da vida fora do trabalho, o chamado tempo livre é, em boa medida, um tempo também submetido aos valores do sistema produtor de mercadorias e das suas necessidades de consumo, tanto materiais como imateriais.

Num quadro desta ordem, quais são as alternativas?

Primeiro: é preciso alterar a lógica da produção societal; a produção deve ser prioritariamente voltada para produzir valores de uso e não valores de troca. Sabe-se que a humanidade teria condições de se reproduzir socialmente, em escala mundial, se a produção destrutiva fosse eliminada e a produção social fosse voltada não para a lógica do mercado, mas para a produção de coisas socialmente úteis. Trabalhando poucas horas do dia, o mundo poderia reproduzir-se de maneira não-destrutiva, instaurando um novo sistema de metabolismo societal.

Segundo: a produção de coisas socialmente úteis deve ter como critério o tempo disponível e não o tempo excedente, que preside a sociedade contemporânea (Mészáros, 1995: 532-36).

Com isso, o trabalho social, dotado de maior dimensão humana e societal, perderia seu caráter fetichizado e estranhado, tal como se manifesta hoje e, além de ganhar um sentido de auto-atividade, abriria possibilidades efetivas para um tempo livre cheio de sentido além da esfera do trabalho, o que é uma impossibilidade na sociedade regida pela lógica do capital.

Até porque não pode haver tempo verdadeiramente livre erigido sobre trabalho coisificado e estranhado. O tempo livre atualmente existente é tempo para consumir mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais. O tempo fora do trabalho também está fortemente poluído pelo fetichismo da mercadoria.

O ponto de partida para instaurar uma nova lógica societal é desenvolver uma crítica contemporânea e profunda à (des)sociabilização da humanidade, tanto nas suas manifestações concretas, quanto das representações fetichizadas hoje existentes.

173

#### NOTAS

Dados extraídos de "Time for a Global New Deal", em Foreign Affairs, jan./fev./1994, Vol. 73, n. 1, pág. 8

Ver Mézáros (1995), especialmente Parte Três.

Em nosso ensaio Adeus ao trabalho? (1995), procuramos indicar alguns elementos fundamentais das mutações que vêm ocorrendo no interior do mundo do trabalho.

Um segundo elemento fundamental para o entendimento da crise que se abateu no mundo do trabalho decorre do desmoronamento do Leste Europeu, no pós-89, bem como suas conseqüências nos partidos e sindicatos de esquerda.

Do mesmo modo, a intensidade do neoliberalismo, bem como a crise do projeto social-democrata e suas repercussões no interior da classe trabalhadora, são elementos importantes para a análise da crise atual, o que, entretanto, não podemos fazer nos limites deste artigo.

Em Chesnais (1994) há uma boa radiografia do capitalismo na era do capital financeiro, bem como elementos importantes para o entendimento da sua crise do capital. Conforme Mézáros (1995), capítulos 15 e 16. Nesse livro, o leitor encontra o mais denso e significativo esforço analítico contemporâneo para se compreender esta crise estrutural do capital e sua economia política. (Ver também as partes 1 e 2.)

174

A	CRISE	CONTEMPORÂNEA	E
AS	METAMORFOSES	NO	MUNDO
DO TRABALHO			

Este texto pretende apresentar algumas das principais mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho, como conseqüência das profundas mudanças que o capitalismo vem sofrendo, em escala mundial, tanto na sua estrutura produtiva, quanto no universo de seus ideários, seus valores etc. De modo resumido, pretende-se apresentar um desenho dessas principais mutações no interior da classe trabalhadora.

O capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva. Num contexto de crise estrutural do capital, desenham-se algumas tendências,

que podem assim ser resumidas:

1) O padrão produtivo taylorista e fordista' vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo<sup>2</sup> são exemplos.

2) O modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem-estar social, em vários países centrais, vem também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social.

Pelo próprio sentido que conduz essas tendências (que, em verdade, se constituem em respostas do capital à sua própria crise), acentuam-se os elementos destrutivos que presidem a lógica do capital. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, interempresas e interpotências políticas do capital, mais nefastas são suas conseqüências.

\* Publicado em CEAD/UnB, 1999.

175

Duas manifestações são mais virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destrói o meio ambiente.

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental "sociedade do descartável", que joga fora tudo que serviu como "embalagem" para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

Neste cenário, caracterizado por um tripé que domina o mundo (com os Estados Unidos da América e o seu Nafta, a Alemanha à frente da Europa unificada e o Japão liderando os demais países asiáticos), quanto mais um dos pólos da tríade se fortalece, mais os outros se ressentem e se debilitam. Por isso a crise freqüentemente muda de centro, ainda que ela esteja presente em vários pontos, assumindo mesmo uma dimensão mundial.

No embate cotidiano que empreendem para se expandir pelas partes do mundo que interessam e também para co-administrar as suas situações mais explosivas, em suma, para disputar e ao mesmo tempo gerenciar as crises, acabam por acarretar ainda mais destruição e precarização. A América Latina se "integra" à chamada mundialização destruindo-se socialmente. Na Ásia, a enorme expansão se dá à custa de uma brutal superexploração do trabalho, de que as recentes greves dos trabalhadores da Coréia do Sul, em 1997/8, são firme denúncia. Superexploração que atinge profundamente mulheres e crianças.

176

O que dizer de uma forma de sociabilidade que, segundo dados recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), desemprega ou precariza cerca de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha? Como uma seringa depois de usada, são todos descartáveis. Assim é, dizem, a lógica "inexorável" da modernidade.

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo "mundo empresarial", são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução desse mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.

O claro entendimento dessa configuração atual do mundo do trabalho nos leva a entender suas principais mutações, o que procuraremos fazer de modo um pouco mais detalhado a seguir.

Um quadro fortemente crítico

Nas últimas décadas, particularmente depois de meados dos anos 70, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário inglês. O entendimento dos elementos constitutivos desta crise é de grande complexidade, uma vez que, nesse mesmo período, ocorreram mutações intensas, de ordens diferenciadas e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar conseqüências muito fortes no interior do movimento operário e, em particular, no âmbito do movimento sindical. O entendimento desse quadro, portanto, supõe uma análise da totalidade dos elementos constitutivos

177

desse cenário, empreendimento ao mesmo tempo difícil e imprescindível, que não pode ser tratado de maneira ligeira.

Vamos indicar alguns elementos que são centrais, em nosso entendimento, para uma apreensão mais totalizante da crise que se abateu no interior do movimento operário e sindical.<sup>3</sup> Seu desenvolvimento seria aqui impossível, dada a amplitude e complexidade de questões. A sua indicação, entretanto, é fundamental porque afetou tanto a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua esfera mais propriamente subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas.

Começamos dizendo que nesse período vivenciamos um quadro de crise estrutural do capital, que se abateu no conjunto das economias capitalistas a partir especialmente do início dos anos 70. Sua intensidade é tão profunda que levou o capital a desenvolver "práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interior da produção para satisfação das necessidades humanas". (Mészáros, 1989: 103 e 1995. Ver também

Chesnais, 1996 e Kurz, 1992)

Esta crise fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução do capital e que, como veremos mais adiante, afetou fortemente o mundo do trabalho.

Um segundo elemento fundamental para o entendimento das causas do refluxo do movimento operário decorre do explosivo desmoronamento do Leste Europeu (e da quase totalidade dos países que tentaram uma transição socialista, com a ex-União Soviética à frente), propagando-se, no interior do mundo do trabalho, a falsa idéia do "fim do socialismo".

Embora a longo prazo as conseqüências do fim do Leste Europeu sejam eivadas de positivities (pois coloca-se a possibilidade da retomada, em bases inteiramente novas, de um projeto socialista de novo tipo, que recuse, entre outros

178

pontos nefastos, a tese staliniana do "socialismo num só país" e recupere elementos centrais da formulação de Marx), no plano mais imediato houve, em significativos contingentes da classe trabalhadora e do movimento operário, a aceitação e mesmo assimilação da nefasta e equivocada tese do "fim do socialismo" e, como dizem os defensores da ordem, do fim do marxismo.

Como conseqüência do fim do chamado "bloco socialista", os países capitalistas centrais vêm rebaixando brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores, dada a "inexistência", segundo o capital, do perigo socialista hoje. Portanto, o desmoronamento da União Soviética e do Leste Europeu, ao final dos anos 80, teve enorme impacto no movimento operário. Bastaria somente lembrar a crise que se abateu nos partidos comunistas tradicionais e no sindicalismo a eles vinculado.

Um terceiro elemento fundamental para a compreensão da crise do mundo do trabalho refere-se ao desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista. Ocorreu um agudo processo político e ideológico de social-democratização da esquerda e a sua conseqüente atuação subordinada à ordem do capital. Esta opção social-democrática atingiu fortemente a esquerda sindical e partidária, repercutindo, conseqüentemente, no interior da classe trabalhadora. Ela atingiu também fortemente o sindicalismo de esquerda, que passou a recorrer, cada vez mais freqüentemente, à institucionalidade e à burocratização, que também caracterizam a social-democracia sindical.

É preciso acrescentar ainda - e este é o quarto elemento central da crise atual - que, com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins de 70 e a conseqüente crise do welfare state, deu-se um processo de regressão da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada,

179

enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional.

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura "pós-moderna", bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes desse período recente (Harvey, 1992).

Vê-se que se trata de uma processualidade complexa que podemos assim resumir:

1) Há uma crise estrutural do capital ou um efeito depressivo profundo que acentuam seus traços destrutivos.

2) Deu-se o fim do Leste Europeu, onde parcelas importantes da esquerda se social-democratizaram.

3) Esse processo efetivou-se num momento em que a própria social-democracia sofria uma forte crise.

4) Expandia-se fortemente o projeto econômico, social e político neoliberal. Tudo isso acabou por afetar fortemente o mundo do trabalho, em várias dimensões.

Vamos indicar a seguir as tendências mais significativas que vêm ocorrendo no interior do mundo do trabalho.

A reestruturação produtiva do capital e as mudanças no mundo do trabalho

Como resposta do capital à sua crise estrutural, várias mutações vêm ocorrendo e são fundamentais nesta viragem do século XX para o século XXI. Uma delas, e de importância central, diz respeito às metamorfoses no processo de produção do capital e suas repercussões no processo de trabalho.

Particularmente nos últimos anos, como respostas do capital à crise dos anos 70, intensificaram-se as transformações

180

no próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca, para o capital, especialmente, o toyotismo. Essas transformações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical e operário.

Fundamentalmente, essa forma de produção flexibilizada busca a adesão de fundo, por parte dos trabalhadores, que devem aceitar integralmente o projeto do capital. Procura-se uma forma daquilo que chamei, em Adeus ao Trabalho?, de envolvimento manipulatório levado ao limite, onde o capital busca o consentimento e a adesão dos

trabalhadores, no interior das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos do capital.

Em seus traços mais gerais, o toyotismo (via particular de consolidação do capitalismo monopolista do Japão do pós-45) pode ser entendido como uma forma de organização do trabalho que nasce a partir da fábrica Toyota, no Japão, e que vem se expandindo pelo Ocidente capitalista, tanto nos países avançados quanto naqueles que se encontram subordinados. Suas características básicas (em contraposição ao taylorismo/fordismo) são:

- 1) Sua produção muito vinculada à demanda.
- 2) Ela é variada e bastante heterogênea.
- 3) Fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções.
- 4) Tem como princípio o just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no toyotismo, devem ser mínimos. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca

181

de 25% é produzido no seu interior. Ela horizontaliza o processo produtivo e transfere a "terceiros" grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela.

A falácia de "qualidade total" passa a ter papel de relevo no processo produtivo. Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) proliferaram, constituindo-se como grupos de trabalhadores que são incentivados pelo capital para discutir trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade da empresa. Em verdade, é a nova forma de apropriação do saber fazer intelectual do trabalho pelo capital.

O despotismo torna-se então mesclado com a manipulação do trabalho, com o "envolvimento" dos trabalhadores, através de um processo ainda mais profundo de interiorização de trabalho alienado (estranhado). O operário deve pensar fazer pelo e para o capital, o que aprofunda (ao invés de abrandar) a subordinação do trabalho ao capital. No Ocidente os CCQs têm variado quanto à sua implementação, dependendo das especificidades e singularidades dos países em que eles são implementados.

Esta forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada na reengenharia, na empresa enxuta, para lembrar algumas expressões do novo dicionário do capital, teve conseqüências enormes no mundo do trabalho. Podemos aqui tão-somente indicar as mais importantes:

- 1) Há uma crescente redução do proletariado fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo.

2) Há um enorme incremento do novo proletariado, de subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, part-time, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em inúmeras partes do mundo. Inicialmente, esses postos de trabalho foram preenchidos pelos imigrantes, como os *gastarbeiters* na Alemanha, o *lavoro nero*

182

na Itália, os *chicanos* nos EUA, os *dekasseguis* no Japão etc. Mas hoje sua expansão atinge também os trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista.

3) Vivenda-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado.

4) Há um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo desses setores, ainda que o setor de serviços já presencie também níveis de desemprego acentuado.

5) Há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas, e aqueles com cerca de 40 anos ou mais, quando desempregados e excluídos do trabalho, dificilmente conseguem o reingresso no mercado de trabalho.

6) Há uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como nos países asiáticos, latino-americanos etc.

7) Há uma expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado (Marx, 1978), onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha para a eliminação da classe trabalhadora, mas para sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. Em outras palavras: aumentam os níveis de exploração do trabalho.

Portanto, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Tornou-se mais qualificada em vários setores, como na siderurgia, onde houve uma relativa intelectualização do trabalho, mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos, como na indústria automobilística, onde o ferramenteiro não tem mais a mesma importância, sem falar na redução dos inspetores de qualidade, dos gráficos, dos mineiros, dos portuários, dos trabalhadores da construção naval etc.

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador "polivalente e multifuncional" da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.

Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho.

Ao contrário, entretanto, daqueles que defendem o "fim do papel central da classe trabalhadora" no mundo atual, o desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta viragem do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho. E, desse modo, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que, pelas condições precárias em que se encontram, se constituem em contingentes sociais potencialmente rebeldes diante do capital e suas formas de (des)sociabilização (ver Alain Bihr, 1991).

A lógica societal, em seus traços dominantes, é dotada, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise que assola a (des)sociabilização contemporânea, condição para a manutenção do sistema de

184

metabolismo social do capital, conforme expressão de Mészáros (1989) e seu circuito reprodutivo.

Nesse sentido, desregulamentação, flexibilização, terceirização, downsizing, "empresa enxuta", bem como todo esse receituário que se esparrama pelo "mundo empresarial", são expressões de uma lógica societal onde se tem a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução desse mesmo capital. Isso porque o capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.

Essas conseqüências no interior do mundo do trabalho evidenciam que, sob o capitalismo, não se constata o fim do trabalho como medida de valor, mas uma mudança qualitativa, dada, por um lado, pelo peso crescente da sua dimensão mais qualificada, do trabalho multifuncional, do operário apto a operar com máquinas informatizadas, da objetivação de atividades cerebrais (Lojkine, 1995). Por outro lado, pela intensificação levada ao limite das formas de exploração do trabalho, presentes e em expansão no novo proletariado, no subproletariado industrial e de serviços, no enorme leque de trabalhadores que são explorados crescentemente pelo capital, não só nos países subordinados, mas no próprio coração do sistema capitalista.

Tem-se, portanto, cada vez mais uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada, que se converte no agente real do processo de trabalho total, o que torna, segundo Marx, absolutamente indiferente o fato de que a função de um ou outro trabalhador seja mais

próxima ou mais distante do trabalho manual direto (Marx, 1978). E, em vez do fim do valor-trabalho, pode-se constatar uma inter-relação acentuada das formas de extração de mais-valia relativa e absoluta, que se realiza em escala ampliada e mundializada.

Esses elementos - aqui somente indicados em suas tendências mais genéricas - não possibilitam conferir estatuto

185

de validade às teses sobre o fim do trabalho sob o modo de produção capitalista. O que se evidencia ainda mais quando se constata que a maior parte da força de trabalho encontra-se dentro dos países do chamado Terceiro Mundo, onde as tendências anteriormente apontadas tem inclusive um ritmo bastante particularizado e diferenciado. Restringir-se à Alemanha ou à França e, a partir daí, fazer generalizações e universalizações sobre o fim do trabalho ou da classe trabalhadora, desconsiderando o que se passa em países como Índia, China, Brasil, México, Coreia do Sul, Rússia, Argentina etc., para não falar do Japão, configura-se como um equívoco de grande significado. Vale acrescentar que a tese do fim da classe trabalhadora, mesmo quando restrita aos países centrais, é, em nossa opinião, desprovida de fundamentação, tanto empírica quanto analítica. Uma noção ampliada de trabalho, que leve em conta seu caráter multifacetado, é forte exemplo dessa evidência.

Isso sem mencionar que a eliminação do trabalho e a generalização dessa tendência sob o capitalismo contemporâneo - nele incluído o enorme contingente de trabalhadores do Terceiro Mundo - suporia a destruição da própria economia de mercado, pela incapacidade de integralização do processo de acumulação de capital, uma vez que os robôs não poderiam participar do mercado como consumidores.

A simples sobrevivência da economia capitalista estaria comprometida, sem falar em tantas outras conseqüências sociais e políticas explosivas que adviriam dessa situação. Tudo isso evidencia que é um equívoco pensar na desapareição ou fim do trabalho enquanto perdurar a sociedade capitalista produtora de mercadorias e - o que é fundamental - também não é possível prever nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do-trabalho, enquanto forem vigentes os pilares constitutivos do modo de produção do capital.

Utilizamos a expressão classe -que-vive-do-trabalho como sinônimo de classe trabalhadora. Ao contrário de autores que defendem o fim do trabalho e o fim da classe trabalhadora, esta expressão pretende enfatizar o sentido contemporâneo da classe trabalhadora (e do trabalho). Ela compreende:

186

1) Todos aqueles que vendem sua força de trabalho, incluindo tanto o trabalho produtivo quanto o improdutivo (no sentido dado por Marx).

2) Inclui os assalariados do setor de serviços e também o proletariado rural.

3) Inclui proletariado precarizado, sem direitos, e também os trabalhadores desempregados, que compreendem o exército industrial de reserva.

4) E exclui, naturalmente, os gestores e altos funcionários do capital, que recebem rendimentos elevados ou vivem de juros. Essa expressão incorpora integralmente a idéia marxiana do trabalho social combinado, tal como aparece no Capítulo VI (Inédito), à qual nos referimos anteriormente (Marx, 1978).

A imprescindível eliminação do trabalho assalariado, do trabalho fetichizado e estranhado (alienado) e a criação dos indivíduos livremente associados está indissoluvelmente vinculada à necessidade de eliminar integralmente o capital e o seu sistema de metabolismo social em todas as suas formas. O que, entretanto, não deve impedir um estudo cuidadoso da classe trabalhadora hoje, suas principais metamorfoses.

Tal investigação assume especial importância especialmente pela forma pela qual essas transformações vêm afetando o movimento social e político dos trabalhadores (nele incluído o movimento sindical), particularmente em países que se diferenciam dos países capitalistas centrais, como é o caso do Brasil, onde há traços particulares bastante diferenciados da crise vivenciada nos países centrais. Se essas transformações são eivadas de significados e conseqüências para a classe trabalhadora e seus movimentos sociais, sindicais e políticos nos países capitalistas avançados, também o são em países intermediários e subordinados, porém dotados de relevante porte industrial, como o Brasil.

O ententimento abrangente e totalizante da crise que atinge o mundo do trabalho passa, portanto, por esse conjunto de problemas que incidiram diretamente no movimento operário,

187

na medida em que são complexos que afetaram tanto a economia política do capital quanto as suas esferas política e ideológica.

Claro que esta crise é particularizada e singularizada pela forma pela qual essas mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas afetaram mais ou menos direta e intensamente os diversos países que fazem parte dessa mundialização do capital que é, como se sabe, desigualmente combinada. Para uma análise detalhada do que se passa no movimento operário inglês, italiano, brasileiro ou coreano, o desafio é buscar essa totalização analítica que articulará elementos mais gerais desse quadro, com aspectos da singularidade de cada um desses países.

Mas é decisivo perceber-se que há um conjunto abrangente de metamorfoses e mutações que tem afetado a classe trabalhadora, e para a qual é absolutamente prioritário o seu entendimento e desvendamento, para resgatar um projeto de classe capaz de enfrentar esses monumentais desafios presentes no final deste século.

Em busca de uma nova lógica social

Como procuramos indicar acima, o capitalismo não foi capaz de eliminar as múltiplas formas e manifestações do estranhamento (ou da

alienação), mas, em muitos casos, deu-se inclusive um processo de intensificação e maior interiorização, na medida em que se minimizou a dimensão mais explicitamente despótica, intrínseca ao fordismo, em benefício do "envolvimento manipulatório" da era do toyotismo ou do modelo japonês. Se o estranhamento é entendido, como indicou Lukács, como a existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana, à individualidade emancipada, o capital contemporâneo, ao mesmo tempo em que pode, através do avanço tecnológico e informacional, potencializar as capacidades humanas, faz expandir o fenômeno social do estranhamento. Isso porque o quadro que desenhamos acima mostra que, para o conjunto da classe-que-vive-do-trabalho, o desenvolvimento tecnológico não pro-

188

duziu necessariamente o desenvolvimento de uma subjetividade cheia de sentido, mas, ao contrário, pode inclusive "desfigurar e aviltar a personalidade humana...". Isso porque, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar "diretamente um crescimento da capacidade humana", sua subordinação estrita à lógica do capital acaba por "sacrificar os indivíduos (e até mesmo classes inteiras)" (Lukács, 1981: 562).

A presença de bolsões de pobreza no coração do "Primeiro Mundo", através da brutal exclusão social, das explosivas taxas de desemprego estrutural, da eliminação de inúmeras profissões no interior do mundo do trabalho em decorrência do incremento tecnológico voltado centralmente para a criação de valores de troca, as formas intensificadas de precarização do trabalho, são apenas alguns dos exemplos mais gritantes das barreiras sociais que obstam, sob o capitalismo, a busca de uma vida cheia de sentido e emancipada, para o ser social que trabalha. Isso para não falar do Terceiro Mundo, onde se encontra 2/3 da força humana que trabalha em condições ainda muito mais precarizadas.

Como as suas formas contemporâneas de estranhamento ou alienação atingem, além do espaço da produção, também a esfera do consumo, a esfera da vida fora do trabalho, o chamado tempo livre é, em boa medida, um tempo também submetido aos valores do sistema produtor de mercadorias e das suas necessidades de consumo, tanto materiais como imateriais.

Num quadro desta ordem, quais são as alternativas mais essenciais, que se devem resgatar?

Primeiro: é preciso alterar a lógica da produção societal; a produção deve ser prioritariamente voltada para produzir valores de uso e não valores de troca. Sabe-se que a humanidade teria condições de se reproduzir socialmente, em escala mundial, se a produção destrutiva fosse eliminada e a produção social fosse voltada não para a lógica do mercado, mas para a produção de coisas socialmente úteis. Trabalhando poucas horas do dia, o mundo poderia reproduzir-se de maneira não-destrutiva, instaurando um novo sistema de metabolismo societal.

189

Segundo: a produção de coisas socialmente úteis deve ter como critério o tempo disponível e não o tempo excedente, que preside a sociedade contemporânea (Mészáros, 1989). Com isso o trabalho social,

dotado de maior dimensão humana e societal, perderia seu caráter fetichizado e estranhado, tal como se manifesta hoje e, além de ganhar um sentido de auto-atividade, abriria possibilidades efetivas para um tempo livre cheio de sentido além da esfera do trabalho, o que é uma impossibilidade na sociedade regida pela lógica do capital. Até porque não pode haver tempo verdadeiramente livre erigido sobre trabalho coisificado e estranhado. O tempo livre atualmente existente é tempo para consumir mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais. O tempo fora do trabalho também está fortemente poluído pelo fetichismo da mercadoria.

Terceiro: é preciso empreender mudanças e resistências que, no plano imediato, incorporem as aspirações nascidas no interior da vida cotidiana da classe-que-vive-do-trabalho. Mas é fundamental que tenham, no seu sentido mais profundo, uma direção essencialmente contrária à lógica destrutiva do capital. A título de exemplo: a luta mundial dos trabalhadores pela redução da jornada ou do tempo de trabalho, sem redução salarial e sem perda dos direitos do trabalho. Trabalhar menos para que mais homens e mulheres possam sair da barbárie do desemprego. Mas é decisivo lutar pela redução da jornada de trabalho junto com uma discussão de fundo sobre o sentido da produção social: produzir o que e para quem?. O que, vale lembrar, coloca no centro da discussão a desmontagem da lógica societal capitalista.

Quarto: reinventar um projeto socialista global, que resgate os valores mais essenciais da humanidade. O que confere uma enorme atualidade ao empreendimento socialista, por certo totalmente distinto da tragédia das experiências do século XX, que deformaram em quase tudo os mais profundos ideais de emancipação. Um bom ponto de partida para tal ação é desenvolver uma crítica contemporânea e profunda à (des)sociabilização da humanidade sob o capital.

190

#### NOTAS

1. Entendemos o taylorismo e o fordismo como o padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril.

2. O toyotismo expressa a forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no pós-45, cujos traços principais serão desenvolvidos adiante.

3. O movimento operário é muito mais amplo que o movimento sindical; porém, são enormes as relações e conexões entre ambos. Aqui procuramos oferecer alguns elementos básicos que atingem o mundo do trabalho em seu conjunto.

4. O trabalho alienado (ou estranhado) é a forma como a atividade humana se objetiva na sociedade capitalista, onde o que deveria ser uma atividade vital do ser social que trabalha se converte em mercadoria, e o produto do trabalho aparece como alheio e estranho ao trabalhador.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNUNZIATO, Frank. (1989) "Il Fordismo nella Critica Gramsci e nella Realtà Statunitense Contemporanea", C, tica Marxista, Itália, n° 6.

ANTUNES, Ricardo. (1991) O Novo Sindicalismo, São Paul Scritta Editorial.

. (1992) A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário ABC Paulista: As Greves de 1978/80), 2ª ed., São Paulo, Ed. da Unicamp.

. (1995) Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo, Cortez/Unicamp.

BERGGREN, Christian. (1989) "New Production Concepts Final Assembly - The Swedish Experience", in WOOI S., The Transformaatorz of Work, Londres, Unwin Hyma Ltda.

BERMAN, M. (1987) Tudo que é Sólido Desmancha no Ar (A Aventura da Modernidade), São Paulo, Cia. das Letras.

BERNARDO, João. (1987) Capital, Sindicatos, Gestores, São Paulo, Ed. Vértice.

BEYNON, Huw. (1995) "The Changing Practices of Work" International Centre for Labour Studies, Manchester.

BIHR, Alain. (1990) "Le Prolétariat Dans Tous Ses Éclats" Le Monde Diplomatique (xerox).

. (1991) Du "Grand Soir" a "L"Alternative" (Le Moivement Ouvrier Européen en Crise), Paris, Les Editior Ouvrières.

BORDOGNA, L. (1988) "Arcipelago Cobas: Frammentazione delia Rappresentanza e Conflito di Lavoro", Política in Italia, Bolonha, Ed. Mulino.

CHESNAIS, François. (1996) A Mundialização do Capital. São Paulo, Xamã.

CLARKE, Simon. (1991) "Crise do Fordismo ou Crise da Social-democracia?", Lua Nova, São Paulo, n° 24, Cedec.

CORIAT, Benjamin. (1992a) El Taller y el Robot (Ensayos sobre el Fordismo y la Producción en Masa en la Era de la Electrónica), México/Espanha, Siglo XXI.

. (1992b) Pensar al Revés (Trabajo y Organización en la Empresa

Japonesa), México/Espanha, Siglo XXI.

El País (1993) "La última Trinchem", Espanha, ano IX, nº 378, 24/1/93.

FREEMAN, Richard. (1986) "Pueden Sobrevivir Los Sindicatos en Ia Sociedade Pos-industrial", Simpósio Internacional sobre ias Perspectivas Futuras de i Sindicalismo, dezembro de 1986 (mimeo). Confédération des Syndicats Chrétiens, Bruxelas.

FREYSSINET, Jacques. (1993) "Syndicalismes en Europe", Le Mouvenrent Social, nº 162, março 1993, Éditions Ouvrières, França.

FREYSSINET, Michel. (1989) "A Divisão Capitalista do Trabalho", Tempo Social, dossiê organizado por H. Hirata, São Paulo, USP, vol. I, nº 2.

GORZ, Andre. (1982) Adeus ao Proletariado, Rio de Janeiro, Forense.

. (1990) "The New Agenda", New Left Review, Londres, nº 184.

. (1990a) "Pourquoi La Société Salariale a Besoin de Nouveaux Valets". Le Monde Diplornatique, França, 22/90.

. (1990b) "O Futuro da Classe Operária", Revista Inrernacional, Quinzena, São Paulo, nº 101, 16/9/90, CPV.

195

GOLTNET, Thomas. (1991) "Luttés Concurrentielles et Stratégie Daccumulation dans l"industrie Automobile, Etudes Mar xistes, Bélgica, nº 10, maio 1991.

. (1992) "Penser à Lenvers... Le Capitalisme", Dossie Toyotisme, Etudes Marxistes, Bélgica, nº 14, maio 1992

GRAMSCI, A. (1976) "Americanismo e Fordismo", in Ma quiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro Civilização Brasileira.

HABERMAS, J. (1972) Toward a Rational Society, Londres Heinemann.

. (1987) "A Nova Intransparência", Novos Estudos Ce brap, São Paulo, nº 18, setembro 1987.

HARVEY, David. (1992) A Condição Pós-Moderna, São Paulo Ed. Loyola.

HELLER, A. (1977) Sociologia de la Vida Cotidiana, Barcelona Ed. Península.

. (1978) Teoria de ias Necesidades en Marx, Barcelona Ed. Península.

. (1981) "Paradigma delia Produzione e Paradigma de Lavoro", Critica Marxista, Roma, Ed. Riuniti nº 4.

. (1982) La Revolución de la Vida Cotidiana, Barcelona Ed. Península.

HIRATA, Helena. (1986) "Trabalho, Família e Relações Homem/Mulher:

Reflexões a Partir do Caso Japonês", Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, São Paulo, n 2, vol. 1, outubro 1986.

IANNI, Octávio. (1992) A Sociedade Global, Rio de Janeiro Civilização Brasileira.

KELLY, J. (1987) Labour and Trade Unions, Londres/Nov Iorque, Verso.

KURZ, Robert. (1992) O Colapso da Modernização (Da Derrota do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial), São Paulo, Paz e Terra.

LOJKINE, Jean. (1990) A Classe Operária em Mutações, São Paulo, Oficina de Livros.

196

LOJKINE, Jean. (1995) A Revolução Informacional, São Paulo, Cortez.

LUKÁCS, G. (1976) Ontologia Dell"Essere Sociale, I, Roma, Ed. Riuniti.

. (1978) "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem", Temas de Ciências Humanas, n° 4, São Paulo, Ed. Ciências Humanas.

. (1981) Ontologia Dell"Essere Sociale II, vols. 1 e 2. Roma, Ed. Riuniti.

MAGRI, L. (1991) "The European Left Between Crisis and Refoundation", New Left Review, 189.

MALLET, S. (1973) The New Working Class, Inglaterra, Spokesman Books.

MANDEL, Ernest. (1986) "Marx, La Crise Actuelle et L'Avenir du Travail Humain", Quatrième Internationale, n° 20, maio 1986. (Tradução para o português de José Almeida de Souza Jr., xerox.)

MARX, Karl. (1971) O Capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro I, vol. 1.

. (1972) Elementos Fundamentais para Ia Crítica de Ia Economia Política (Grundrisse) 1857-58, México, Siglo XXI Editores, vol. II.

. (1974) O Capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro III, vol. 6.

. (1975) O Capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro I, vol. 2.

. (1977) A Ideologia Alemã, São Paulo, Ed. Grijalbo.

. (1978) "Carta a Vera Zasulitch, de 1881", Cara a Cara, I, São Paulo, Vozes.

. (1978) Capitulo VI (Inédito), São Paulo, Ed. Ciências Humanas.

MARX, K. & ENGELS, F. (1975) "Prefacio a La Edición Rusa de 1882", Obras

Escogidas, Tomo I, Ed. Ayuso, Espanha.

197

MÉSZÁROS, István. (1982) "Il Rinnovamento del Marxismo e L'Attualità Storica Dell'Ofensiva Socialista", Problemi del Socialismo, Milão, n° 23.

(1985) "Poder Político e Dissidência nas Sociedades Pós-Revolucionárias", Ensaio, n° 14, São Paulo, Ed. Ensaio.

. (1987) "The Division of Labor and The Post-Capitalist State", Monthly Review, Nova Iorque vol. 39/3, jul./ago. 1987.

. (1987) A Necessidade do Controle Social, São Paulo, Ensaio.

(1989a) Produção Destrutiva e Estado Capitalista, São Paulo, Ensaio.

. (1989b) The Power of Ideology. Nova Iorque, Londres, Toronto, Sidney, Tóquio, Harvester Wheatsheaf.

(1992) "Marxism Today: An Interview with István Mészáros", Radical Philosophy 62, Autumn 1992 ou também em Monthly Review, vol. 44, n° 11, April 1993.

. (1993) "Marxism Today: An Interview with István Mészáros", Monthly Review, Nova Iorque abril/1993, vol. 44/11.

. (1995) Beyond Capital (Towards a Theory of Transition). London, Merlin Press.

MURRAY, Fergus. (1983) "The Decentralisation of Production - The Decline of the Mass-Collective Worker?", Capital & Class, Londres, n° 19.

OCDE, Rapport Annuel (1992), capítulo 4 (xerox).

OFFE, C. (1989) "Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?", Trabalho & Sociedade, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, vol. I.

OFFE, Claus e BERGER, Johannes. (1991) "A Dinâmica do Desenvolvimento do Setor de Serviços", in: OFFE, C., Trabalho & Sociedade, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, v. II.

OLIVEIRA, Francisco. (1988) "O Surgimento do Anti-Valor", Novos Estudos Cebrap, CEBRAP, 22, São Paulo, outubro.

198

OLIVEIRA, Francisco. (1992) "A Economia Política da Social-Democracia", Revista da USP, 136, São Paulo.

POLLERT, Arma. (1988) "Dismantling Flexibility", Capital and Class, Londres, n° 32.

RODRIGUES, Leôncio M. (1993a) "A Crise do Sindicalismo no Primeiro

Mundo", Folha de S. Paulo, 22/3/93 e (1993b) "A Sindicalização da Classe Média", Folha de S. Paulo, 24/5/93.

SABEL, C, e PIORE, M. (1984) *The Second Industrial Divide*, Nova Iorque, Basic Books.

SCHAFF, Adam. (1990) *A Sociedade Informática*, São Paulo, Brasiliense/Unesp.

STUPPINI, Andrea. (1991) "Chi Sono e che Cosa Vogliono i Nuovi Operai", Dossier "La Condizione Operaia Oggi", *Mondo Operaio*, Roma, n° 2, Anno 44, maio 1991.

TOSEL, André. (1995) "Centralité et Non-Centralité du Travail ou La Passion des Hommes Superflus". In: BIDEET, Jacques e TEXIER, Jacques, *La Crise du Travail, Actuel Marx Confrontation*. Paris, Press Universitaires de France.

TOURAINÉ, A. (1989) "Os Novos Conflitos Sociais", *Lua Nova*, São Paulo, Marco Zero, n° 17, junho.

VISSER, Jelle. (1993) "Syndicalisme et Désyndicalisation", *Le Mouvement Social*, Editions Ouvrières, n° 162, jan./mar. 1993.

VINCENT, J. Marie. (1995) "Flexibilité du Travail et Plasticité Humaine", In: BIDEET, J., TEXIER, J. Op. cit.

WATANABE, Ben. (1993a) "Toyotismo: Um Novo Padrão Mundial de Produção?", in *Revista dos Metalúrgicos*, São Paulo, dezembro 1993, CUT/CNM.

(1993b) "Karoshi, Made in Japan", *Quinzena*, São Paulo, n° 167, CPV, 15/8/1993.

199

#### Sobre o Autor

Ricardo Antunes é Professor Titular de Sociologia no Ins de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Foi prol também da FGV-SP e da UNESP-Araraquara. Recentemente foi Visiting Research Fellow na Universidade de SUS, Inglaterra. Fez Livre-Docência no IFCH-UNICAMP, em Sociologia do Trabalho (1994). Doutorou-se em Sociologia USP (1986) e fez Mestrado em Ciência Política no UNICAMP (1980).

Publicou os seguintes livros:

*Os Sentidos do Trabalho* (Ensaio sobre a Afirmação Negação do Trabalho), Ed. Boitempo, 3ª edição; *Adeus Trabalho?*, Cortez/Ed. Unicamp, 7ª edição; *Adiós al Trabajo* Ed. Piedra Azul (Venezuela, 2ª edição) e Ed. Antídoto/Hei mienta (Argentina), Ed. Fensamiento Crítico (Colombia); *Rebeldia do Trabalho*, Ed. Unicamp, 2ª edição; *O Novo Sindicalismo no Brasil*, Editora Pontes; *Classe Operária, Sindicato e Partido no Brasil*, Cortez, 3ª edição; *O que é Sindicalismo*, Ed. Brasiliense, 20ª edição; que são Comissões Operárias em co-autoria, Ed. Brasiliense, 2ª edição; *Crise e Poder*, Cortez, entre outros livros.

Participou também da organização de vários livros revistas.

Atualmente coordena a Coleção Mundo do Trabalho, pelo Boitempo Editorial, e colabora regularmente em revistas jornais nacionais e estrangeiros. É editor participante de Lati American Pespectives (EUA), membro da editoria de Crític Marxista (Brasil), além de participar como membro de conselho editorial ou como colaborador em diversas publicações no Brasil e no exterior.

200

Fim do Livro.